



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**Categorias funcionais e lexicais no licenciamento de
verbos de trajetória: o caso do verbo ‘ir’**

Doutoranda: Keli Cristiane Eugenio Souto

Brasília
2014



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Doutorado em Linguística

Categorias funcionais e lexicais no licenciamento de verbos de trajetória: o caso do verbo ‘ir’

Tese submetida ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, para satisfação parcial dos requisitos à obtenção do grau de DOUTOR EM LINGUÍSTICA

Doutoranda: Keli Cristiane Eugenio Souto

Comissão examinadora:

Prof^a Dr^a Heloisa Maria Moreira Lima Salles - UnB (presidente)
Prof^a Dr^a. Maria Aparecida Torres Morais - USP (membro externo)
Prof. Dr. Marcus Vinicius Lunguinho - FAJESU (membro externo)
Prof^a Dr^a Rozana Reigota Naves - UnB (membro)
Prof^a. Dr^a. Eloisa Nascimento da Silva Pilati - UnB (membro)
Prof^a. Dr^a. Helena Guerra Vicente - UnB (suplente)

Brasília, 22 de agosto de 2014

Agradecimentos

Sem o apoio incondicional da minha orientadora, professora Dr^a Heloísa Salles, minha ideia não teria ganhado forma e se transformado em uma proposta teórica. Obrigada pelos exemplos de dedicação, disciplina e persistência. Obrigada por partilhar comigo o seu conhecimento; pelo olhar atento aos detalhes; pelas dicas valiosas; e, sobretudo, pela amizade construída ao longo dos últimos doze anos... espero que estejamos sempre presentes na vida uma da outra. A você, querida, minha eterna admiração.

Aos professores do PPGL, que muito contribuíram para minha formação acadêmica, seja na forma de ensinamentos diretos ou indiretos; de comentários ou de sugestões sobre meu tema de pesquisa; serei sempre grata a todos.

Aos membros da banca, que gentilmente se dispuseram a ler e avaliar esta pesquisa; a contribuição de todos vocês é essencial; muito obrigada!

Aos funcionários do PPGL, em especial, Renata e Ângela, sempre tão prestativas, gentis e eficientes; muito obrigada!

Aos meus familiares, pelo apoio emocional e pelas palavras de motivação... Saibam que sou muito feliz por poder contar com vocês ... Vocês são meu porto seguro!

Aos meus maiores incentivadores: meus alunos, que tanto acreditam no meu potencial. Obrigada pela confiança!

E como a vida é movida por amor, obrigada, Múcio, meu AMOR, por ser o combustível que me revigora a cada dia!

Não tenho dúvidas de que só cheguei até aqui por causa da força que impulsiona a minha vida e comanda os meus passos, escolhendo os caminhos que devo seguir! DEUS, hoje lhe sou grata por mais essa conquista.

*Aos meus tesouros: João Arthur e Manuela.
Vocês tornaram a minha vida colorida!!!*

Pouco conhecimento faz com que as pessoas se sintam orgulhosas. Muito conhecimento, que se sintam humildes. É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o Céu, enquanto que as cheias as baixam para a terra, sua mãe.

Leonardo da Vinci

RESUMO

Esta tese tem por objetivo investigar o licenciamento da estrutura argumental dos verbos de movimento direcional, considerando em particular o caso do verbo 'ir'. Adotando como base teórica o gerativismo de Chomsky, na versão do Programa Minimalista, a hipótese de trabalho é a de que os argumentos são licenciados por categorias lexicais e funcionais, projetadas na estrutura do evento/ da oração. Inicialmente buscamos caracterizar sintática e semanticamente os verbos de movimento direcional prototípicos ('ir/vir', 'chegar/partir', 'entrar/sair'), a fim de verificar se esses verbos constituem uma classe homogênea em português. Partimos da hipótese de que o verbo 'ir' de movimento direcional é um verbo inacusativo biargumental por apresentar em sua estrutura canônica, além do originador do evento, o argumento Locativo, este último associado à denotação da trajetória, na projeção sintática do aspecto lexical. Considerando primordialmente Jackendoff (1983), Talmy (1983, 2000), Tenny (1987), Morimoto (2001), Ramchand (2005, 2008), Fábregas (2007), assumimos a relação entre o aspecto lexical e a realização sintática dos argumentos. Propomos ainda que o argumento Locativo pode ser omitido na presença de categorias associadas ao aspecto gramatical, seja pelo uso do pretérito perfeito, seja pela ocorrência de advérbios aspectuais (como *já*). Seguindo Ramchand (2008), assumimos que a decomposição do evento é determinada pelas noções de causação e telicidade, com a projeção dos núcleos funcionais <iniciador, processo, resultado>, aos quais são associados os papéis primitivos INICIATOR, URDERGOER e RESULTEE, admitindo-se ainda a projeção de sintagmas remáticos encaixados. No caso dos verbos de movimento direcional, o PP remático locativo (obrigatório) é inserido na estrutura do evento, projetando uma estrutura definida pelos núcleos funcionais PlaceP e PathP. Considerando os dados com o verbo de movimento direcional 'ir', propusemos que os níveis internos do PP, com seus traços semânticos, entram em articulação sintática com os núcleos <inic, proc, res>, no caso de predicados como 'ir para o mercado', e <inic, proc>, no caso de predicados como 'ir pela praia'. No primeiro caso, é a relação com o núcleo 'res' na projeção <inic, proc, res> que permite o uso do PP remático introduzido pela preposição não direcional 'em', no PB, com função delimitadora. Finalmente, nessa configuração, é possível analisar o alçamento do Locativo à posição de sujeito, como em *Essa rua vai fácil*, a qual interage com a condição de bi-argumentalidade na estrutura interna do VP para o argumento alçado, conforme postulado por Munhoz; Naves 2012.

Palavras-chave: categorias lexicais; categorias funcionais; aspecto; preposição; verbos de movimento direcional.

ABSTRACT

This thesis aims at examining the syntactic mapping of the argument structure of verbs of directional movement, considering the verbo 'ir' (*to go*), in particular. Adopting the theoretical approach of the Generative Grammar, and the Minimalist Program (cf. Chomsky 1995), the working hypothesis is that the arguments are licensed by either functional or lexical categories, which are projected in the event/ clausal structure. We provide a syntactic and a semantic analysis of prototypical verbs of direction of movement, namely 'ir/vir' (*to go/ to come*), 'chegar/partir' (*to arrive/ to leave*), 'entrar/sair' (*to enter/ to leave*), in order to demonstrate that they do not constitute a uniform class. We take as our starting point the hypothesis that the verb 'ir' (*to go*) is a bi-argumental unaccusative, selecting an originator and a locative argument in its argument structure, the latter being associated with the denotation of a path, in the syntactic projection of the lexical aspect. Following Jackendoff (1983), Talmy (1983, 2000), Tenny (1987), Morimoto (2001), Ramchand (2005, 2008), Fábregas (2007), we assume the relation between lexical aspect and the syntactic projection of the argument structure. We further argue that the locative argument can be omitted in the presence of functional categories encoding grammatical aspect, such as past tense and perfective aspect, as well as aspectual adverbs (such as 'já' (=already)). Following Ramchand (2008), we assume that the event decomposition is determined by the notions of causation and telicity, with the the projection of the functional heads <iniciator, process, result>, to which the primitive roles INICIATOR, UNDERGOER and RESULTEE are associated, further allowing for the syntactic embedding of rhematic phrases. We propose that the event configuration in which the verb 'ir' (=to go) is inserted takes an obligatory rhematic PP, which projects a layered structure determined by PlaceP and PathP. Following Ramchand's configurational model in the analysis of the direcional verb 'ir'(=go), we propose that the PP layers enter a syntactic relation with the <inic, proc, res> heads, in predicates such as 'foi para o mercado' (= [he] went to the market), and with the <inic, proc> heads in predicates such as 'foi pela praia' (= [he] went by the beach). Within the <inic, proc, res> projection, it is the projection of 'res' that allows for the use of the rhematic PP introduced by the non-directional preposition 'em' (=in) in BP, as a delimiter. Finally, in this configuration, it is possible to analyze Locative raising to subject position, as in *Essa rua vai fácil* (=This street goes easy), which interacts with a condition on the bi-argumental status of the predicate for argument raising, as postulated in Munhoz, Naves (2012).

Key-words: lexical categories; functional categories; aspect; preposition; directional motion verbs.

SUMÁRIO

Capítulo 1	1
-------------------------	----------

O problema do licenciamento de verbos de trajetória.....	1
---	----------

1.1 Questões e hipóteses.....	6
1.2 Objetivos.....	9
1.2.1 Objetivo Geral.....	9
1.2.2 Objetivos Específicos.....	9
1.2.3 A organização do trabalho.....	9
1.3 Verbos de trajetória: um recorte teórico.....	11
1.3.1 Os componentes semânticos do evento de movimento.....	12
1.3.2 Principais modelos de lexicalização.....	13
1.3.3 A estrutura léxico-conceitual dos verbos de trajetória.....	15
1.3.4 A tipologia semântica da trajetória.....	18
1.4 Estrutura argumental dos verbos de trajetória.....	20
1.5 A sistematização dos verbos de trajetória do Português.....	21
1.6 As bases teóricas da abordagem Gerativa.....	23
1.6.1 A Faculdade de Linguagem e o conceito de Gramática	23
1.6.2 O Programa Minimalista: a evolução dos estudos gerativistas.....	25

Capítulo 2.....31

Transitividade, papéis temáticos e estrutura argumental.....31

2.1 As abordagens Projecionista e Construcionista e o problema da seleção argumental.....32

2.1.1 A proposta baseada no léxico: projeccionismo.....38

2.1.2 A abordagem baseada no predicado: construcionismo.....44

2.1.3 Papéis temáticos na abordagem da semântica representacional.....48

2.2 Verbos de movimento direcional e inacusatividade.....53

2.3 Verbos de movimento direcional e alternâncias sintáticas.....60

2.4 Síntese do capítulo.....67

Capítulo 3.....68

Em direção a uma análise dos verbos de movimento direcional: o papel das propriedades aspectuais.....68

3.1 Verbos de movimento direcional e a proposta de Ramchand (2008).....69

3.2 A codificação das propriedades do aspecto gramatical e o licenciamento da estrutura argumental.....89

3.3 Uma nota sobre os adjuntos do tipo <i>por X [tempo]</i> vs. <i>em X [tempo]</i>	95
3.4 Síntese do capítulo.....	97
Capítulo 4.....	100
Em direção a uma análise dos verbos de movimento direcional: o estatuto dos sintagmas preposicionados.....	100
4.1 Contribuições da tradição gramatical.....	103
4.2 O estatuto de P em construções com verbo ‘ir’ de movimento direcional.....	106
4.2.1 A evolução da teoria do Caso na abordagem gerativa	106
4.2.2 Preposições lexicais e funcionais no PB.....	110
4.2.3 Baker (2004): a categoria adposicional.....	113
4.3 A constituição interna das preposições: preposições locativas e preposições direcionais.....	116
4.3.1 A estrutura léxico-conceptual das preposições: Jackendoff (1983).....	116
4.3.2 PPs em orações com verbos de movimento direcional.....	119
4.4 O PP remático no licenciamento de verbos de trajetória.....	128
4.5 Síntese do capítulo.....	133
Capítulo 5.....	137
Considerações finais.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	146

Capítulo 1

O problema do licenciamento de verbos de trajetória

Entre as questões que se mantêm em aberto na teoria sintática está o estatuto de expressões associadas à denotação de circunstâncias, as quais ocorrem na estrutura de predicados que descrevem movimento direcional, e se distinguem – semanticamente – de expressões que denotam entidades, embora compartilhem com essas últimas a condição de serem selecionadas pelas propriedades lexicais do verbo, sendo, em alguns casos, obrigatórias na estrutura, o que permite supor que ligam variáveis introduzidas pelo predicado. Essa situação está ilustrada em (1), com o verbo ‘ir’:

(1) Maria foi *(ao zoológico).

Em Eugenio-Souto (2004), buscamos elencar características da natureza sintática e semântica do verbo ‘ir’ de movimento direcional e dos argumentos que constituem sua grade argumental. O referido estudo demonstrou que, em construções não marcadas (por interpretação de foco, por configuração do tipo pergunta-resposta), o verbo ‘ir’, no PB, subcategoriza dois argumentos, sendo um deles de natureza locativa. Nesse sentido, esse verbo se distingue de outros verbos também denotadores de trajetória, como ‘vir’, ‘chegar’, ‘partir’, ‘entrar’, ‘sair’, apresentados em (2), que dispensam o complemento locativo.¹

(2) O carteiro veio/chegou/partiu/entrou/saiu/.

¹ No entanto, com o verbo ‘vir’ (antônimo de ‘ir’), é possível demonstrar a obrigatoriedade do argumento locativo, quando a direção da trajetória é alterada, em relação a sua realização *default*, que toma o falante como ponto de referência, conforme ilustrado em (i):

(i) O carteiro veio para a França.

A agramaticalidade de (1) exclui a situação em que existe um conhecimento compartilhado que autorize a interpretação do locativo como uma categoria vazia na estrutura do predicado, anaforicamente vinculada a um referente no discurso ou na superfície textual, conforme ilustrado em (3):

(3) A: A Maria vai [à missa]_i todos os dias?

B: Tem dia que ela não vai [e]_i porque tá muito cansada.

No entanto, é interessante notar que esse verbo prescinde do elemento locativo, na presença de categorias gramaticais na estrutura do predicado, como no uso pronominal, em que o verbo ‘ir’ é interpretado no sentido de um deslocamento definitivo ou de morte (cf. (4)). Supõe-se que o pronome *se* absorve as propriedades do argumento locativo na estrutura do predicado, licenciando a estrutura intransitiva.²

(4) A Maria se foi.

Igualmente, em (5), a palavra ‘embora’ permite a não delimitação de um ponto de chegada, veiculando a ideia de que há a retirada para algum lugar, que se mantém implícito. A origem adverbial da palavra ‘embora’ (em boa hora), não percebida pelo falante atualmente, pode estar em jogo nessa interpretação. Cabe também notar que o clítico *se* pode ser omitido nessa estrutura sem prejudicar a interpretação da sentença.

(5) A Maria foi (-se) embora.

Verificou-se, ainda, que categorias gramaticais, como a negação, em (6), e certas expressões adverbiais, como ‘já’ em (7), desempenham um papel importante no licenciamento de proposições constituídas por esse verbo, permitindo a omissão da expressão locativa.

² São inúmeros os estudos sobre o clítico ‘se’ como marcador de intransitivização nas línguas românicas. No referido trabalho, limitei-me a identificar o papel desse elemento na distribuição do argumento locativo.

(6) A Maria não foi/ vai.

(7) A Maria já foi/ vai.

Conforme os dados apresentados, a omissão do locativo não é arbitrária. Durante o mestrado defendemos a hipótese de que o verbo ‘ir’ introduz uma variável que pode ser ligada por um operador associado ao desenvolvimento do evento, codificada na sintaxe por um traço formal de aspecto, ou por um operador quantificacional, associado à polaridade da proposição ou à interpretação quantificada do argumento, na posição de sujeito.

Para verificar essa hipótese, examinei diferentes ocorrências do verbo ‘ir’ de movimento direcional, em dados extraídos de enunciados reais de fala e pude demonstrar que a distribuição dos argumentos remete à codificação da trajetória, na relação com o aspecto verbal.

Os dados de (8) a (14), apresentados a seguir, representam uma tipologia de ocorrências do verbo ‘ir’ extraída de trabalhos realizados por Mollica (1996) e Ribeiro (1996) voltados para o estudo da regência variável desse verbo³. Os diferentes usos do verbo ‘ir’ trouxeram elementos para discutir a questão que motivou aquele estudo, referente à agramaticalidade de sentenças, como ‘*Maria vai.’

(8) (...) aí a rapaziada me deu uma força, e eu **vou entrar** nessa corrida.

(9) Ah, tem dia que ela não quer **ir**, ela está cansada pra caramba (...)

(10) Mas a Sílvia **foi** e virou bancária.

(11) (...) A senhora **vai** pra frente, engata a primeira, engata a segunda.

(12) Então esse esgoto **vai** para o mar.

(13) Jardim zoológico, **eu fui** muito pouco (...).

³ Os trabalhos de Mollica (1996) e de Ribeiro (1996) adotam a abordagem da sociolinguística laboviana/variacionista, identificam fatores que determinam a distribuição das preposições *a/ para/ em* introdutoras do constituinte locativo, como o grau de conhecimento por parte dos interlocutores do argumento locativo, a formalidade do discurso. Tais aspectos não são considerados na discussão que se desenvolve neste estudo.

(14) Quando eu quero comprar eu **vou** no jornaleiro (...)

Em (8) e (10), o verbo ‘ir’ perde a ideia de movimento em favor da codificação de propriedades do sistema tempo/modo/aspecto do predicado, em associação com outro verbo, responsável pela descrição do evento. Por essa razão, esses usos não são incluídos nesta análise – embora os resultados alcançados possam explicar a ocorrência do verbo ‘ir’ nessas estruturas.

Nos contextos (9), (11), (12), (13) e (14), o verbo ‘ir’ remete à ideia de movimento, mas nem todos apresentam de forma explícita um locativo interpretado como alvo da trajetória: em (12), (13) e (14), os locativos alvo estão expressos na sentença; em (11), o sintagma preposicionado não denota um alvo, mas desencadeia a trajetória; em (9), o locativo não está expresso, mas parece existir um conhecimento compartilhado quanto à existência do alvo do movimento, o que permite supor que o argumento locativo é realizado por uma categoria sintática vazia.

À tipologia apresentada, acrescentou-se o exemplo (15), que constitui uma variação do exemplo (11), e os exemplos em (16), (17) e (18), que envolvem expressões idiomáticas consagradas pelo uso:

(15) O carro **vai** pela estrada de terra.

(16) **Fui!**

(17) **Vai** com Deus!

(18) Maria **vai** bem.

Em (15), a expressão locativa descreve a trajetória em que ocorre o movimento, o que permite analisá-la como responsável por satisfazer à exigência lexical do predicado caracterizado como um verbo direcional de trajetória.

Os exemplos (16), (17) e (18) correspondem a usos idiomáticos do verbo ‘ir’. Em (16), mantém-se a noção de movimento, mesmo sem a realização fonológica do argumento locativo. Em (17), a noção de movimento está presente, articulada com a noção de companhia, denotada pelo adjunto adverbial ‘com Deus’. Em (18), a noção de

movimento não está presente, sendo licenciada por um adverbial que descreve um modo de ‘ser/estar’. Em todos os casos, as estruturas são licenciadas por uma categoria que denota o movimento ou o estado de ‘ser/estar’.

Do ponto de vista das propriedades semântico-lexicais, o verbo ‘ir’ denota movimento que descreve uma trajetória. Nessa denotação, introduz uma variável que pode ser satisfeita por uma categoria que indica (i) o início da trajetória, (ii) a própria trajetória, (iii) o fim da trajetória, ou (iv) o modo como essa trajetória se cumpre. Na denotação de estado, o predicado introduz uma variável que pode ser licenciada por um advérbio de modo.

Esta reflexão deu origem a um projeto maior cujo objetivo é identificar e descrever as categorias lexicais e funcionais que licenciam os verbos de movimento direcional denotadores de trajetória no português brasileiro, representados prototipicamente pelo grupo ‘ir’, ‘vir’, ‘chegar’, ‘partir’, ‘entrar’ e ‘sair’.

Nesta tese, consideramos que os verbos de trajetória analisados não constituem uma classe homogênea, pois, embora compartilhem o traço ‘trajetória’, apresentam diferenças importantes. Uma delas é o fato de pertencerem à classe de verbos inacusativos de um tipo não-prototípico, que permitem o licenciamento de uma estrutura constituída por dois ou três argumentos (um Tema/deslocado, um Locativo e/ou uma Trajetória), admitindo-se que a variável associada à trajetória seja saturada por categorias gramaticais, como a presença de tempo (passado) e aspecto (inceptivo/concluso) verbais ou a presença de advérbios e/ou expressões adverbiais que codificam o desenvolvimento do evento na estrutura sintática. Tais propriedades são acentuadas com o verbo ‘ir’, diferentemente da maioria dos verbos integrantes do grupo dos verbos de trajetória, conforme discutiremos adiante.

Diante dessas constatações, decidimos investigar esses predicados em termos das propriedades aspectuais, observando não só o aspecto lexical, mas também o aspecto gramatical. Dessa forma, percebemos a necessidade de discutir a interação entre as propriedades aspectuais do predicado e a distribuição dos argumentos na estrutura oracional, considerando as características do aspecto lexical bem como sua interação com propriedades do aspecto gramatical.

As respostas que buscamos com esta pesquisa dependem, também, da investigação acerca das propriedades sintático-semânticas da(s) categoria(s)

associada(s) ao licenciamento do argumento locativo/ trajetória, considerando, por um lado, a estrutura interna do constituinte associado à denotação do locativo/trajetória, geralmente associado à projeção de um sintagma preposicional, ou por um item de natureza adverbial, e por outro, seu licenciamento por categorias funcionais, na projeção estendida da oração.

Nesse sentido, postulamos que o argumento locativo/trajetória apresenta características peculiares, em relação aos demais tipos de argumentos presentes na estrutura argumental dos predicados, pela possibilidade de ser licenciado por propriedades definidas no nível da estrutura oracional (e não somente no nível da projeção da categoria lexical). Pretendemos com esta análise contribuir para a discussão dos mecanismos adotados pela GU para realizar os argumentos na estrutura sintática.

A investigação proposta exige que se estabeleçam alguns esclarecimentos acerca da natureza semântica e sintática do conjunto de verbos em questão, conforme passamos a abordar.

1.1 Questões e hipóteses

No âmbito da teoria gerativa, verbos de movimento do tipo ‘ir’ são analisados como verbos inacusativos, os quais se definem, por sua vez, pela ausência de argumento externo, e pela realização do argumento (iniciador) como argumento interno do verbo (Perlmutter 1978) – essa questão será retomada. No entanto, argumentamos, nesta tese, que essa classe de verbos é constituída por um tipo de inacusativo não-prototípico, isto é, que não subcategoriza apenas um argumento, gerado como argumento interno: é o caso do verbo ‘ir’ de movimento, em que a expressão locativa é analisada como responsável por satisfazer uma variável introduzida pelo predicado.

Abordagens sobre estrutura argumental e sobre caracterização de papéis temáticos como a adotada por Cançado (2000) sugerem que a realização dos argumentos na sintaxe não está relacionada exclusivamente à atribuição de papéis temáticos aos argumentos pelos itens lexicais, mas também a predicadores complexos que definem uma série de acarretamentos e permitem maior flexibilidade no que diz

respeito à identificação do papel semântico acolhido pelas distintas posições sintáticas, conforme (19):

- (19) a. O João vai à praia.
- b. O esgoto vai para o mar.
- c. O João foi pela estrada de terra.
- d. A água vai pelo encanamento.

Em (19a) e (19b), o predicado complexo ‘vai à praia’/ ‘vai para o mar’ descreve um deslocamento de um ponto a outro, definido por uma expressão locativa. O fato de que podem ser saturados pelos argumentos ‘João’ e ‘o esgoto’, marcados respectivamente pelo traço [+animado] e [-animado], acarreta que o predicado pode ser satisfeito tanto por um argumento do tipo [agente], que tem controle sobre o evento, como por um argumento marcado do tipo [paciente], que não detém controle em relação ao desenvolvimento do evento descrito.

Tal propriedade pode ser vinculada à hipótese de que esses argumentos são internos, uma característica dos verbos inacusativos. Note-se ainda que, em (19c), ao contrário de (19a e 19b), o local para onde se dá o deslocamento não é especificado, isto é, o locativo não expressa o ponto final do movimento, apenas indica a trajetória do movimento. Nesse sentido, nossa hipótese é a de que a condição para o licenciamento da expressão locativa é que haja um acarretamento quanto à descrição da trajetória (ou o aspecto inceptivo/ conclusivo de seu desenvolvimento).

A conclusão de que o verbo ‘ir’ de movimento seleciona uma (tão-somente) trajetória, sendo, portanto, dispensável a presença de uma expressão locativa que denote o ponto de chegada, é formulada em Eugenio Souto (2004), confirmando-se o contraste com os demais verbos de movimento. A mesma autora, em trabalho posterior (cf. EUGENIO SOUTO, 2012), retoma essa questão, observando que a possibilidade de licenciar o predicado com expressões adverbiais do tipo ‘já’ está relacionada às propriedades semânticas do argumento ‘trajetória’, conforme mencionado anteriormente. Assim, a trajetória pressupõe um intervalo, que pode ser acessado pelo ponto de vista de seu início (aspecto inceptivo), e de seu término (aspecto perfectivo).

Isso explica a possibilidade de distribuição complementar entre o argumento trajetória e expressões gramaticais que denotam o início do desenvolvimento do evento (embora não exclua que co-ocorram na estrutura).

O papel da codificação do tempo [+/-passado], bem como da quantificação do argumento 'origem' será considerado como evidência adicional para a hipótese de que categorias funcionais podem ser acionadas no licenciamento dos predicados de trajetória.

Outra conclusão do trabalho de Eugenio Souto (2004) é que nas estruturas em que o locativo ocorre no âmbito da projeção do VP, a preposição introdutora do locativo é obrigatória, conforme (20):

(20) a. João [_{VP} foi [_{PP} ao/para o/ no clube]].

b. *João [_{VP} foi [_{NP} o clube]].

No entanto, a possibilidade de omitir a preposição em contextos de topicalização, como em (35), evidencia que a preposição desempenha propriedades de marcação de Caso, diferentemente das preposições lexicais, que selecionam argumentos e são obrigatórias nos diferentes contextos.

(21) Jardim zoológico, eu fui muito pouco.

O estatuto da preposição introdutora da expressão locativa na estrutura do predicado com o verbo 'ir' de movimento será igualmente discutida neste estudo. A hipótese de que constitui uma categoria gramatical/funcional marcadora de Caso (*dummy preposition*) é compatível com a ideia de que existe uma categoria responsável por introduzir os dois argumentos internos do predicado. Tal categoria poderia não só licenciar os traços de Caso, como também manifestar propriedades formais a serem licenciadas no nível oracional, pela codificação do aspecto.

A literatura recente sobre a estrutura do sintagma locativo postula existência de camadas que codificam propriedades (KOOPMAN, 2000; DEN DIKKEN E

SVENOUNIUS, 2000; PANCHEVA, 2007). Nessa abordagem, os autores buscam explicar papel das diferentes camadas no licenciamento do predicado. Nossa hipótese de trabalho é que a presença das camadas constitutivas de PP está relacionada ao estatuto do PP na estrutura argumental do predicado.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar e descrever as categorias lexicais e gramaticais que licenciam o verbo de movimento direcional ‘ir’ no PB, em estruturas não canônicas, considerando, particularmente, o debate em relação às hipóteses baseada no léxico e a baseada no predicado para a realização dos argumentos na estrutura oracional.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Caracterizar sintática e semanticamente o verbo prototípico da classe dos verbos de movimento direcional em português, ‘ir’, em contraste com ‘vir’, ‘chegar/partir’, ‘entrar/sair’;
- Verificar se os verbos de movimento direcional constituem uma classe homogênea em português;
- Apontar as categorias lexicais capazes de satisfazer a seleção argumental dos verbos de movimento direcional;
- Identificar ou postular a categoria funcional responsável pelo licenciamento de expressões locativas associadas aos verbos de movimento direcional;
- Compreender o papel da preposição na realização de expressões locativas em estruturas sintáticas com verbos de movimento direcional;
- Descobrir se existem propriedades aspectuais em distribuição complementar com os argumentos locativos.

1.2.3 A organização do trabalho

Esta tese está organizada em 5 capítulos, sendo o primeiro, a introdução, dedicada à apresentação do problema a que nos propusemos investigar. Para isso, precisamos abordar as características dos verbos de trajetória, uma vez que estão incluídos na grande classe dos verbos de movimento. Essa discussão foi crucial para que pudéssemos delimitar o objeto de estudo, denominado ‘categorias funcionais e lexicais e o licenciamento de verbos de movimento direcional’. Ainda na introdução, apresentamos as questões, as hipóteses e os objetivos (geral e específicos) que norteiam a tese, além de esclarecimentos sobre a constituição do corpus e um panorama da Gramática Gerativa, abordagem teórica escolhida como referência.

No segundo capítulo, consideramos importante trazer a questão da transitividade como fundamental para a descrição e explicação da estrutura argumental dos predicados, bem como a relevância dos papéis temáticos acolhidos pelas posições sintáticas à luz das abordagens projecionista e construcionista. Relacionada a essa propriedade está o fenômeno da inacusatividade e das alternâncias sintáticas, fenômenos que afetam os verbos de movimento direcional, objeto desta análise.

Em direção a uma análise dos verbos de movimento direcional, no capítulo 3, abordamos o papel das propriedades aspectuais, adotando especialmente a proposta teórica de Ramchand (2005, 2008) a qual procura mediar as abordagens baseadas no léxico e no predicado, apresentando um modelo configuracional capaz de abarcar as categorias funcionais e lexicais envolvidas no licenciamento dos verbos de movimento direcional no PB.

O capítulo 4 é dedicado à discussão do estatuto do sintagma preposicional. Começamos pela caracterização da categoria preposição desde a abordagem tradicional até as abordagens linguísticas mais atuais, que a tratam ora como uma categoria funcional, ora como lexical, ora mista. O objetivo do capítulo é, então, evidenciar a relevância dos PPs para o licenciamento de verbos de movimento direcional, em especial, o verbo ‘ir’.

Ressaltamos que a reflexão acerca do tema ao qual nos propusemos a analisar foi realizada à medida que construíamos o quadro teórico apresentado ao longo dos 3 primeiros capítulos e, em especial, no capítulo 4, onde procuramos adequar as

propriedades referentes ao aspecto conforme a ‘sintaxe de primeira fase’, proposta por Ramchand (2008) e a natureza funcional dos elementos ‘já’, ‘embora’ e ‘se’, a fim de explicar o comportamento dos verbos em questão, particularmente, o verbo ‘ir’, quando o locativo alvo do movimento não é realizado.

No capítulo 5, fazemos um apanhado de tudo que foi abordado nos capítulos anteriores, a fim de verificar se as questões levantadas foram respondidas e se os objetivos propostos foram satisfatoriamente alcançados, bem como apontar as limitações do estudo e possíveis questões para estudos futuros.

Na próxima seção, fazemos uma discussão sobre a classe sintático-semântica dos verbos de movimento, particularmente o verbo ‘ir’, a fim de identificar preliminarmente as características que serão abordadas nesta tese.

1.3 Verbos de trajetória: um recorte teórico

Os verbos de movimento normalmente são divididos em dois grandes grupos, conforme sua natureza semântica e sintática: verbos de deslocamento, que aqui denominaremos verbos de trajetória, e verbos de modo de movimento. Embora haja divergência entre os autores quanto aos verbos que constituem cada um dos grupos, existe uma concordância quanto aos verbos prototípicos de cada um deles. O primeiro grupo é representado por verbos do tipo de ‘ir’, ‘vir’, ‘chegar’ e ‘partir’; o segundo, por verbos do tipo ‘arrastar-se’, ‘agitar’, ‘dançar’.

Verbos de modo de movimento descrevem o movimento de um objeto considerando a maneira como o movimento é realizado, sem necessariamente descrever uma trajetória. Além disso, o objeto afetado pelo movimento nem sempre apresenta o controle sobre o evento (AMARAL, 2010). A princípio acreditava-se que esse tipo de verbo não descrevia uma trajetória, nem indicava a direção do movimento. Um dado objeto seria, pois, capaz de ‘sacudir’, ‘quicar’ ou ‘girar’ sem mudar de lugar. Tais propriedades semânticas – modo do movimento e direção do movimento –, de acordo com Talmy (1985) e Levin & Rappaport (1992), estariam sempre em distribuição complementar, isto é, nunca seriam lexicalizadas pelo mesmo verbo.

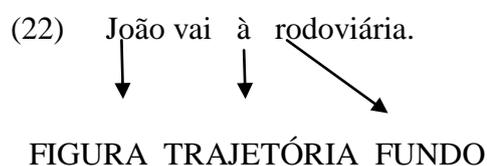
Com o desenvolvimento dos estudos, notou-se que os verbos de modo de movimento subdividem-se em dois outros grupos: o grupo dos verbos que, além do

modo de realizar o movimento, descrevem uma trajetória, como ‘andar’ e ‘correr’; e os que prescindem desse traço, como ‘agitar-se’, ‘bambolear’ (TESNIÈRE, 1959; LEECH, 1970; VANDELOISE, 1986; TALMY, 1975; LAMIROY, 1991). Os primeiros verbos desse grupo são necessariamente agentivos e apresentam uma trajetória implícita, pois se alguém ‘anda’ ou ‘corre’, o faz de um lugar X até um lugar Y. Considera-se, no entanto, a possibilidade de o movimento ocorrer sem a realização da trajetória, já que é comum alguém ‘andar’ ou ‘correr’ em uma esteira, por exemplo (TALMY, 1985).

Essa discussão pretende contribuir para que o grupo de verbos objeto de estudo desta tese seja devidamente delimitado nas próximas seções.

1.3.1 Os componentes semânticos do evento de movimento

Sobre esse assunto, um dos trabalhos mais conhecidos é o realizado por Talmy (1975, 1985, 1991) o qual apresenta uma tipologia dos componentes semânticos envolvidos no movimento. Conforme esse autor, um evento de movimento consiste no deslocamento ou localização de um objeto (FIGURA) em relação a outro objeto de referência (FUNDO). Os componentes básicos apontados por Talmy para esse tipo de evento são DESLOCAMENTO, FIGURA, TRAJETÓRIA – curso percorrido pela figura para alcançar o seu ponto de referência – e FUNDO, conforme ilustra a sentença (22):



Além desses elementos, Talmy destaca a CAUSA e o MODO como componentes complementares e admite que os verbos podem lexicalizar mais de um componente semântico. A essa propriedade, Talmy denomina *conflation*, que traduziremos como ‘fusão’, conforme os verbos ‘entrar’ e ‘sair’, por exemplo, em que o primeiro descreve uma trajetória que vai necessariamente do exterior para o interior de algum lugar, e o segundo representa o movimento inverso; ‘correr’ e ‘nadar’, que além

da trajetória, envolvem um modo de realizar o movimento: como rapidez e em meio líquido, respectivamente.

O foco desta tese é um grupo de verbos específico que está inserido no grupo de verbos de trajetória, ao qual optei por denominar ‘verbos de movimento direcional’ e que é representado pelos pares ‘ir’/‘vir’, ‘chegar’/‘partir’, ‘entrar’/‘sair’.

1.3.2 Principais modelos de lexicalização

Ainda segundo Talmy (1985), as línguas se distinguem quanto ao modelo de lexicalização que adotam. Isto é, embora seja possível encontrar mais de um dos modelos de lexicalização propostos por ele em uma dada língua, há uma tendência de a língua se enquadrar predominantemente em um dos esquemas abaixo:

Modelo de lexicalização	Exemplo de línguas que o adotam
<p>Modelo A</p> <p>FIGURA DESLOCAMENTO TRAJETÓRIA FUNDO MODO</p> <p>VERBO</p>	Línguas indo-europeias (exceto as românicas) e a chinesa.
<p>Modelo B</p> <p>FIGURA DESLOCAMENTO TRAJETÓRIA FUNDO MODO</p> <p>VERBO</p>	Línguas românicas, semíticas e polinésias.
<p>Modelo C</p> <p>FIGURA DESLOCAMENTO TRAJETÓRIA FUNDO MODO</p> <p>VERBO</p>	Atsugewi e Navajo.

Quadro 1: Modelo de lexicalização.

Fonte: Baseado em Talmy (1985: 62-69).

Um exemplo da fusão entre componentes semânticos pode ser verificado nas sentenças abaixo:

- (23) a. Mary swam across the river.
Figura deslocamento/modo trajetória fundo
- b. Maria atravessou o rio nadando/a nado.
 María cruzó el río nadando/a nado.
Figura deslocamento/trajetória fundo modo

O verbo *swim* ‘nadar’ do inglês lexicaliza os componentes deslocamento e modo. O verbo português *atravessar*, assim como o espanhol *cruzar*, lexicaliza deslocamento e trajetória. De acordo com essa proposta, o verbo codifica a trajetória em um verbo específico e delega o modo a uma predicação secundária, como ‘*Ele atravessou o rio nadando*’, em que a trajetória é marcada pelo primeiro verbo e o modo, pelo segundo. Línguas como o inglês tendem a marcar o modo de movimento no próprio verbo e a trajetória em afixos e/ou preposições, conforme ‘*He swam across the river*’.

De um modo geral, os estudos translinguísticos têm evidenciado diferenças significativas entre os verbos de movimento direcional (trajetória) e os verbos de modo de movimento (JACKENDOFF, 1983; TALMY, 2000; RAMCHAND, 2005; PINKER, 2008, KOPECKA, 2009).

No francês, por exemplo, a classe de verbo é que define o auxiliar, ou seja, os verbos de trajetória formam o *passé composé* com *être* e os de modo, com *avoir*.

- (24) a. *Elle a couru*. ‘Ela correu’
 b. *Elle est partie*. ‘Ela partiu’

A existência desses traços semânticos profundos (maneira/trajetória) acarreta diferenças significativas no plano sintático. Apesar disso, Ramchand (2005, 2008), como discutiremos adiante, contesta a oposição entre as duas classes (modo de movimento e trajetória). Ao invés disso, propõe um sistema visando gerar uma nova classe dotada de uma sintaxe mais coesa em termos translinguísticos.

Nesse sistema, o léxico é apenas um constituinte do módulo sintático, supostamente universal, não possui, então, autonomia e regras próprias de combinação.

A autora propõe que a diferença entre argumento interno e externo seja estabelecida por uma categoria abstrata a qual denominou *iniciator*, tendo em vista que se trata de uma propriedade compartilhada por todos os papéis temáticos atribuídos ao argumento externo.

O modelo configuracional proposto por Ramchand (2008) será apresentado em detalhes no capítulo 3. Trata-se de uma proposta que dialoga com as abordagens lexicalista e construcionista, buscando eliminar os aspectos negativos de cada uma e evidenciar os pontos positivos de ambas. Adotaremos as ideias da autora na tentativa de descrever e explicar a realização e o licenciamento de estruturas formadas a partir do grupo de verbos de trajetória que indica movimento direcional, em especial, o verbo ‘ir’, conforme aponta a discussão a seguir.

1.3.3 A estrutura léxico-conceitual dos verbos de trajetória

Jackendoff (1983, 1990) propõe que verbos de movimento sejam caracterizados por duas Estruturas Léxico-Conceptuais (ELC) diferentes. Uma representa os verbos de trajetória e são identificadas pela função eventiva ‘IR’; a outra representa os verbos de modo de movimento e são marcadas pela função eventiva ‘MOVER-SE’. Conforme o esquema abaixo:

- (25) a [evento IR ([objeto], [trajetória])]
 b [evento MOVER-SE ([objeto])]

A estrutura (25a) representa eventos que descrevem o deslocamento de um objeto ao longo de uma trajetória, e (25b) corresponde a um evento de movimento realizado ou experimentado por um objeto. A diferença fundamental está na obrigatoriedade da trajetória percorrida por um objeto-tema, apoiando-se em um ponto de referência em (25a), o que não ocorre em (25b).

O vantajoso nessa proposta é o fato de captar uma propriedade específica desse grupo de verbos, sem, contudo, restringi-los a uma única classe sintática. Como se nota, a função eventiva IR pode ser encontrada tanto na estrutura conceitual de verbos como ‘ir’, inacusativo; quanto na de ‘atravessar’, transitivo.

A função eventiva ‘IR’ possui dois argumentos: objeto movido – tema e a trajetória – espaço percorrido. De acordo com essa ELC, uma oração como *João foi a São Paulo* representa-se da seguinte forma:

(26) [Evento IR([Objeto JOÃO], [Trajetória A ([SÃO PAULO]])])]

A função eventiva é representada pelo próprio verbo ‘ir’ e os argumentos pelos sintagmas nominal (João) e preposicional (a São Paulo), correspondentes ao tema e à trajetória, respectivamente.

A discussão empreendida até aqui pretende evidenciar que o componente semântico *trajetória* é parte inerente ao significado de alguns verbos de deslocamento direcional, isto é, esses verbos carregam traços de trajetória que precisam ser checados ao longo da derivação da sentença. Portanto, sentenças com esse tipo de verbo sem uma trajetória explícita não deveriam ter o seu licenciamento autorizado conforme:

- (27) a. João partiu.
b. O João se foi.
c. Fui!

Embora as sentenças acima careçam de um sintagma que descreva a trajetória, nossa intuição de falantes nativos do português brasileiro nos permite saber que tais verbos implicam uma orientação inerente específica: ‘partir’ e ‘ir’ pressupõem o deslocamento de um ponto em direção a outro.

Observa-se que o componente semântico ‘trajetória’ está presente na Estrutura Conceitual desses verbos inclusive quando descrevem eventos causativos. Seguindo o modelo proposto por Jackendoff (1991), uma sentença como *João chegou o pacote para frente*, em que o verbo ‘chegar’ apresenta o sentido causativo, é representada como (28):

(28) [Evento CAUSAR ([Objeto], [Evento IR ([Objeto], [Trajetória]])])]

Na configuração (28), o primeiro argumento (objeto-agente) é *João*, a função eventiva IR é representada pelo verbo *chegar*, o argumento (objeto-tema) é realizado pelo DP *o pacote*, e o argumento trajetória é denotado pelo sintagma preposicionado *para frente*.

O maior desafio desta pesquisa é explicar a existência de casos gramaticais com verbos de movimento direcional sem a trajetória expressa, como em *Maria chegou/ partiu/ entrou/ saiu/ veio*, sendo essa propriedade apontada na literatura como obrigatória para esses verbos, posto que possui *status* de argumento desses predicados. O verbo ‘ir’, segundo Eugenio Souto (2004), embora faça parte do grupo de verbos denominados de movimento direcional, é mais restritivo quanto à possibilidade de não realizar o argumento ‘trajetória’, como mostra a agramaticalidade de dados como ‘*O João foi’. A ausência de uma categoria para denotar a trajetória é considerada um indicador da possibilidade de postular alguma propriedade adicional – o papel da categoria ‘se’ e o aspecto ‘perfectivo’, por exemplo –, que são categorias gramaticais licenciadoras das propriedades determinadas pela estrutura conceptual.

Como afirmado anteriormente, o fato de os verbos de movimento direcional compartilharem a característica de selecionar uma trajetória não faz desse grupo de verbos uma classe homogênea. Uma análise mais atenta acerca da especificação semântica do constituinte trajetória pode evidenciar diferenças importantes para a realização sintática de cada verbo desse grupo, pois o próprio verbo impõe uma especificação semântica ao constituinte trajetória que forma parte de sua ELC (MORIMOTO, 2001). É o que se depreende da representação do verbo ‘ir’, em oposição ao verbo ‘partir’, como illustrei anteriormente.

O verbo ‘ir’, por exemplo, apresenta em sua especificação semântica a noção de “centro dêitico” (BOUCHARD, 1993, 1995) <- a/para [aqui]>, ou seja, a trajetória é obrigatoriamente dirigida a um ponto distante daquele ocupado pelo objeto-tema deslocado, diferentemente de outros verbos de trajetória, conforme:

(29) *Ir*:

[Evento IR ([Objeto]_A, [trajetória - A/PARA [Lugar AQUI]]_A)]

(30) a. João foi a Brasília.

b. João chegou a Brasília.

A especificação semântica proposta para ‘ir’ está, portanto, relacionada à localização física ou psicológica do argumento deslocado, representado por < não aqui>, no entanto, não restringe a ocorrência do verbo ‘ir’ a estruturas que apresentem trajetórias com orientações inespecíficas, desde que sejam respeitadas as restrições dêiticas desse verbo:

- (31) a. *Ir aqui.
b. *Vir ali.

Nos exemplos acima a incompatibilidade entre os advérbios ‘aqui’ e ‘ali’ e as informações dêiticas contidas na estrutura conceitual dos verbos ‘ir’ e ‘vir’ acarretam a agramaticalidade dos enunciados.⁴

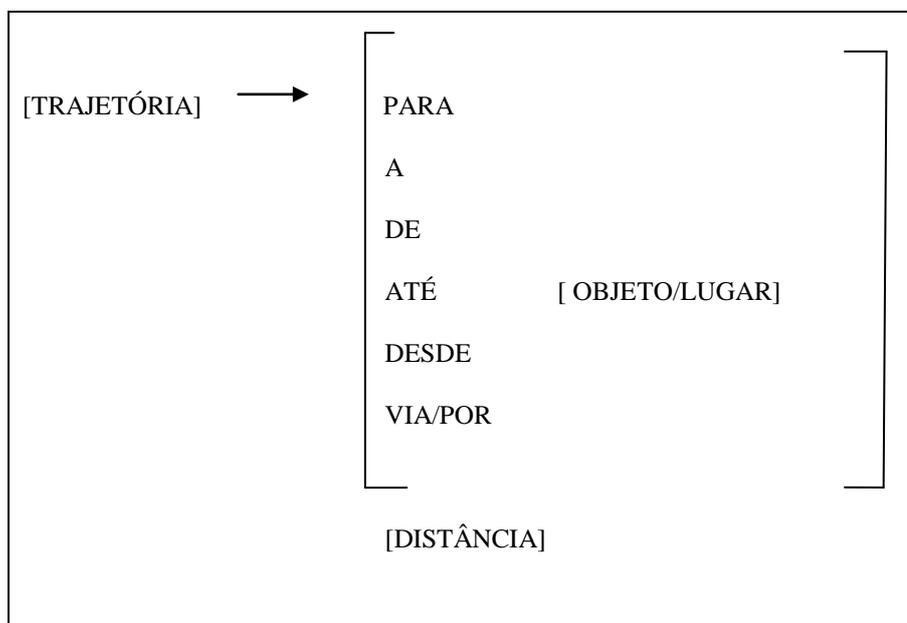
Partindo dos exemplos com o verbo ‘ir’, chegamos às propriedades básicas da ELC dos verbos de trajetória que denotam movimento direcional, foco dessa reflexão: a especificação semântica contida no constituinte de trajetória e a indicação dos constituintes argumentais dos verbos em análise.

1.3.4 A tipologia semântica da trajetória

Para iniciar essa discussão, consideramos oportuno reiterar a relevância do componente semântico ‘trajetória’ para esse estudo, posto que é um elemento inerente ao significado dos verbos em análise e justifica o fato de a tipologia semântica dos verbos de movimento direcional estar diretamente relacionada à tipologia da trajetória, a qual represento conforme o esquema elaborado a partir da tipologia de trajetória apresentada por Morimoto (2001) em seu estudo sobre os verbos de movimento do

⁴⁴ Agradeço ao Prof. Marcus Lunguinho (c. p.) pela referência a dados como: *-Vou aqui no mercado e volto já*, em que é possível o uso do advérbio ‘aqui’ na estrutura do predicado. Considero que, nesse caso, a localização denotada por ‘aqui’ remete a uma proximidade do falante enfatizada discursivamente, o que não exclui a ocorrência do deslocamento. É interessante notar que a existência da trajetória na estrutura do predicado com o verbo ‘ir’ pode ser confirmada em expressões idiomáticas como *ir para o brejo*; *ir para o beleleu*; *ir para as cucuias*, exemplos também trazidos pelo Professor Lunguinho como argumento adicional para a existência de um traço de trajetória na estrutura do predicado.

espanhol. Interessantemente, a marca da trajetória, no referido trabalho, é representada como operador, como se vê na representação abaixo em letras maiúsculas, e está normalmente associada a uma preposição exigida por um verbo que traz em sua constituição interna essa mesma noção semântica. Este operador preposicional, por sua vez, introduz um complemento objeto/lugar que é um argumento do verbo de trajetória.



Quadro 2

Baseado em Morimoto (2001: 74)

Em português as funções de trajetória mais recorrentes podem ser descritas por meio dos seguintes operadores preposicionais:

PARA: Trajetória de orientação, dirigida a uma direção ou espaço marcado por um objeto ou lugar de referência, que não estão incluídos na trajetória definida. Expressões como ‘para cima’ ou ‘para baixo’ não se apoiam em nenhum objeto de referência devido à noção estabelecida por um vetor vertical de gravidade.

A: Trajetória de destino. O espaço marcado pelo objeto ou lugar de referência corresponde ao ponto de chegada da trajetória.

DE: Trajetória de origem. O local marcado pelo objeto ou lugar de referência é o ponto de partida da trajetória.

ATÉ: Trajetória extensiva com um limite final. O objeto ou lugar de referência marca o limite até onde a trajetória se estende.

DESDE: Trajetória extensiva com limite inicial. Mantém relação inversa com a noção estabelecida por DESDE.

POR: Trajetória de percurso/extensão. O objeto ou lugar de referência é interpretado como o próprio local da trajetória

DISTÂNCIA: especifica a extensão de uma trajetória, visto que identifica a longitude que esta ocupa no espaço.

Devido à relevância dos sintagmas preposicionados para a realização e o licenciamento dos verbos de trajetória que esta tese investiga, dedicaremos o capítulo 4 à discussão de questões relacionadas à natureza dessa categoria.

1.4 Estrutura argumental dos verbos de trajetória

Entre os verbos de trajetória, observa-se uma importante diferença no que diz respeito à seleção do argumento espacial. Embora coincidam na seleção de um argumento tema correspondente ao primeiro argumento da função conceptual IR, apresentam um comportamento heterogêneo quanto à seleção do argumento espacial (MORIMOTO, 2001).

- (32)
- a. João [vai / *entra / *atravessa] à feira.
 - b. João [vai / entra / *atravessa] na feira.
 - c. João [*vai / *entra / atravessa] a feira.

Os exemplos acima ilustram as três principais estruturas argumentais associadas a verbos de trajetória e ratificam a ideia de que uma mesma estrutura conceitual pode ser expressa por diferentes estruturas sintáticas, isto é, um verbo de trajetória cuja função eventiva é marcada por IR, seleciona um argumento tema e um segundo argumento que, além de descrever a trajetória ou parte dela (30a), pode corresponder ao

local onde acontece a trajetória (localização) (30b), ou para onde ela se dirige (objeto-lugar) (33c).

- (33) a. <tema, Trajetória>
 João vai à feira.
- b. <tema, localização>
 João entrou em casa.
- c. <tema, objeto-lugar>
 João atravessou a rua.

Embora a existência desses traços semânticos profundos (maneira/trajetória) seja analisada como indicadora de diferenças significativas no plano sintático, o que não se encontra nos estudos já realizados sobre os verbos de movimento, em especial os de movimento direcional, é a especificação de uma estrutura argumental que contemple os casos em que a sentença é licenciada sem o argumento trajetória.

1.5 A sistematização dos verbos de trajetória do Português

Corrêa (2005) propõe uma análise sintático-semântica detalhada a respeito dos verbos de trajetória no PB, partindo de propriedades temáticas definidas segundo a noção de acarretamento⁵, tais como *desencadeador*, *afetado*, *estativo* e *controle*, conforme proposta em Dowty (1989, 1991), assumida por Cançado (2003a e 2005), por um lado; e de propriedades aspectuais, por outro lado. Diante desses pressupostos teóricos, a autora identifica seis classes de verbos de trajetória no PB, conforme sistematizado no quadro abaixo:

Classe:	Características:
A Classe 1:	Compreende verbos do tipo <i>achievement</i> , que selecionam locativos denotando lugar não afetado ou locativos, denotando origem/destino, os quais são afetados: <i>(Em Brasília), João entornou o açúcar no açucareiro.</i>
A Classe 2:	É constituída por verbos do tipo <i>accomplishment</i> , que selecionam desencadeador (controle) deslocado, afetado deslocado e trajetória: <i>O artilheiro chutou a bola da lateral para o gol.</i>

⁵ A noção de acarretamento, de acordo com a proposta de Cançado (2003a e 2005), consiste na relação estabelecida entre duas sentenças quando o sentido de uma está contido no sentido da outra, como em 'Maria é inteligente e é Miss' e 'Maria é uma Miss inteligente' (exemplos adaptados de Cançado, 2000).

A Classe 3:	Reúne os verbos do tipo <i>achievement</i> , que selecionam desencadeador com controle e afetado, e uma trajetória, mas só admitem a representação de um dos pontos da trajetória. A definição deste ponto (origem ou destino) dependerá do sentido lexical do predicador verbal. O verbo ‘entrar’, por exemplo, denota destino: <i>Um desconhecido entrou na sala.</i>
A Classe 4:	Diferentemente da Classe 3, constitui-se de verbos do tipo <i>accomplishment</i> , que selecionam trajetória e podem explicitar ponto inicial e final: <i>João andou de uma ponta à outra da cidade.</i> O apagamento da trajetória de alguns verbos dessa classe faz com que se transformem em <i>atividade</i> . <i>João anda sempre de bicicleta.</i> Além disso, a preferência desse tipo de verbo é pelo apagamento do ponto inicial da trajetória.
A Classe 5:	Apresenta verbos do tipo <i>achievement</i> , que exigem apenas um ponto da trajetória: <i>O copo caiu do armário.</i>
A Classe 6:	Compreende verbos do tipo <i>accomplishment</i> , que podem explicitar todos os pontos da trajetória e acarretam um desencadeador com controle deslocado, um locativo afetado e aceitam uma trajetória para especificar o locativo: <i>João atravessou o rio de uma margem à outra.</i>

Quadro 3: Classificação dos verbos de trajetória.

Fonte: Adaptado de Corrêa (2005).

Esta proposta contribui de forma significativa para a descrição semântica dos verbos de trajetória no português e reforça a ideia de que sintaticamente esses verbos não constituem uma classe, uma vez que participam do mesmo grupo verbos que apresentam diferentes configurações sintáticas, como ‘atravessar’, em ‘O menino atravessou a rua’ – verbo transitivo; ‘caminhar’, em ‘A criança caminhou’ – verbo inergativo; ‘chegar’, em ‘A visita chegou’ – verbo inacusativo.

Corrêa (2005) categoriza verbos de trajetória, como ‘ir’, na classe 4, caracterizada pelo processo culminado (*accomplishment*), por selecionar desencadeador (com controle e deslocado) e trajetória. No entanto, ao contrário de outros verbos dessa classe, o verbo *ir* não se transforma em atividade com o apagamento da trajetória, conforme o exemplo adaptado de Corrêa:

(34) João foi *(de uma ponta a outra da rua) [em cinco minutos]

A retirada da trajetória, em primeiro lugar, implica a agramaticalidade da sentença. Outro detalhe importante é o fato de a sentença aceitar perfeitamente a expressão “em x minutos”, normalmente rejeitada por verbos do tipo *atividade*. Nota-se, pois, a relevância as satisfação do traço ‘trajetória’ nas construções que envolvem verbos do tipo de ‘ir’.

Em virtude das especificidades envolvidas na estrutura argumental de verbos de trajetória, optei por investigar um subgrupo que compartilhasse mais características configuracionais. Assim, a proposta desta tese é analisar verbos de trajetória que tenham, em sua constituição, informações acerca da perspectiva do movimento, isto é, verbos de trajetória denotadores de movimento direcional que se relacionam de maneira antitética – ‘ir/vir’, ‘chegar/partir’, ‘entrar/sair’ – e ressaltar as idiosincrasias inerentes ao verbo ‘ir’ em contraste com os demais verbos desse grupo.

Conforme mencionado na primeira seção, assumimos proposta de trabalhos anteriores de minha autoria (EUGENIO SOUTO 2004, 2012), em que a noção de trajetória pode ser realizada não apenas por elementos lexicais, mas também por elementos gramaticais. Essa questão, como afirmado, é o foco desta pesquisa.

1.6 As bases teóricas da abordagem gerativa

1.6.1 A Faculdade de Linguagem e o conceito de Gramática

A caracterização das capacidades linguísticas de indivíduos particulares constitui o foco central das investigações dos estudos gerativistas, os quais postulam a existência de uma Gramática Universal responsável pela natureza da linguagem humana, objetivando entender como se dá a compreensão, a produção das expressões da língua e o seu surgimento na mente dos falantes.

Chomsky, em 1986, propôs a distinção entre competência gramatical (competência) e competência pragmática (desempenho), sendo a primeira o conhecimento que os falantes/ouvintes têm da língua, sem levar em conta informações extralinguísticas e, a segunda, o uso da língua em suas situações reais de comunicação.

Quando se comete algum deslize na própria língua, não significa falta de conhecimento sobre ela, isto é, que não se é competente linguisticamente falando. Tais deslizes, conforme Lobato (1986), constituem “erros de desempenho”, os quais podem ser atribuídos a diversos fatores, entre eles, cansaço e distrações. A teoria gramatical, na abordagem gerativa, ocupa-se primeiramente do estudo da competência e atribui o estudo do desempenho às disciplinas dedicadas aos processos psicológicos envolvidos na produção e compreensão da fala, como por exemplo, a pragmática.

De acordo com a perspectiva gerativista, as línguas naturais são adquiridas e faladas espontaneamente apenas pelos membros da espécie humana (CHOMSKY, 1981). Esta afirmação tem sido centro de debate no âmbito dos estudos linguísticos, visto que a caracterização das capacidades linguísticas de indivíduos particulares constitui o foco central das investigações dos estudos gerativistas.

Os antimentalistas, sob a fundamentação social, relacionam a aquisição da língua à aprendizagem; isto é, sendo o homem um ser social e, sendo a linguagem um instrumento essencial na vida em sociedade, esta seria um produto convencional daquele tipo de cultura. Nesse caso, o papel da mente humana em todo o processo seria diminuto. Em contrapartida, a teoria gerativa inscreve-se na corrente naturalista dos estudos sobre a linguagem e a natureza humana, para a qual a mente desempenha um papel fundamental na aquisição da linguagem.

Para dar sustentação à concepção da teoria mentalista, os gerativistas utilizam o argumento da ‘pobreza de estímulos’, segundo o qual os dados linguísticos primários são insuficientes para explicar o sistema de conhecimentos final do indivíduo, ou seja, o falante adulto revela determinados conhecimentos sobre a sua língua para os quais não existem evidências de que tenham sido determinados diretamente pelo meio ambiente linguístico inicial durante o curso normal do processo de aquisição, com ou sem a aplicação de mecanismos de associação, analogias e generalização indutiva.

Os estudos gerativistas defendem que esses conhecimentos têm de ser atribuídos à ‘planta arquitetônica’ inata que guia e determina a aquisição e o desenvolvimento da linguagem, operando de modo específico na base dos dados primários limitados, guiando de forma quase rígida o desenvolvimento de certas estruturas e proibindo outras. As estruturas permitidas determinam os juízos de gramaticalidade e as intuições do falante adulto sobre a sua língua.

O gerativismo acredita que a mente/cérebro possui natureza modular, composta de módulos ou órgãos destinados a atividades distintas, entre elas, a linguagem. O módulo destinado à linguagem, conforme apresentado anteriormente, é o que se denominou Faculdade de Linguagem. De acordo com o pensamento vigente nessa época, a FL também seria modular, ou seja, em seu interior existiriam módulos responsáveis por diferentes tipos de informações linguísticas⁶.

1.6.2 O Programa Minimalista: a evolução dos estudos gerativistas

Para traçar um panorama acerca da evolução da teoria gerativa até alcançar as ideias básicas do Programa Minimalista, são tomadas as obras de Lobato (1986) e Chomsky (1995). Na evolução do gerativismo, encontram-se modelos como o *standard* ou padrão (CHOMSKY 1965, KATZ & POSTAL 1964), a semântica gerativa (LAKOFF 1968, MCCAWLEY 1968 e ROSS 1967) e o modelo padrão estendido, também conhecido como teoria da regência e ligação (CHOMSKY, 1970, 1981).

Segundo o modelo padrão, a base da gramática era constituída de regras sintagmáticas juntamente com o léxico, que gerava estruturas profundas, interpretadas pelas regras semânticas, o que permitia a obtenção dos significados das sentenças, passando por um componente transformacional que as convertia em estruturas superficiais passíveis de serem interpretadas pelo componente fonológico, resultando, então, na forma sonora das sentenças em questão.

De acordo com a concepção da teoria padrão, a estrutura profunda era a única responsável pela interpretação semântica. As transformações não alteravam o significado das sentenças às quais se aplicavam. No entanto, estudos linguísticos mostravam a existência de aspectos da interpretação semântica que não podiam ser determinados na estrutura profunda padrão. Isso motivou o surgimento de duas novas concepções: o modelo denominado semântica gerativa, que manteve o princípio de que as transformações não alteravam o significado, passando a atribuir estruturas profundas distintas a sentenças semelhantes que apresentavam diferenças semânticas; e o modelo

⁶ A concepção modular da gramática foi abandonada posteriormente com o desenvolvimento do Programa Minimalista (PM).

rotulado como teoria da regência e ligação, que abandonou o princípio de que as transformações não alteravam o significado, passando a atribuir a mesma estrutura profunda a sentenças semelhantes, mas diferentes em significado, o que permitia que as regras de interpretação semântica operassem não só na estrutura profunda, mas também em outro nível.

A formulação da teoria X-Barra, apresentada pela primeira vez em Chomsky (1970), representava o módulo da gramática responsável pela representação de um constituinte, definindo sua natureza, as relações estabelecidas em seu interior e sua organização hierárquica na constituição de uma sentença, provando que as operações gramaticais realizadas nas línguas naturais são aplicadas a categorias de palavras, não a palavras isoladamente⁷. Sendo assim, concluiu-se que todas as palavras das línguas poderiam ser agrupadas em um número restrito de categorias gramaticais, as quais compartilhariam uma série de propriedades.

A variável X foi escolhida para representar o núcleo do constituinte, cuja natureza pode ser lexical ou funcional⁸. Para estabelecer as relações no interior do constituinte, foram postulados dois níveis distintos: o nível X' – nível intermediário de X, em que o núcleo se relaciona com complementos (comp), relação mais 'local' e mais fundamental; e o nível XP (*X phrase*, sintagma do inglês) – nível sintagmático ou projeção máxima de X, em que o núcleo pode se relacionar com um especificador (*spec*, abreviando *specifier* do inglês).

Uma das características mais relevantes captadas pelo esquema X-Barra é a endocentricidade do constituinte, isto é, a preservação das propriedades do núcleo ao longo da projeção. Como é um módulo da gramática, esperava-se que a teoria X-Barra fosse um universal capaz representar a estrutura interna dos constituintes em qualquer língua, no entanto, nada impede que ela esteja submetida a fatores de parametrizações, como é o caso da ordem de especificadores e complementos, variável nas diferentes línguas.

Posteriormente o Gerativismo evoluiu para uma teoria denominada Princípios & Parâmetros (P&P), segundo a qual a faculdade da linguagem (FL) é constituída de

⁷O modelo X-barra é abandonado mais tarde com o desenvolvimento do PM, que adota a noção de *bare phrase structure*.

⁸ Uma categoria lexical (N, V, A e P) tem a propriedade de selecionar semanticamente argumentos. Uma categoria funcional tem a propriedade de selecionar categorialmente, mas não semanticamente seu complemento – nos termos atuais, são elas: C, T, D e v.

Princípios, que são leis gerais, válidas para todas as línguas naturais, e de *Parâmetros*, que representam as propriedades que uma língua pode ou não apresentar, sendo, por isso, responsáveis pelas diferenças observáveis entre as línguas. Em suma, um princípio é algo inviolável, ao passo que os parâmetros são variáveis e fixados na fase de aquisição de língua com base na experiência dos falantes das línguas particulares. Assim, as variações vão sendo determinadas de forma limitada e sistemática, uma vez que a aquisição de língua materna envolve a fixação de valores paramétricos especificados nos itens do léxico.

Mais recentemente, surge no âmbito de P&P, o Programa Minimalista (doravante PM). Pode-se dizer que o PM constitui um conjunto de orientações que procuram evitar postulações de noções desnecessárias quer do ponto de vista da inserção da linguagem na mente humana e dos seus mecanismos internos, quer do ponto de vista da economia do próprio modelo. Segundo a proposta do Programa Minimalista, os itens do léxico, pertencentes a categorias funcionais ou lexicais, são constituídos por traços semânticos, formais (interpretáveis e/ ou não-interpretáveis) e fonológicos (CHOMSKY, 1999).

Conforme sua vertente teórica, o PM questiona até que ponto existem bases empíricas para uma concepção “mínima” de linguagem, ou seja, reduzida às propriedades conceptualmente necessárias, sem as quais o objeto de estudo (a linguagem humana) seria descaracterizado. Segundo essa vertente metodológica, o PM tenta simplificar análises, eliminando estipulações descritivas e outras soluções de “engenharia teórica”, para abordar os problemas de forma direta. Assim, no PM, o lugar e o papel da linguagem na mente humana recebem uma importância mais expressiva. A FL gera representações estruturais para dois sistemas de estrutura própria e independente: os sistemas C-I (conceptual-intensional), representado pelo nível LF (Forma Lógica, do inglês *Logical Form*), e A-P (articulatório-perceptual), representado pelo nível PF (Forma Fonológica, do inglês *Phonological Form*).

Conforme o PM, todas as expressões geradas por FL têm de satisfazer às condições de legibilidade. Isso significa que têm de ser legíveis pelos dois sistemas de performance, ou seja, pelos níveis PF e LF respectivamente. Assim, a grande questão discutida pelo PM é até que ponto FL é uma solução ótima para satisfazer as condições de legibilidade impostas pelos sistemas de interface? Em outras palavras, FL é uma solução ótima para as condições de legibilidade? (CHOMSKY, 1995). A investigação

empreendida por Chomsky tem o intuito de detectar “imperfeições”, ou seja, propriedades que FL não deveria possuir, caso a afirmação acima seja verdadeira, submetendo tais propriedades a testes exaustivos, a fim de verificar se elas são ou não necessárias a FL.

O PM considera que o sistema A-P é uma classe de imperfeições em FL. Exemplo disso seria o componente fonológico, a morfologia flexional e os movimentos transformacionais. Ao contrário do que propunha inicialmente o modelo P&P, os únicos níveis de representação admitidos são os níveis de interface. As estruturas profunda e superficial passam a ser formuladas em termos das propriedades de PF e LF. Assim, o PM contém apenas o que conceptualmente é necessário: um sistema computacional (C_{HL} – abreviação do inglês *Computational Human Language*) e um Léxico. O léxico inclui categorias lexicais (N, V, A, P) e categorias funcionais (C, T, v, D).

O sistema C_{HL} gera um conjunto de instruções relevantes para a PF (π) e LF (λ). Os itens lexicais carregam os traços formais (traços *phi*/ φ : gênero, número, pessoa), semânticos e fonológicos. Ao contrário da teoria de Regência e Ligação (TRL), que tentava postular um nível anterior ao momento de bifurcação (Estrutura Profunda) e um posterior (Estrutura Superficial), o PM postula que as operações do C_{HL} são do mesmo tipo, embora haja um momento em que as informações são extraídas pela PF, não havendo distinção entre os níveis profundo e superficial.

As estruturas profunda e superficial são eliminadas e as derivações geradas só convergem se forem legíveis nas duas interfaces (PF e LF), caso contrário elas fracassam. Essa condição de legibilidade, segundo Chomsky (1995), denomina-se Princípio de Interpretação Plena ou FI (do inglês *Full Interpretation*). É incorreto, contudo, considerar legibilidade como sinônimo de interpretabilidade, uma vez que uma derivação pode fracassar em uma das interfaces e, mesmo assim, ser interpretada. Por essa razão, a satisfação de FI não é condição absoluta para interpretação, mas a “maneira ótima” de satisfazer os princípios particulares de funcionamento dos sistemas de performance.

As operações básicas no PM são *merge* (fundir) e *move* (mover). A primeira consiste na formação de um objeto sintático. Ou seja, constrói a estrutura sintagmática a partir da concatenação de dois itens lexicais e é preferível em relação à segunda, por ser uma operação mais econômica. A segunda só deverá ser aplicada como último recurso (*last resort*), devendo ser o mais local possível. A noção de regência para a atribuição

de Caso é abandonada por ser considerada redundante e heterogênea⁹. Em seu lugar, tem-se a operação *agree* (concordância, do inglês *agreement*) para a checagem de traços. A partir de Chomsky (1995), o desafio do Programa Minimalista era descobrir formas de refinar a teoria de Regência e Ligação (GB) sem abandonar seus avanços explicativos e descritivos. Neste sentido, a reformulação da concepção de Caso é um ponto crucial do minimalismo, pois mantém a noção geral de Caso Estrutural; elimina níveis internos à teoria; e como na GB, a ‘atribuição de Caso’ (estrutural) é uma das principais ‘tarefas’ do nível SS.

Os principais pontos da inovação da teoria do Caso no âmbito do Programa Minimalista são a eliminação de SS, a eliminação de regência, uma abordagem da montagem da estrutura em fases (Merge/Move): cada nó da árvore ‘surge’ no momento em que é concatenado. Assim, ao longo da formação de VP, IP não está ‘esperando’. IP é formado pela concatenação de um núcleo I com um VP. Consequentemente, não ‘existe’ *Spec de IP* no sentido de um elemento estrutural abstrato vazio ‘esperando’ um DP ser ‘pendurado’ nele. O ‘especificador de IP’ é o DP que se concatena à formação (HORNSTEIN et al. 2005).

Nota-se, por exemplo, que essa concepção muda o entendimento acerca do Caso Nominativo: não se pode mais dizer que o DP ‘*se move para o Spec de IP para receber Caso*’. Não ‘há’ *Spec de IP* antes deste ‘movimento’. O que se tem agora é a transformação de um DP de VP em especificador de IP. Por esse motivo, novas ideias emergem, em especial quanto à existência do especificador de IP. Mesmo adotando uma perspectiva minimalista, mantém-se a intuição de que a posição de sujeito remete a alguma relação muito especial entre um DP e o predicado (VP), e esta relação tem alguma coisa a ver com o epifenômeno da ‘flexão’ em algumas línguas. Um DP será concatenado ao núcleo funcional I porque DP e I possuem uma estreita identidade que organizará toda a estrutura da sentença, de modo que este DP será sempre estruturalmente "saliente", isto é, funcionará como sujeito. Essa relação será estabelecida pela checagem de traços por meio de mecanismos específicos: *probe*, *goal*, *traços phi*.

Segundo Chomsky (1995,1998), a checagem de traços acontece por meio da eliminação dos traços *phi* (pessoa; gênero; número) não interpretáveis do núcleo

⁹ No capítulo 4, ao abordar a distinção entre preposições lexicais e funcionais, a teoria do Caso será retomada em mais detalhe.

funcional pelos traços *phi* (pessoa; gênero; número) interpretáveis da categoria lexical. Se os traços não interpretáveis não são checados e eliminados, o resultado é a agramaticalidade da sentença. A essa operação está ligada a eliminação do traço não interpretável de Caso no DP: se o traço de Caso é eliminado na configuração do núcleo funcional do I, tem-se o nominativo; se na configuração do núcleo funcional 'v', tem-se o acusativo.

Esta síntese tem por objetivo introduzir questões essenciais da concepção de gramática adotada nesta tese. Outras propriedades serão detalhadas nos capítulos que se seguem.

Capítulo 2

Transitividade, papéis temáticos e estrutura argumental: situando as propriedades do verbo ‘ir’ de movimento

Neste capítulo, tratarei de assuntos relacionados aos critérios de seleção argumental no que diz respeito à quantidade, à natureza categorial e semântica, bem como à distribuição desses elementos na grade argumental dos verbos. O objetivo dessa discussão é sistematizar condições semânticas e sintáticas associadas ao licenciamento de argumentos de uma predicação, relacionando-o a outros processos que propiciem a inserção sintática de categorias constitutivas do predicado.

Em particular, busco formular um cenário teórico para a análise dos verbos denotadores de trajetória, em particular, aqueles que expressam movimento direcional, evidenciando as peculiaridades do verbo ‘ir’ em oposição a outros verbos que constituem esse grupo.

Conforme mencionei anteriormente, o verbo de trajetória ‘ir’ propicia a problematização de várias questões, como o estatuto sintático do sintagma locativo a ele associado, a natureza da preposição introdutora dos locativos e seus correlatos morfossintáticos, como categorias de Caso, classificadores, entre outros. Com o intuito de constituir uma base teórica para analisar os problemas apontados, apresentarei uma breve revisão de estudos prévios, a fim de situar o leitor acerca de como tais fenômenos vêm sendo abordados.

2.1 As abordagens Projecionista e Construcionista e o problema da estrutura argumental

As hipóteses a respeito da realização sintática da estrutura argumental orientam-se no sentido de definir os fatores que determinam a distribuição dos argumentos na estrutura oracional. Início a discussão apresentando as hipóteses acerca da realização sintática dos argumentos, considerando, inicialmente, a noção de estrutura argumental, passando, em seguida, ao debate entre as abordagens projecionista – baseada no léxico – e construcionista – baseada no predicado, para então definir a abordagem a ser adotada nesta tese.

Conforme mencionado, este estudo analisa e procura descrever e explicar os mecanismos de realização dos argumentos de verbos de trajetória na estrutura oracional, buscando não recorrer a explicações baseadas na ancoragem das sentenças em contextos discursivos, uma vez que assumimos a perspectiva gerativista de que as expressões linguísticas são a manifestação de um conhecimento imanente ao cérebro humano. Nessa abordagem, as propriedades das línguas naturais são determinadas por princípios da Gramática Universal, sendo a variação translinguística determinada por propriedades morfossintáticas das categorias funcionais (CHOMSKY, 1995).

As diferentes hipóteses para a realização sintática da estrutura argumental assumem a relação com categorias sintático-semânticas, como o aspecto (lexical), as quais podem ser codificadas tanto como operadores semânticos / meta predicados na estrutura conceptual lexical, ou como núcleos aspectuais na projeção estendida do predicado, ou ainda por operações sintáticas a partir de raízes modificadas por núcleos categorizadores, como na abordagem da Morfologia Distribuída.

No âmbito da Teoria Gerativa, o fenômeno da transitividade está diretamente relacionado à expressão sintática da “estrutura argumental”, que corresponde ao conjunto de argumentos (“lugares vazios”) selecionados por um predicado. Em diferentes abordagens, os argumentos são associados a um rótulo semântico, denominado papel temático, o qual, por sua vez, é crucialmente associado à sua

realização sintática.¹⁰ A relação entre o tipo de argumento e a estrutura sintática tem como fundamento a distinção entre “argumento externo” e “argumento interno”.¹¹

Tal distinção foi proposta primeiramente por Williams (1981, 1994) e estabelece que o argumento interno é realizado em uma relação de irmandade com o verbo, enquanto o argumento externo é realizado em posição externa à projeção máxima do verbo.¹² Uma distinção adicional é proposta: “Só pode haver um argumento externo, mas pode haver um número indeterminado de argumentos internos” (WILLIAMS, 1994: 32).¹³ Algumas teorias distinguem ainda os dois argumentos internos dos verbos: argumento interno direto, cujo papel- θ é atribuído diretamente pelo verbo; e argumento interno indireto, cujo papel- θ é atribuído pela configuração formada pelo verbo e pelo argumento interno, mediante a preposição (MARANTZ, 1984).

Em se tratando de sentenças, o verbo é considerado o predicador por excelência e, na descrição de sua estrutura argumental, deve-se considerar alguns aspectos essenciais, tais como o número de argumentos selecionados, o estatuto categorial desses argumentos e suas propriedades temáticas.¹⁴ A violação a qualquer um desses critérios leva à agramaticalidade da sentença, conforme demonstram os exemplos em (1):

(1) a. *A Maria percebeu.

b. *A mesa arrumou a bagunça.

¹⁰ A expressão “relação temática” foi introduzida por Gruber (1965) para referir-se à interpretação dos argumentos nominais. Para representar o termo ‘temático(a)’, utiliza-se a letra grega θ (theta).

¹¹ Em algumas teorias (ZUBIZARRETA 1982, LEVIN & RAPPAPORT 1986, GRIMSHAW 1990), entretanto, a estrutura argumental é vista simplesmente como um nível de representação que especifica estritamente informações sintáticas. Assim, especificações semânticas, tais como papéis- θ , não estariam presentes nesse nível. Tais teorias consideram a estrutura argumental um nível intermediário de representação, localizado entre o nível inicial de representação sintática, tal como a estrutura léxico-conceitual, e o nível sintático da estrutura profunda (ARAD, 1998:19).

¹² De acordo com Williams (1994), por hipótese, a relação do argumento externo com o verbo é idêntica àquela mantida com o argumento interno. Para implementar essa ideia, pressupõe que a projeção máxima do verbo é um predicado, de um lugar, sendo argumento externo ligado por um operador (lambda) atribuído ao VP. “*If we assume that every maximal projection can have exactly one index – the referential index of referential expressions – we may use this index as the operator.*” (p. 33) Essa formalização é posteriormente revista diante da hipótese do sujeito interno ao VP (a ser referida adiante).

¹³ “*There can be only one external argument, whereas there can be an indeterminate number of internal arguments*” (WILLIAMS, 1994: 32).

¹⁴ Na maioria das línguas naturais, os verbos são predicadores por excelência, entretanto predicar não é uma característica exclusiva dos verbos. Nomes, adjetivos, preposições e certos advérbios também são predicadores, i.e., selecionam argumentos. Esse pressuposto tem sido a base para a definição das categorias lexicais como detentoras de propriedades predicativas, em oposição às categorias funcionais (cf. CHOMSKY 1986).

c. *A Maria acredita mentiras.

Em (1a), verifica-se o não preenchimento de todos os lugares selecionados pelo verbo ‘perceber’, que seleciona, necessariamente, um ‘experienciador’ e um ‘tema’, como argumentos. A agramaticalidade, nesse caso, é devida à ausência de um tema.

Verifica-se, em (1b), a inobservância das propriedades temáticas do argumento externo selecionado pelo verbo ‘arrumar’, que exige para esta posição um argumento [+humano], mais especificamente um agente. Sua agramaticalidade, portanto, é decorrente da ocupação da posição por um tema [-animado].

Em (1c), nota-se que não foram observadas as categorias envolvidas na seleção argumental. O verbo ‘acreditar’ seleciona categorialmente um DP como argumento externo e um PP como argumento interno. No entanto, o argumento interno é realizado como DP, gerando, portanto, uma sentença agramatical.

A teoria temática tem como propósito estabelecer articulação entre a sintaxe e a semântica por meio de um componente conceptual – responsável pela caracterização semântica – e um componente formal – relacionado às propriedades estruturais das representações sintáticas. Consoante Chomsky (1981), as entradas lexicais dos predicados contêm uma grelha temática que lista os papéis semânticos que os verbos atribuem na subcategorização. Como parâmetro para a caracterização semântica dos papéis temáticos, frequentemente são citados os trabalhos de Fillmore (1968) e Jackendoff (1972), baseados em Gruber (1965, 1967).

Para Jackendoff (1972), a função temática ‘tema’ – também denominada ‘paciente’ – além de designar a entidade afetada quando utilizada com verbos incoativos ou causativos, pode ser aplicada tanto a verbos que expressam uma ideia de abstração, quanto a verbos que expressam a ideia psicológica de movimento ou localização (cf. (2)). Outras funções sugeridas por Jackendoff (1972) são as de ‘agente’, ‘alvo’, ‘fonte’ e ‘locativo’, conforme ilustram os constituintes em negrito nos exemplos (2), (3), (4) e (5), respectivamente:

(2) João lavou **o carro**

(3) **João** lavou o carro.

(4) João entregou o livro **ao professor**.

(5) João comprou um livro **pela Internet**.

(6) João conheceu a Maria **em Salvador**.

No entanto, o modelo proposto por Jackendoff não contemplava papéis temáticos como ‘experienciador’, ‘causa’, ‘instrumento’, ‘benefactivo’, ‘malefactivo’, conforme (6), (7), (8) e (9), respectivamente:¹⁵

(7) **João** ama Ana.

(8) **A seca** no Nordeste destruiu as lavouras.

(9) Maria pintou o desenho **com giz de cera**.

(10) a. Maria presenteou **a avó** com um desenho.

b. Maria repreendeu **a irmã caçula**.

Uma consequência dessa abordagem é considerar que, além do verbo, são também predadoras as categorias lexicais N(ome), A(djetivo) e P(reposição), que não só selecionam semanticamente seus argumentos, mas também atribuem a eles um papel θ – assumindo-se a complementação nominal, como em ‘construção da casa’, ‘fiel ao amigo’, e a complementação preposicional, como em ‘sobre a mesa’.

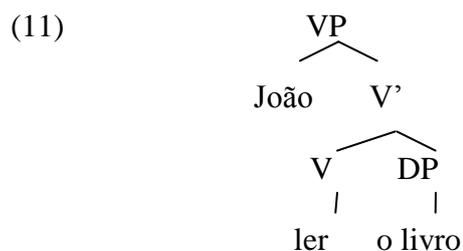
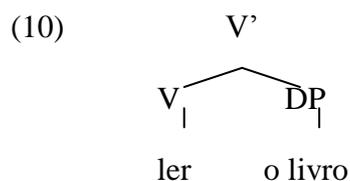
Um formalismo diferente é adotado por Dowty (1991), por exemplo, que vê os papéis θ como prototípicos. O autor toma os papéis θ de ‘agente’ e ‘paciente’ como o padrão semântico partilhado por um grande número de predicados em relação a seus argumentos. Dessa forma, sugere que o número de papéis θ pode ser reduzido a dois macro-papéis: proto-agente e proto-paciente. O proto-papel de ‘agente’ deve denotar envolvimento voluntário em um evento ou estado, expressar opinião e/ou percepção, causar evento ou mudança de estado em outro participante e denotar movimento em relação à posição de outro participante. O proto-papel de ‘paciente’ deve se submeter a

¹⁵ De acordo com Mateus *et alii* (2003), a lista de papéis temáticos varia em extensão e em nomenclatura de autor para autor, mas apontam como lista mínima de papéis relevantes para a descrição da estrutura argumental dos verbos os papéis de Agente, Fonte, Experienciador, Locativo, Alvo e Tema.

uma mudança de estado, ser um tema incremental, ser afetado causativamente por outro participante e permanecer estático em relação ao movimento de outro participante.¹⁶

Dowty (1991) pondera que os predicados podem apresentar, em relação a um de seus argumentos, todas ou algumas das propriedades mencionadas acima. A relação entre o proto-papel e a posição sintática é regida pelo “Princípio de seleção argumental”, segundo o qual o argumento para o qual o predicado possui o maior número de propriedades proto-agente será lexicalizado como o argumento externo do predicado, e o argumento que possui o maior número de características proto-paciente será lexicalizado como argumento interno (DOWTY, 1991).

Um núcleo lexical pode marcar tematicamente (θ -marcar) seu argumento direta ou indiretamente. De acordo com Williams (1981) e Jackendoff (1983), a marcação direta ocorre apenas com os argumentos pelo núcleo lexical, ou seja, com os complementos, conforme ilustra a configuração (10), em que o verbo ‘ler’ atribui ao DP ‘o livro’ o papel θ ‘tema’. A marcação indireta, por sua vez, envolve a posição de especificador, que não é subcategorizado pelo núcleo, mas pelo complexo formado por sua projeção intermediária, como mostra a configuração (11), em que o argumento externo ‘João’ recebe o papel θ de todo o V’, não apenas de V:



¹⁶ ‘Tema incremental’, segundo Arad (1998), é um tipo específico de ‘paciente’, cuja mudança de estado está relacionada com a progressão do evento (por exemplo, ‘lavar o carro’, ‘pintar a parede’, etc.). Diz-se que há um paralelismo entre o estado do mensurador e a organização temporal do evento (homomorfismo).

A realização do argumento externo no especificador do VP é referida como a *Hipótese do Sujeito Interno ao VP*. Formulada originalmente por Koopman & Sportiche (1988), a hipótese parte do pressuposto de que a atribuição de papel temático requer que os argumentos sejam realizados na projeção sintagmática do VP, sendo o argumento externo deslocado para a projeção de IP. Uma consequência da teoria temática é a de que os argumentos subcategorizados devem ser dotados de referencialidade, o que justifica o fato de que as categorias gramaticais mais apropriadas para figurarem como argumentos são as orações e os sintagmas nominais – posteriormente associados à estrutura do DP (cf. ABNEY 1987; LONGOBARDI, 1994).

No âmbito da teoria da Regência e Ligação, conforme Chomsky (1981, 1986), a atribuição dos papéis temáticos é regulada pelo princípio denominado ‘Critério Theta’.¹⁷ A violação desse critério gera sentenças agramaticais como (12):

(12) *O que a Maria comprou o vestido?

A agramaticalidade dessa sentença evidencia que existe uma relação entre a atribuição de papel temático e as posições em que os argumentos se realizam. Como existem três argumentos relacionados ao verbo ‘comprar’ e apenas dois papéis temáticos (‘agente’ e ‘tema’, respectivamente) a serem atribuídos, a sentença fracassa. Na sentença (13), em que o critério- θ foi respeitado, diante da hipótese do movimento do sintagma interrogativo (QU) da posição de argumento interno, para a periferia da oração, o resultado é uma sentença gramatical.

(13) O que_i a Maria comprou t_i ?

A teoria da estrutura argumental adotada em Chomsky (1981) apresenta dois objetivos principais: i) definir com precisão o número de argumentos especificados pelo

¹⁷ Critério- θ :

- (i) Cada argumento tem de receber um e apenas um papel temático;
- (ii) Cada papel temático tem de ser atribuído a um e apenas um argumento.

predicado e ii) identificar a natureza semântica desses argumentos de acordo com a relação estabelecida pelo estado de coisas descrito pelo verbo e o estatuto categorial que assumem na grade argumental (NP, PP, CP). No entanto, não faz referência à posição sintática em que os argumentos são realizados/mapeados na estrutura oracional.

A questão da realização sintática dos papéis temáticos na estrutura oracional é discutida em diferentes abordagens, havendo um debate acerca do lugar onde ocorre esse mapeamento, se no léxico ou no predicado. No primeiro caso, parte-se da observação de que existe regularidade na relação entre papéis temáticos e certas posições sintáticas, a qual se deduz do significado do verbo. No segundo caso, o verbo e o(s) argumento(s) definem uma relação, a qual descreve um tipo de evento.

2.1.1 A proposta baseada no léxico: projecionismo

No âmbito da Teoria Gerativa, mesmo com o surgimento de perspectivas distintas acerca da articulação entre o léxico e a sintaxe, dois pontos fundamentais coincidentes podem ser apontados: primeiramente a ideia de que os papéis temáticos não são primitivos e, conseqüentemente, não constituem informação lexical relevante para a sintaxe. O segundo ponto é articulação entre as informações aspectuais dos verbos e suas respectivas estruturas argumentais.

A interface Sintaxe-Semântica Lexical corresponde a uma abordagem da linguística cujo objetivo é investigar as propriedades semânticas contidas nos itens lexicais de uma dada língua e que desempenham um papel crucial para a representação sintática. Partindo desse princípio, o léxico, mais que um inventário de palavras, é um componente muito bem sistematizado e que guarda informações relevantes para a formulação de generalizações acerca das línguas.

Conforme observado em Levin & Rappaport (1995), a proposta de configuração sintática baseada no léxico pressupõe uma teoria da representação da semântica lexical, na qual são formuladas as regras de *linking* (ou mapeamento) entre as propriedades lexicais e a estrutura sintática. As bases dessa teoria são formuladas originalmente em Jackendoff (1983, 1990), com a postulação da Estrutura Léxico Conceptual (*Lexical Conceptual Structure/ LCS*) que consiste na decomposição dos verbos em primitivos lexicais, o que permite derivar uma estrutura sintática.

Desde 1972 (e em trabalhos subsequentes como Jackendoff 1983; 1990), Jackendoff, já defendia a existência de um nível de representação linguística diferente da estrutura sintática o qual denominou nível da estrutura conceptual. Segundo o autor, esse nível é constituído por um inventário de primitivos semânticos, representado pelas categorias ontológicas EVENTO, ESTADO, COISAS, PROPRIEDADES, LUGARES, QUANTIDADES e por regras de combinação. Percebe-se que as noções associadas a aspecto começam a ser inseridas nas representações lexicais já nesse tipo de noção de predicado de carácter conceptual.

Esses primitivos lexicais incluem meta-predicados, tais como *CAUSAR*, *IR*, *SER*, *FICAR*, e entidades, como ‘Coisa’ (ou ‘Objeto’), ‘Evento’, ‘Estado’, ‘Ação’, ‘Lugar’, ‘Caminho’, ‘Propriedade’, ‘Quantidade’, a partir dos quais o significado do verbo individual é construído. A representação estrutural que descreve o significado do predicado *drink* ‘beber’, segundo essa concepção, está ilustrada em (14):

(14) [V [____ <NP_j> [[_{event}CAUSE ([thing]_i, [_{event}GO ([_{thing}LIQUID]_j), [_{Path}TO ([_{Place}IN ([thing MOUTH OF ([_{Thing}]_i))]]))]] (JACKENDOFF, 1990:80))

De acordo com essa proposta, papéis temáticos pertencem ao nível da estrutura léxico-conceptual, não à sintaxe, sendo, portanto, noções relacionais definidas sobre a estrutura conceptual. Representações lexicais definidas por propriedades léxico-conceptuais permitem a identificação de classes de verbos, que partilham algumas características semânticas e sintáticas, conforme exemplificado em (15), com exemplos adaptados de Jackendoff (1990):

- (15) a. [x CAUSE [y BECOME P_{loc} z]]
 b. [evento IR ([objeto], [trajetória])]

c. [evento MOVER-SE ([objeto])]

Essa proposta foi adotada em muitos estudos, como Hale e Keyser (1986), Rappaport & Levin (1988, 1995), Pinker (1989), Pesetsky (1995). A Hipótese da Atribuição Uniforme de Papéis Temáticos (*Uniformity of Theta Role Assignment*

Hypothesis/UTAH) de Baker (1988), associada à postulação de hierarquias de papéis temáticos (cf. PESETSKY, 1995), são tipos de especificação adotados. Referem-se à exigência de que o papel temático atribuído a um item seja mapeado em uma posição estrutural fixa, o que torna a relação entre o léxico e a sintaxe uniforme. Assim, dois papéis temáticos podem ser mapeados na mesma posição, mas o inverso não é possível: um papel temático não pode ser mapeado em mais de uma posição.

Inspiradas na proposta de Jackendoff, Zubizarreta (1987) e Levin e Rappaport (1988, 1995) defendem que o léxico apresenta dois níveis de representação lexical: a estrutura argumental e a representação léxico-conceitual. Nesse modelo, no entanto, nada é dito sobre a distribuição dos argumentos sujeito e objeto. Para resolver essa questão são utilizadas regras de ligação, dentre as quais: i) Regra de ligação de causa imediata, segundo a qual o argumento que denota a causa imediata do evento deve ser o argumento externo desse verbo; e ii) Regra de ligação de mudança direta em que o argumento correspondente à entidade que sofre a mudança descrita pelo verbo deve ocupar a posição de argumento interno. Verbos de alternância locativa têm sido analisados satisfatoriamente sob esse quadro teórico.

Diante da existência de alternâncias sintáticas, a manutenção de UTAH requer um refinamento da semântica para distinguir papéis temáticos e sua distribuição em hierarquias de papéis temáticos, que permitem estabelecer a ocorrência dos argumentos na estrutura oracional. De acordo com as hierarquias temáticas, as posições sintáticas não receberão sempre os mesmos argumentos semânticos, mas estabelece que os papéis temáticos que aparecem no topo de uma dada hierarquia deverão aparecer em posições sintáticas mais altas. Numa escala de valores, o papel de ‘agente’ é o mais proeminente para ocupar a posição de argumento externo, não havendo na estrutura um agente, o papel semântico que vem depois na hierarquia ocupará a posição, e assim sucessivamente. Quanto ao papel ‘tema’, o mais provável é exercer a função de argumento interno.

Algumas das propostas de hierarquias temáticas são as seguintes:

(i) Agent > Location / Source / Goal > Theme (JACKENDOFF, 1972)

(ii) Agent > Beneficiary > Recipient / Experiencer > Instrument > Theme/Patient > Location (BRESNAN & KANERVA, 1989);

- (iii) (Agent (Experiencer (Goal / Source / Location (Theme)))) (GRIMSHAW, 1990);
- (iv) Cause >Experiencer > Goal / Location / Target >Theme (PESETSKY, 1995).

É possível constatar que as propostas citadas, embora baseadas em informações semânticas, relacionam-se a noções aspectuais, como a causalidade, por exemplo. A ideia de que a natureza aspectual de um verbo é relevante não só para a semântica, como também para a sintaxe que foi fortalecida ao longo dos anos 80.

Os estudos linguísticos, tradicionalmente, relacionavam as propriedades aspectuais à expressão da (im)perfectividade por meio de morfemas flexionais dos verbos e/ou do uso de verbos auxiliares em expressões perifrásticas. O *aktionsart*, em contrapartida, era uma noção resultante da articulação das propriedades semântico-lexicais dos verbos que eventualmente era repercutida no nível sintático. O desenvolvimento dos estudos linguísticos, no entanto, tem mostrado a aproximação entre aspecto e *aktionsart*, as quais se relacionam à estrutura temporal dos eventos.

O aspecto é definido nos estudos linguísticos como uma categoria não-dêitica que marca a duração de um evento ou as fases pelas quais ele passa (COMRIE, 1976). Na categoria aspecto, o tempo é uma propriedade interna, inerente ao desenvolvimento do evento, capaz de mostrar a forma como este se dá ou mesmo como ele é distribuído, sem, contudo, fazer alusão ao momento da fala.

Segundo Comrie (1976) existem dois tipos de aspecto. O aspecto gramatical (*viewpoint aspect*) denota uma perspectiva temporal dos eventos, estabelecendo a distinção entre o perfectivo (evento completo), o imperfectivo (constituído por fases) e o progressivo (evento durativo). É realizado na expressão linguística por categorias gramaticais, normalmente expressas pelas flexões verbais. O aspecto lexical (*aktionsart* = modo de ação), em contrapartida, refere-se aos limites relativos ao evento, impostos pelo próprio verbo e que determinam se o evento é télico (com duração definida) ou atélico (com duração indefinida); se ocorre instantaneamente ou se utiliza uma fração de tempo.

Um estudo seminal a respeito do aspecto lexical é formulado em Vendler (1976), o qual propõe quatro classes de eventos, de acordo com as propriedades aspectuais dos verbos: (i) atividades (*activities*), que denotam eventos durativos, dinâmicos e atélicos (como em ‘João dirigiu o carro’); (ii) processos culminados (*accomplishments*), que

expressam processos dinâmicos, durativos e télicos (como em ‘João dirigiu o carro até a faculdade’); (iii) culminações (*achievements*), que exprimem eventos dinâmicos, pontuais e télicos (como em ‘O João chegará em alguns instantes’) e (iv) estados, que representam eventos não dinâmicos, durativos e atélicos (como em ‘O João sabe a resposta’). Smith (1991) acrescenta às categorias de Vendler os semelfactivos, caracterizados por representarem eventos instantâneos, que não produzem resultado algum (como em ‘João espirrou’).¹⁸

Hoje, a classificação proposta por Vendler não é totalmente verdadeira se os verbos forem tomados isoladamente. É incontestável a relevância do contexto sentencial para a composição das propriedades aspectuais dos verbos. Isso pode ser facilmente comprovado diante do contraste entre pares como ‘correr e correr uma corrida’, ‘pintar o quadro e pintar quadros’ etc. A relevância das propriedades aspectuais pode ser atestada pela *Hipótese da Interface Aspectual* (AIH), apresentada por Tenny (1987, 1992), segundo a qual o aspecto verbal seria o verdadeiro mediador no mapeamento sintático da estrutura argumental. O mapeamento estabelecido entre a estrutura temática e os argumentos selecionados pelos verbos é controlado por propriedades aspectuais.

Tenny acredita na existência de uma estrutura aspectual universal a qual atua em composição com os argumentos internos (diretos), externos e oblíquos, determinando, assim, os tipos de participantes dos eventos, bem como as posições sintáticas que cada argumento pode ocupar. De acordo com essa perspectiva, apenas as propriedades aspectuais da estrutura temática estariam visíveis para a sintaxe. Conforme a autora, os papéis argumentais sintaticamente relevantes são aqueles cruciais para a interpretação aspectual.

Entre as informações aspectuais, destacam-se a ‘medida’, associada a argumento interno direto e a um limite temporal, e o ‘término’ (*endpoint*), associada ao argumento interno indireto. Partindo desse pressuposto, Tenny propõe que a interpretação aspectual resulta da interação do predicado com os argumentos, os quais assumem papéis distintos e se manifestam em diferentes classes aspectuais: o ‘originador’ do evento (*originator*); o ‘medidor’ do evento (*measurer*) e o ‘caminho’ (*path*). Este último passível de entrar em composição com o argumento definido como ‘ponto final’ (*end point*); Essa

¹⁸ Agradeço ao Prof. Marcus Lunguinho (c. p.) por ressaltar que a contribuição de Vendler, no sentido de identificar as classes de evento, deu origem a um sistema de traços que distingue predicados [+/-dinâmicos], [+/-processo]; [+/-télico] adotado em estudos subsequentes.

formulação é assumida em estudos subsequentes, inclusive de base construcionista, como os de Borer (1994) e Arad (1996).

O argumento externo, segundo Tenny, além de não poder ser um medidor, uma trajetória ou um ponto final, não participa da delimitação do evento descrito pelo verbo. Em síntese, para Tenny, as informações aspectuais são consideradas as mais relevantes para a articulação entre semântica-lexical e sintaxe. A autora afirma que os papéis aspectuais de ‘medida’, ‘caminho’ e ‘término’ são capazes de substituir com vantagem os papéis temáticos clássicos. O exemplo (16) ilustra os papéis aspectuais ‘originador’ (João) e ‘medidor’ (o bolo). O término do processo verbal é determinado pela descrição do processo incremental resultante do consumo da entidade ‘o bolo’.

(16) [OR João] comeu [MEDIDOR o bolo]. [processo culminado]

Em (17), ‘João’ é originador de um evento dinâmico, que descreve uma trajetória, mas o argumento ‘o carro’ não mede o evento, resultando na interpretação de atividade. Apenas com a inserção do locativo ‘até a faculdade’ é que o evento passa a receber uma delimitação.

(17) a. [OR João] dirigiu o carro. [atividade]

b. [OR João] dirigiu o carro [CAMINHO/FIM até a faculdade]. [processo culminado]

Uma propriedade inerente a alguns verbos é, portanto, exigir que a trajetória (*path*) seja expressa. É o caso de verbos de trajetória, conforme (18):

(18) [OR O carro de João] vai [CAMINHO pela estrada de terra]. [atividade]

A sentença (18) ratifica a necessidade de se considerar a trajetória (*path*) uma categoria aspectual determinante na análise do grupo de verbos que inclui o verbo ‘ir’. Nota-se em (18) que a presença de uma expressão que denota a trajetória é suficiente

para o licenciamento do predicado, sendo dispensável a definição do ponto final (*end point*).

Adotando essa linha de análise, consideramos ser possível discutir ainda o dado (19), que corresponde a um uso idiomatizado do verbo ‘ir’, indicando uma saída intempestiva, sendo omitida a informação denotadora da trajetória ou do alvo do movimento. Nota-se que, nesse caso, o verbo é usado no pretérito perfeito, não sendo possível o uso de outras flexões de tempo/aspecto (ou outras flexões de pessoa):

(19) a. Fui!/*Vou!/*Irei!

Nossa hipótese é que a possibilidade de omitir o argumento locativo está associada ao uso do verbo no pretérito perfeito – nesse caso, pode-se dizer que as propriedades aspectuais do predicado, particularmente no que se refere ao traço aspectual *caminho + término*, interagem com a codificação do aspecto gramatical perfectivo, presente na flexão do verbo, licenciando a variável de lugar para uma interpretação arbitrária – *fui [para algum lugar]!* Essa situação está representada na configuração em (20).

(20) b. [IP fui_[+T/+perfectivo] [AspP[caminho/término] [LOC_[arb]∅] Asp_{fin} [VP V_{fin}]]]

Nesse caso, as propriedades aspectuais do predicado interagem com a codificação do aspecto gramatical. A análise que propomos para os verbos de movimento direcional incluirá a noção de aspecto apresentada por Tenny (1994) e desenvolvida em trabalhos subsequentes, como discutiremos nos capítulos que se seguem.

2.1.2 A abordagem baseada no predicado: construcionismo

Na vertente baseada no predicado, linguistas como Gleitman (1990), Borer (1994, 1996), Goldberg (1995), van Hout (1996), Hale e Keyser (1997), Arad (1998),

entre outros, assumem que as informações temáticas são determinadas pelas posições estruturais na configuração, mais do que pelas entradas lexicais de predicados.

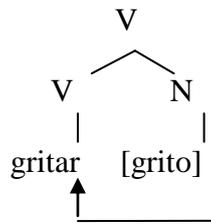
Arad (1998) observa que todos os sistemas de mapeamento sintático baseados em entradas lexicais são fundamentados em algumas especificações que servem de entrada para o mecanismo de mapeamento. Esses sistemas, segundo a autora, incluem pelo menos três níveis distintos: o primeiro, de representação lexical, em que estão todas as informações relevantes para a sintaxe; um nível sintático, no qual as informações lexicais são mapeadas (estrutura profunda); e um sistema de mapeamento, isto é, um mecanismo cuja entrada é constituída de informações lexicais e a saída, de informações sintáticas.

Hale & Keyser (1993, 1997, 1998 e 2002), por exemplo, defendem a existência de uma sintaxe lexical, na qual são expressas as relações argumentais, distinguindo-se do nível de projeção da sintaxe sentencial. Tal proposta se fundamenta no relacionamento existente entre os itens lexicais que participam da predicação, não nas informações lexicais de um item considerado o núcleo do predicado. No nível de projeção da sintaxe sentencial, o item lexical se relaciona com seus argumentos e com as categorias funcionais da projeção sentencial. No nível da projeção lexical, o item lexical participa de um sistema de relações estruturais com seus argumentos.

Apesar de existir em número abundante nas línguas naturais, os verbos são limitados quanto à variedade e complexidade de configurações em que ocorrem. Tais estruturas determinam a quantidade de posições para argumentos internamente na sintaxe lexical, em termos da relação estabelecida pelos núcleos lexicais presentes na estrutura do predicado. Segundo essa teoria, por meio de um tipo específico de incorporação – *conflation* –, a matriz fonológica de um núcleo lexical ocupa a posição de um núcleo que regente não realizado fonologicamente, derivando-se as classes verbais sintéticas a partir das analíticas.

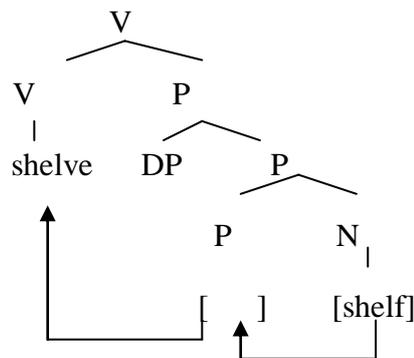
Assim, os autores caracterizam a configuração monoargumental como uma estrutura argumental simples, em que um núcleo verbal seleciona um núcleo nominal como complemento. Tal configuração corresponde à classe dos verbos inergativos, os quais manifestam uma estrutura analítica ou sintética: “dar um grito > gritar”, conforme ilustrado em (21):

(21)



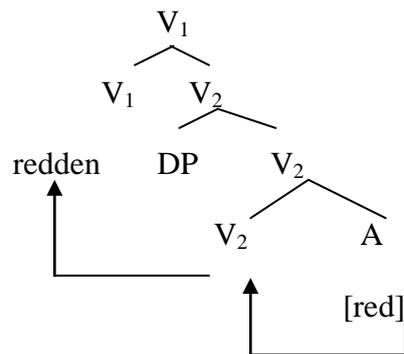
A configuração (diádica) biargumental básica, segundo os autores, é uma estrutura argumental representada por um núcleo adposicional – preposicional / posposicional – nulo, que toma um nome como complemento e projeta um especificador, além de projetar um núcleo verbal mais alto, também nulo. Esta configuração é a responsável por gerar estruturas transitivas como “Maria engavetou os documentos” (= Maria pôs os documentos na gaveta), conforme ilustrado em (22), com dados do inglês:

(22)



A configuração biargumental composta é uma estrutura argumental, cujo núcleo verbal exige complemento predicativo, ou seja, de natureza adjetival, e que projeta um especificador. Esta é a configuração correspondente à classe dos verbos inacusativos alternantes, que ocorrem em estruturas como “A poluição avermelhou o céu” e “O céu avermelhou”, conforme ilustrado em (23), com dados do inglês:

(23)



Com relação aos verbos que apresentam complementos preposicionais, os autores distinguem entre preposições de coincidência terminal e preposições de coincidência central. As primeiras são aquelas em que o termo incorporado representa o ponto final do movimento da entidade representada pelo argumento. As segundas correspondem àquelas em que o termo incorporado passa a ter contato com a superfície denotada pelo argumento. Os traços semânticos em questão correspondem, respectivamente, às posições de “localização”, expressa em inglês pela preposição *on*, e “locação”, expressa em inglês pela preposição *with*, conforme (24):

(24) a. *He put books on the shelf/ He shelved the books*

b. *They contaminated water with poison/ They poisoned the water*

Nesse modelo, os tipos de estrutura argumental descrevem eventos como criação, mudança de estado e locação, mediante regras sintáticas que articulam os núcleos lexicais, i.e., todas as operações têm lugar na sintaxe (lexical).

Outras propostas baseadas no predicado incluem a distribuição dos argumentos na estrutura oracional, pela projeção de núcleos funcionais acima de VP responsáveis por codificar propriedades aspectuais do predicado ou a quantização do argumento (interno) (cf. BORER 1994, 2005 a,b, NAVES (2005), RAMCHAND, 2005). Tais abordagens são formuladas a partir do estudo original de Tenny (1986, 1989), em que os papéis temáticos são definidos em função propriedades aspectuais do predicado.

No âmbito da abordagem construcionista, Borer (1994, 1996) apresenta um modelo que pretende inserir as propriedades aspectuais, dada a relevância da categoria

aspecto, sem, contudo, sobrecarregar as entradas lexicais como ocorria, por exemplo, no modelo proposto por Chomsky no âmbito da TRL, segundo a autora, redundante em virtude da duplicação de informações para atender às entradas lexicais e às estruturas sintáticas. Isso justifica o desejo de desenvolver um modelo mais simples, em que as entradas lexicais indicassem apenas o número de argumentos sob a forma de variáveis, dispensando por completo as hierarquias temáticas. A autora resolve a questão da interpretação dos constituintes a partir da inserção de informações aspectuais localizadas em posições estruturais específicas.

Para Borer, o aspecto *aktionsart* é compreendido como parte semanticamente importante para os itens lexicais. No entanto, diferentemente de abordagens projecionistas, a linguista concebe uma estrutura sintática que abarque categorias aspectuais com valores distintos (AspP evento e AspP processo), sendo tais categorias dotadas de plenitude funcional com núcleo e especificador próprios, habilitados para atuarem na atribuição de caso e proporcionar legibilidades aos argumentos.

Na próxima seção, apresentamos a abordagem da semântica representacional, buscando adequá-la à abordagem projecionista. Seguindo o pensamento de Jackendoff (1990), Chierchia (1989), de certo modo Dowty (1989), entre outros, assume-se que o sentido das orações é estruturado e está submetido a um tratamento sistemático, constituindo um componente autônomo da teoria gramatical, tal qual a sintaxe. Isso significa que a teoria que se ocupa das relações semânticas é elaborada e apresenta primitivos e operações próprios. Para expressar tais relações, adota-se um princípio de projeção da representação semântica sobre a representação sintática e regras de correspondência (a hierarquia temática) entre essas duas representações (JACKENDOFF, 1990).

2.1.3 Papéis temáticos na abordagem da semântica representacional

Os estudos de Cançado (2000a, 2000b, 2002a, 2005, 2010) relacionados à caracterização dos papéis temáticos advoga que a realização sintática dos argumentos dos verbos está sujeita à natureza semântica dos mesmos, os quais estão presentes nas entradas lexicais dos verbos. A autora destaca que essa teoria está inserida em um

modelo específico: a semântica representacional, cujos pressupostos teóricos são: (i) a semântica, bem como a sintaxe, constitui um componente autônomo; (ii) adota o princípio de projeção da representação semântica (MARANTZ, 1984, *apud* CANÇADO, 2000a) sobre a representação sintática e as regras de correspondência (hierarquia temática)¹⁹ entre essas representações; (iii) lida com a estruturação das representações mentais das noções predicativas de agente, paciente etc (hierarquias temáticas); (iv) adota a noção de predicação semântica de Franchi (1988).²⁰

Nesse contexto, assume-se a mediação de uma representação conceitual entre as expressões, por um lado, e os eventos e objetos a que se referem, por outro. A própria linguagem se estende além do componente conceitual-predicativo. Projetada sobre a estrutura sintática, a representação conceitual adquire uma face linguística, refletindo modos específicos de estruturação da realidade e sujeita a limites das gramáticas das línguas.

As relações temáticas, segundo essa proposta, são estabelecidas entre predicadores (diátese) e seus argumentos (papéis temáticos), sendo os predicadores representados por itens lexicais e/ou expressões complexas. Ao contrário do papel temático atribuído singularmente a um argumento, a diátese de um predicador pode se construir em um esquema relacional complexo em que entram vários argumentos e depende: (i) do número de argumentos selecionados; (ii) da qualidade dos papéis temáticos associados a seus argumentos; e (iii) da orientação da relação estabelecida entre os argumentos pela mediação do predicador.

Franchi (1985) afirma que, além de uma semântica referencial, tradicionalmente construída como uma semântica de valores de verdade, é pertinente adotar uma semântica representacional que lida com a estruturação das representações mentais das noções predicativas de Agente, Paciente, etc. Segundo o autor, predicação (semântica) corresponde a uma relação de sentido entre duas expressões singulares ou,

¹⁹ A Hierarquia Temática constitui um princípio que possibilita ordenar a estruturação sintática das sentenças em função das relações semânticas, ou seja, na estruturação de um dado evento, em termos de papéis temáticos. Esse princípio determina o papel temático que cada posição sintática vai acolher.

²⁰ O autor afirma que a predicação (semântica) constitui uma relação de sentido entre duas expressões, mas alerta que essa relação pode ser estabelecida composicionalmente entre expressões complexas. Segundo o autor, um modo natural de expressar as consequências de sentido é fazê-las corresponder aos papéis temáticos dos argumentos determinados por essa relação (FRANCHI, 1998 *apud* CANÇADO, 2000).

composicionalmente, entre expressões complexas, isto é, determinada por propriedades semânticas de um item lexical (N,V,A,P) e pela composição desses itens (FRANCHI, 1997). Uma consequência natural é a associação do argumento selecionado na predicação aos papéis temáticos acolhidos pelas posições sintáticas.

O conteúdo semântico dos papéis temáticos, por sua vez, define-se a partir de acarretamentos partilhados por argumentos da mesma posição sintática aberta por expressões predicadoras, ideia de Franchi (1998), ampliada a partir de Dowty (1989). Dessa forma, os papéis temáticos podem ser caracterizados de forma flexível, facilitando a atribuição de um estatuto teórico não a papéis temáticos, mas a acarretamentos considerados cruciais para a gramática de uma dada língua.

(25) João quebrou o vaso **com** um martelo.

No exemplo acima, extraído de Cançado (2003: 51), vemos que o papel temático atribuído a *João* é resultante de um conjunto de propriedades semânticas, tais como: + controle; + desencadeador do processo verbal; + volitivo; + animado e, o mais importante, o fato de utilizar um instrumento ‘um martelo’, que é o que acarreta o argumento ‘João’ ser agente, já que ‘quebrar o vaso’ pode descrever uma situação em que não há intenção de executar a ação.

Cançado assume, da mesma forma que Baker (2001), que todos os argumentos introduzidos por preposição estão em posição de adjunção, mesmo que o argumento preposicionado seja obrigatório para interpretação do predicado, conforme discutirei no capítulo 4. Contudo, considera a existência de preposições que são parte integrante do verbo. Nesses casos, a preposição não pode mudar, como em ‘depende de’, ‘concordar com’, ‘votar em’, ‘morar em’, diferentemente das preposições em posição de adjunção que podem ser mudadas de acordo com o sentido desejado e as compatibilidades lexicais, como em:

(26) João quebrou o vaso **com/contra/sobre** um martelo.

Em relação aos verbos de movimento direcional, o PP é normalmente opcional e pode acarretar diferentes interpretações em virtude substituição da preposição, como em

(27) em que a perspectiva do movimento (origem/destino) é modificada pela mudança da preposição.

(27) João veio (**de/para** Brasília).

Com o verbo ‘ir’, no entanto, o PP não se apresenta igualmente opcional nem tem o sentido alterado em virtude da mudança da preposição, como (28):

(28) João foi *(**a/ em/ para** Brasília).

De certa forma, a preposição que introduz o locativo do verbo ‘ir’ se alinha com aquelas consideradas inerentes ao verbo, situação em que os PPs são assumidos por Cançado como complementos, estando, portanto, sujeitos ao Princípio da Hierarquia temática.

De acordo com essa teoria, sendo a passagem da estrutura do evento para a expressão linguística intermediada pela estrutura semântica, que é pluridimensional, a representação sintática depende da instauração de uma perspectiva discursiva sobre o evento, da hierarquia temática que organiza os argumentos na estrutura e dos recursos lexicais e morfológicos disponíveis em cada língua. Portanto, diátese e papéis temáticos são noções linguísticas que dependem, em parte, do léxico.

Embora algumas propostas atribuam as instanciações sintáticas inteiramente ao léxico, nessa perspectiva, acredita-se que o léxico expressa a diátese de grande parte dos predicadores, mas não de todos. Há construções, cuja diátese está não no léxico, mas no resultado da construção do sentido das expressões complexas.

Na concepção de Franchi (1998, citado por CANÇADO, 2000), os predicadores complexos podem ser formados a partir de processos de composicionalidade e/ou componencialidade. A composicionalidade corresponde a um processo transitivo, cujo resultado final depende da diátese de cada item participante. Por essa razão, diz-se que um item lexical tem sua diátese fixada historicamente para o seu uso atual, o que contribui para a estruturação e interpretação da sentença, na medida em que os argumentos (explícitos ou implícitos) são mapeados em determinadas posições sintáticas.

A composicionalidade, por outro lado, é o resultado da construção de uma expressão complexa em que não entram apenas as propriedades específicas de cada item lexical. Ou seja, a diátese dos predicadores complexos não está expressa no léxico. Por essa razão, propõe-se um enfraquecimento da hipótese da atuação do léxico como um filtro linguístico, assumindo-se que, nos processos componenciais a atuação do léxico está restrita a processos gramaticais. Cançado (2000) entende que a adoção de uma teoria gramatical com uma semântica estruturada alivia a sintaxe da língua, tornando desnecessário falar em papéis temáticos nesse componente. Diante das evidências de que existem propriedades semânticas relevantes para a estruturação sintática das línguas, advoga a favor de uma teoria gramatical que apresente um componente semântico autônomo.²¹

Quando defendemos a ideia de que o verbo de movimento direcional ‘ir’ seleciona pelo menos dois argumentos, consideramos que o verbo atua composicionalmente com o constituinte sintático denotador de Trajetória. Admitimos, inclusive, que esse constituinte pode ser realizado de várias maneiras. Quando provido de material fonológico, normalmente é regido por uma preposição direcional e/ou locativa, posto que ambas as noções estão envolvidas nas fases de uma trajetória (início, meio e fim) e em sua constituição semântica (deslocamento de um ponto a outro, em um espaço específico). Sem a representação de pelo menos uma das etapas da trajetória ou do local onde ela se desenvolve o resultado é a agramaticalidade da sentença:

(29) O carro vai *(pela estrada de terra).

Conforme o exemplo acima, o PP não é prescindível na estrutura argumental do verbo de movimento direcional ‘ir’, posto que é exatamente ele que fornece a noção de local onde ocorre a trajetória, o que, como dissemos anteriormente, é suficiente para que a sentença seja bem sucedida com esse verbo.

Como é possível perceber, esta pesquisa caminha em direção a uma explicação dos fatos que procura dialogar com abordagens, que embora defendam concepções

²¹ Agradeço à Prof^a Márcia Cançado pela participação no meu exame de qualificação e por aceitar estar na banca, embora por motivo de força maior não tenha participado da defesa. Certamente todas as observações contribuíram para o desenvolvimento da versão final da minha tese.

distintas, apresentam pontos fortes e que são pertinentes para a análise dos verbos de movimento direcional, também classificados como inacusativos, conforme a discussão seguinte.

2.2 Verbos de movimento direcional e inacusatividade

Perlmutter (1978), no âmbito da Gramática relacional, foi o responsável pelo estabelecimento da distinção entre duas classes de verbos considerados intransitivos: os inergativos e os inacusativos ou ergativos. Essa proposta ficou conhecida como “Hipótese Inacusativa”, a qual correspondia a um fenômeno sintático, embora determinado por aspectos semânticos.

Os verbos inergativos, segundo o autor, denotam atividades ou processos que podem depender de um sujeito agentivo, expressando eventos de causa interna como *chorar*, *rir*, *saltar* e *tossir*. Nesse caso, existe uma propriedade inerente ao único argumento do verbo, a volição ou controle. Podem também ocorrer com sujeito não-agentivo, quando se tratar de verbos de emissão percebida sensorialmente como *brilhar*. Verbos inacusativos, interessante, são verbos que apresentam algumas características que os aproximam dos transitivos; outras que os alinham com os inergativos e algumas que lhes são particulares.

Prototipicamente os verbos inacusativos, assim como os inergativos, estão associados a um único argumento. No caso dos inacusativos, embora não seja óbvia a interpretação desse argumento como objeto lógico, é possível verificar por meio de testes sintáticos a origem desse argumento que funciona apenas sintaticamente como sujeito, contrariamente ao argumento do verbo inergativo, que é simultaneamente sujeito nocional e sintático.

As observações relativas à semântica dos verbos inacusativos e inergativos podem ser confirmadas mediante a aplicação de testes sintáticos que variam de acordo com as propriedades do sistema gramatical da língua. É o caso das chamadas construções com particípio absoluto encontradas no português. A possibilidade de ocorrer com alguns verbos intransitivos permite constatar que o argumento nesse caso apresenta propriedades semelhantes às dos argumentos internos dos verbos transitivos. Tais semelhanças permitem distinguir os verbos inacusativos dos inergativos, pois estes

últimos constituem o único tipo que não admite construções com particípio absoluto, conforme ilustram os contrastes em (30):

- (30) a. Maria lavou as louças e foi deitar.
a'. Lavadas as louças, Maria foi deitar.
b. Chegou a primavera e o jardim floriu.
b'. Chegada a primavera, o jardim floriu.
c. A criança dormiu e a mãe foi descansar.
c'. *Dormida a criança, a mãe foi descansar.

O mesmo ocorre com o particípio realizado em posição atributiva. O termo que ocupa a posição de sujeito gramatical, modificado pelo particípio absoluto em (31b/c), é originado como argumento interno do verbo desenvolvido, conforme evidencia a estrutura (31a) e a agramaticalidade da intransitiva (inergativa) (31d).

- (31) a. A Maria concluiu a tarefa.
a'. A tarefa concluída será recompensada.
b. A criança adoeceu de repente.
b'. A criança adoecida foi levada ao hospital.
c. A criança dormiu rapidamente.
c'. *A criança dormida está febril.

A comparação entre a oração transitiva (32a) e as orações que contêm formas de particípio absoluto na posição predicativa comprovam que o sujeito gramatical das estruturas (32b/c) é, na verdade, um objeto lógico, ou seja, corresponde ao argumento interno da versão transitiva. Por essa razão, o resultado com o verbo intransitivo (inergativo) é agramatical.

- (32) a. O Paulo fechou a porta.
a'. A porta está fechada.
b. O assassino de João morreu.
b'. O assassino de João também está morto agora.
c. O aluno riu do colega.
c'. *O aluno está rido.

Com os exemplos apresentados, observa-se que as orações reduzidas de participípio, as posições predicativas e as posições atributivas operam sobre argumentos gerados como argumento interno, por isso a ocorrência dessas estruturas só é possível com os verbos transitivos (como lavar, concluir e matar) e inacusativos (como chegar, adoecer e fechar) respectivamente.

Burzio (1981, 1986) incorpora a chamada “hipótese da inacusatividade” à teoria de Regência e Ligação, formulada no âmbito da gramática gerativa, em que a distinção tem se mostrado relevante em diversas análises, especialmente no que se refere à configuração sintática em que ocorrem. Consoante esse autor, o verbo inacusativo seleciona apenas um argumento (interno) ao qual não atribui Caso Acusativo.

Conforme os resultados de Burzio (1986) para o italiano, o argumento interno de um verbo inacusativo é objeto direto em estrutura-D que, ao ser movido para spec de IP (posição não temática), torna-se sujeito sintático. A partir dessa análise, Burzio (1986) formula sua conhecida generalização, segundo a qual: (i) *A verb which lacks an external argument fail to assign accusative case* (1986, p. 178-9); (ii) *A verb which fail to assign accusative case fails to theta-mark an external argument* (1986: 184).

Os sujeitos sintáticos de construções inacusativas são, para Burzio (1986), objetos em estrutura-D, ideia que o autor evidencia a partir da análise da relação do clítico ‘*ne*’ do italiano com o objeto direto de verbos transitivos (33a/b); com o sujeito de construções inacusativas (33c/d), ambas gramaticais, e a agramaticalidade em construções com verbos inergativos (34).

- (33) a. *Giacomo há insulato due studenti.*

- b. *Giacomo NE há insultati due studenti.*
- c. *Molti studenti arrivanoo.*
- d. *Ne arrivanoo molti.*

- (34) a. *Molti studenti telefonano.*
- b. **Ne telefonano molti.*

Os verbos inacusativos são, por definição, verbos que denotam estados ou eventos não-agentivos como *existir, aparecer, chegar, florescer e crescer*, cujo argumento único se interpreta como o elemento que recebe a ação, produz ou manifesta a eventualidade denotada pelo verbo. Ou seja, o argumento desse verbo é um tema ou paciente.

Inicialmente as análises apontavam o caráter semântico do único argumento selecionado pelo verbo como o principal critério para a distinção entre as duas classes de verbos intransitivos. Os agentes se realizam sintaticamente e de um modo uniforme como sujeitos da oração tanto com verbos transitivos, quanto com verbos inergativos. Os temas ou pacientes se realizam como objetos dos verbos transitivos e como sujeitos sintáticos de verbos inacusativos.

Os verbos inacusativos, no entanto, não constituem uma classe homogênea, uma vez que não apresentam as mesmas características e comportamentos derivacionais, isto é, alguns permitem alternância causativa, outros não. Conforme as orações a seguir:

- (35) a. João chegou.
- b. **João chegou o menino.*
 - c. João chegou o menino pra frente.

- (36) a. O copo quebrou.
- b. João quebrou o copo.

Em (35), aparece um verbo inacusativo de movimento direcional que aparentemente não permite a contraparte transitiva, conforme a agramaticalidade da

oração (35b). Contudo, os denominados inacusativos puros, ou seja, que não licenciam a contraparte transitiva, podem perfeitamente figurar em uma estrutura transitiva quando se acrescenta na grade argumental do verbo uma trajetória constituída por um PP (35c). Nesse caso, não se pode caracterizar a estrutura como monoargumental, provida apenas de um sujeito derivado por movimento sintático, como a apresentada em (36) em que o verbo *quebrar* atua em duas valências, a intransitiva, em (36a); e a transitiva, em (36b), com estrutura biargumental.

Levin & Rappaport (1992) apresentam uma preocupação com a relação existente entre a classe de verbos de movimento e o fenômeno da inacusatividade. Inicialmente, os verbos de movimento eram incluídos em uma única classe verbal e se apresentavam como exemplo contrário à Hipótese Inacusativa. Observou-se que além das propriedades sintáticas, diferentes verbos inacusativos apresentam propriedades semânticas em comum, o que levou as pesquisadoras a postularem a determinação da semântica sobre a inacusatividade. As autoras defendem que é possível, por meio da Hipótese Inacusativa, postular uma regra de correspondência entre a sintaxe e a semântica, capaz de determinar a qual classe o verbo pertencerá.

Uma constatação importante é o fato de os verbos de movimento não se comportarem da mesma forma com relação aos diagnósticos de inacusatividade. Isso evidenciou que ‘movimento’ não é uma das propriedades semânticas que determinam inacusatividade, pois existem verbos de trajetória que se comportam sintaticamente como inacusativos, inergativos ou transitivos, como ‘chegar’, ‘correr’ e ‘atravessar’ respectivamente.

A proposta de Levin & Rappaport (1992) é que os verbos de movimento não formam uma classe. Na verdade esse tipo de verbo seria distribuído em três classes distintas, cada uma delas se comportando uniformemente com relação aos diagnósticos de inacusatividade. Tais classes são descritas pelas autoras como:

- i) classe de *arrive*, cujos verbos denotam *achievements* e são inacusativos. Direção do movimento é a propriedade semântica que distingue essa classe das outras duas. Os exemplos apresentados pelas autoras são, em português, ‘chegar’, ‘ir’, ‘cair’, ‘retornar’ e ‘partir’;
- ii) a classe de *roll* é representada por verbos que incluem em seu significado a maneira como ocorre o movimento, denotam atividades e

também são inacusativos. Exemplos, em português, são: ‘rolar’, ‘escorregar’, ‘mover’, ‘balançar’;

- iii) a classe de *run* é constituída por verbos inergativos e, assim como os verbos da classe de *roll*, inclui em seu significado a maneira como ocorre o movimento; podem denotar atividades. *Correr*, ‘andar’, ‘galopar’, ‘pular’ e ‘nadar’ são os exemplos das autoras traduzidos para o português.

A diferença entre os verbos da classe de *roll* e os da classe de *run* é um traço que especifica se a ação denotada pelo verbo só ocorre espontaneamente ou se é diretamente causada por um agente ou uma força externa: *Direct External Cause* (DEC). Verbos da classe de *roll* são +DEC, portanto inacusativos. Verbos da classe de *run* são -DEC, conseqüentemente, inergativos.

Diante das evidências apresentadas, as autoras concluem que as propriedades semânticas ‘modo’ e ‘direção’ do movimento estariam em distribuição complementar, ou seja, um verbo que denotasse direção do movimento não lexicalizaria o modo do movimento e vice-versa. Além disso, essas propriedades pareciam se corresponder também em termos de telicidade, isto é, verbos que expressassem modo seriam atélicos e verbos que expressassem direção, seriam télicos.

Duarte & Brito (2003) também verificaram, a partir de dados do PE, que a classe dos verbos inacusativos é, nessa língua, uma classe heterogênea por apresentar uma espécie de subdivisão, definida a partir de critérios semânticos como (i) mudança de estado, podendo ter ou não variantes transitivas como ‘romper-(se)’, ‘abrir-(se)’ e ‘secar-(se)’, nesse caso, o tema ou paciente é afetado ou por uma causa externa, como em ‘A roupa secou’ ou por uma causa interna, como em ‘O menino empalideceu’; (ii) denotação de existência (existencial locativo/carência) situações em que o tema ou paciente não é afetado, como em ‘Deus existe’, ‘Consta no livro’ ou ‘Reside em Brasília’; (iii) movimento que, além de um argumento interno, seleciona também um PP locativo como complemento, como ‘cair’, ‘chegar’, ‘partir’, ‘descer’, ‘subir’, ‘entrar’, ‘ir’, ‘sair’, ‘vir’; (iv) verbos de aparição, como ‘aparecer’, ‘brotar’, ‘surgir’, que também selecionam PP locativo.

Partindo da análise de dados do PB com verbos de movimento direcional, observa-se que os diagnósticos de inacusatividade são aplicáveis, confirmando a

hipótese inacusativa para esses verbos, como evidenciam exemplos como: ‘Chegadas as cartas’, ‘Idos os convidados’, ‘Vindas as encomendas’. No entanto, os inacusativos, assim como os transitivos, não constituem uma classe homogênea. Verbos inacusativos de trajetória, como ‘ir’, selecionam internamente dois argumentos: um elemento deslocado e uma trajetória, respectivamente (EUGENIO SOUTO, 2004).²²

Interessantemente constatamos que, embora o verbo ‘ir’ apresente *status* de verbo inacusativo de trajetória, a trajetória exigida por esse verbo aparece na estrutura superficial como um argumento independente do término do processo (*endpoint*), ou seja, o comportamento desse verbo evidencia a existência de fases distintas no desenvolvimento da trajetória dos verbos de movimento direcional e, com o verbo ‘ir’, em particular, a indicação de início do movimento, isto é, a realização de um traço aspectual ‘Iniciador’, conforme proposta de Ramchand, apresentada no capítulo 3, ou apenas a especificação do local onde a trajetória se desenvolve, ou seja, explicitação do traço aspectual ‘*Path*’, é o suficiente para licenciar a estrutura com esse tipo de verbo (EUGENIO SOUTO 2004, 2012).

Ainda em Eugenio Souto (2004), defende-se que as propriedades de tempo e de lugar, de alguma forma gramaticalizadas, podem licenciar estruturas com o verbo ‘ir’ sem o sintagma locativo. Os resultados alcançados por essa pesquisa apontaram que: (i) o clítico ‘se’ em construções com o verbo ‘ir’ de movimento contribui para uma interpretação temporal; (ii) as palavras ‘embora’ e ‘já’ apresentam a propriedade de marcar o início do processo dinâmico denotado pelo verbo ‘ir’, o que permite a ausência de um sintagma locativo. O referido estudo, contudo, limitou-se a verificar a relação entre o verbo inacusativo de trajetória ‘ir’ e o sintagma locativo, deixando em aberto questões suplementares que buscamos retomar e responder nesta tese.

2.3 Verbos de movimento direcional e alternâncias sintáticas

Em relação à manifestação dos argumentos na estrutura oracional, verificamos ainda que os verbos de movimento direcional podem ser relacionados a um processo de alternância sintática. Antes de discutir o caso do verbo ‘ir’, é pertinente apresentar o

²² A ideia de bi-argumentalidade em relação a verbos inacusativos é postulada originalmente em Belletti; Rizzi 1988 para verbos psicológicos. Outros autores discutem essa questão como Levin; Rappaport-Rovav (1995).

processo conhecido na literatura como mudança de transitividade, que possibilita a ocorrência de um verbo em diferentes configurações: em uma versão transitiva e uma versão intransitiva, sendo o sujeito gramatical da versão intransitiva correspondente ao objeto lógico da versão transitiva. Para o presente estudo, são relevantes a alternância causativa/ ergativa, a alternância transitiva/ incoativa e a alternância média.

A alternância causativa/ ergativa traz evidências de que o argumento do verbo inacusativo é interno. É o caso do verbo ‘cozinhar’, que ocorre ora como transitivo, ora como intransitivo (inacusativo). Por isso, é denominado inacusativo alternante, conforme ilustrado em (37):

- (37) a. A funcionária cozinhou o feijão.
b. O feijão cozinhou.

A variante ergativa (ou anticausativa) pode gerar uma estrutura que, embora permita a alternância de uma versão transitiva, não descreve alterações na integridade física do objeto afetado, conforme ocorre em (38):

- (38) a. A menina grudou o papel na parede.
b. O papel grudou na parede.

O rótulo ergativo, por sua vez, origina-se na descrição das chamadas línguas ergativas, as quais marcam as funções gramaticais de formas distintas: se o verbo é transitivo, o sujeito é marcado com o caso ergativo e o objeto, com o caso absolutivo; se o verbo é intransitivo, o sujeito é marcado com o caso absolutivo. Nesse sentido, o sujeito do verbo intransitivo se alinha com o objeto do verbo transitivo, em relação à marcação de caso. A partir desse padrão, passou-se a utilizar o termo ‘ergativo’ para designar os verbos cujo sujeito da variante intransitiva é o objeto na variante intransitiva, como nos dados citados anteriormente (cf. (37) e (38)):

Os verbos do tipo ‘afundar’ também participam do grupo de verbos que aceitam alternância entre uma variante causativa transitiva e uma variante não causativa

inacusativa. Uma característica que os distingue é o fato de que apresentam obrigatória ou facultativamente a presença do clítico *-se*, conforme (39)²³:

- (39) a. A esquadra inimiga afundou o navio.
b. O navio afundou-(se).

A alternância transitiva/incoativa, por sua vez, está relacionada aos verbos que denotam uma mudança de estado, ou passagem de um estado a outro por parte do argumento, mediante a atuação de uma causa interna (cf. SOUZA 1999; CANÇADO & AMARAL 2010), como em (40) e (41):

- (40) a. A explosão queimou o lixo.
b. O lixo queimou.
(41) a. A umidade amarelou as folhas
b. As folhas amarelaram.

A manifestação das variantes transitiva e intransitiva não é, porém, uma característica geral, pois nem todos os verbos transitivos aceitam a alternância. Conforme Levin (1989) e Whitaker & Franchi (1989), este último citado por Cançado (c.p.), para que haja alternância causativa, é necessário que o argumento interno seja marcado pelo traço [+afetado], conforme comprova a agramaticalidade de (42b), em que o argumento interno não é afetado:

- (42) a. João leu o livro.
b. *O livro leu.

²³ Assim como o exemplo em (38), os verbos do grupo de ‘afundar(-se)’ exprimem uma mudança de estado com causa externa.

Santos (2012), apoiada no aparato teórico da Morfologia Distribuída, assume que a alternância causativa se refere a uma mudança na valência verbal relacionada ao número de argumentos presentes na estrutura argumental dos verbos. As formas verbais, segundo essa concepção, seriam derivadas a partir do valor atribuído ao núcleo funcional *v(ezinho)* na estrutura da oração, em razão das relações estabelecidas pelos traços e itens de *vocabulário* que entram na computação das sentenças. O categorizador 'v' projeta ou não a posição de argumento externo, dependendo do valor que adquirir ao longo da derivação, no que se refere à possibilidade de o verbo atuar tanto na valência transitiva quanto na intransitiva. Com isso, o valor assumido pelo núcleo funcional *v(ezinho)* acarretaria um custo maior ou menor ao processador sintático.

Na análise de Cançado & Amaral (2010), a variante ergativa da alternância causativa/ ergativa e a variante incoativa da alternância transitiva/ incoativa são geradas de maneira uniforme na projeção das categorias lexicais A e V, conforme postulado na abordagem de Hale & Keyser 1993 (cf. Seção 2.1.2). Essa análise indica que a distinção entre as classes não tem implicações sintáticas, o que constitui um resultado desejável para a abordagem que pretendemos desenvolver em relação à alternância sintática encontrada com o verbo 'ir', a ser exemplificada adiante.

O terceiro tipo de alternância mais observado, conforme anunciei anteriormente, é a voz média. Atualmente, a expressão 'voz média' se refere especificamente a frases como:

(43) a. Esse feijão cozinha bem.

b. A roupa lavou fácil.

Antes de tratar da alternância média, é preciso definir o que são estruturas médias. Primeiramente, é necessário distinguir a construção média das construções passivas e ergativas, comparando-as com a transitiva, visto que as três primeiras têm em comum a presença do objeto lógico (Tema) na posição de sujeito gramatical, como ilustra o quadro a seguir:

	Sujeito	Papel-θ	objeto	Papel-θ	PP	Papel-θ
Transitiva (T)	X	Agente	X	Tema		
Passiva (P)	X	Tema			X	Agente
Ergativa (E)	X	Tema				
Média (M)	X	Tema				

Quadro 4 (Eugenio Souto (2004:51)

(T) João quebrou o copo.

(P) O copo foi quebrado pelo João.

(E) O copo quebrou.

(M) Esse copo quebra facilmente.

Keyser e Roeper (1984) entendem que a ‘Formação Média’ é possível para as categorias de verbos transitivos e ergativos, os quais se distinguem conforme o local em que as estruturas foram geradas na gramática: médias, na sintaxe; ergativas, no léxico. Além disso, há o fato de as estruturas médias precisarem do advérbio para serem consideradas gramaticais, assumindo que os verbos médios são na verdade transitivos, e que os ergativos são intransitivos.

Roberts (1986), com base em dados do inglês, afirma que a estrutura média deve atender às seguintes restrições: (i) tempo genérico — por não possuírem caráter eventivo, construções médias são incompatíveis com pretérito pontual, presente contínuo e imperativo (cf. 44 a 46), além de não ocorrerem como complemento de verbos perceptivos (cf.47); (ii) quantificação genérica — na média, o sujeito gramatical não é o sujeito lógico, e o sujeito lógico, não expresso sintaticamente, sempre tem marcação [-definido] ou [+genérico], o que leva a sentença a ser interpretada como uma declaração genérica (cf. 48); (iii) exigência de um modificador — o qual não pode ocorrer no início de sentenças ou antes de verbos auxiliares.

(44) *?yesterday, the mayor bribed easily.*

‘Ontem, o prefeito subornou facilmente.’

(45) **Bureaucrats are bribing easily.*

‘Burocratas são subornados facilmente.’

(46) **Wax, floor!*

‘Encera, chão!’

(47) **I saw the floor waxes easily.*

‘Eu vi o chão encerar fácil.’

(48) *This book reads easily.*

‘Esse livro lê fácil.’

Jackendoff (1972) aponta que o modificador que aparece nas construções médias pode ser um modal epistêmico (49); um acento contrastivo sobre o verbo (50) ou sobre o sujeito (51); um DO enfático (52); negação (53) ou sujeito quantificado negativamente (54); Restrição de entidade atingida, sendo que apenas verbos que indicam mudança de estado do argumento interno podem entrar em construções médias (55).

(49) *This book could sell.*

‘Esse livro poderia vender.’

(50) *Bureaucrats BRIBE.*

‘Burocratas SUBORNAM.’

(51) *CHICKENS kill.*

‘GALINHAS matam.’

(52) *This bread Does cut.*

‘Esse pão, AUX corta.’

(53) *This bread doesn't cut.*

‘Esse pão NÃO corta.’

(54) *Any bureaucrats bribe.*

‘Qualquer burocrata suborna.’

(55) *The wood splits easily.*

‘A madeira parte fácil.’

Apesar de a estrutura média demonstrar uma tendência em apresentar o verbo em tempo genérico, no português do Brasil, observa-se que as construções médias não precisam estar necessariamente no tempo presente, denotando um sentido genérico, para serem bem aceitas. No PB, é possível construção média com tempo pontual, como o pretérito perfeito e o presente contínuo, conforme (56):

- (56) a. Esse tipo de carro vende bem.
b. Esse tipo de carro vendeu bem no passado.
c. Esse tipo de carro está vendendo bem.

Diante do exposto, conclui-se que uma estrutura média é um tipo de alternância transitiva que geralmente se submete a restrições como as citadas anteriormente e, como ocorre na alternância causativa, exige que o argumento interno seja [+ afetado]. Além disso, esse tipo de estrutura constitui uma mudança de perspectiva no momento em que se fala do evento: na voz medial, o predicado denota um estado, diferentemente da construção ergativa, em que o predicado denota um evento descrito como um resultado.

Com essa discussão, Eugenio Souto (2004) propõe que se examine o dado em (57), encontrado no português do Brasil, em que o verbo ‘ir’ de movimento parece ocorrer em uma construção que pode ser caracterizada como voz média:

(57) *Minha casa (se) vai/ chega fácil!*

Em (57), “ir/ chegar fácil” descreve uma propriedade de ‘Minha casa’ (= ser facilmente encontrada). Essa estrutura consiste na realização do DP locativo na posição de sujeito, o que ratifica a análise que o vincula a uma posição interna ao VP. Além disso, restrições como tempo genérico, sujeito implícito e genérico e modificador também são atendidas nessa construção.

É interessante notar que, no PB, outros verbos inacusativos de movimento direcional podem ocorrer em construções médias, conforme ilustrado em (58):

(58) a. Esse endereço vai/chega fácil.

b. Essa rua sai/entra fácil.

c. Essa escada sobe/desce rápido.

Todos os verbos em (58) denotam movimento direcional, embora expressem perspectivas diferentes. Nas sentenças (58a/b), os verbos ‘ir’/ ‘chegar’ indicam movimento percorrido horizontalmente: em (58a), o argumento ‘esse endereço’ descreve o alvo do movimento; em (58b), o argumento ‘essa rua’ descreve o ponto de partida, com o verbo sair, e alvo, com o verbo entrar. Os verbos ‘sobe/desce’ referem-se a um movimento vertical: em (58c), o argumento ‘essa escada’ descreve a trajetória. Em todas as situações, é possível atestar uma propriedade inerente ao argumento realizado na posição de sujeito sintático: são argumentos locativos.

Nota-se, portanto, que o licenciamento desses verbos de trajetória que apresentam movimento direcional está diretamente relacionado aos traços aspectuais iniciador e trajetória. Nessa configuração, o argumento locativo pode ser ou o alvo da trajetória, ou a trajetória não delimitada – como em *Minha casa vai fácil/ A escada desce rápido/ Pelo atralho vai rápido*. Nossa hipótese de trabalho é a de que tais construções se alinham com as de tópico-sujeito, originalmente analisadas em Pontes (1986), nas quais se verifica o alçamento de possuidor ou de locativo – como em *O carro furou o pneu/ A casa bate sol*.

Conforme amplamente discutido na literatura (GALVES 2001; LUNGUINHO 2006; CANÇADO 2010; MUNHOZ; NAVES 2012; PILATI; NAVES 2013, entre muitos outros), a ocorrência dessas construções parece estar associada às propriedades inovadoras do PB, em oposição ao PE e outras línguas românicas – particularmente, no que se refere à sintaxe do sujeito e à sintaxe da ordem. Para o presente estudo, destacamos a análise de Munhoz e Naves 2012, em que o alçamento do locativo é determinado pelo estatuto argumental do constituinte realizado na posição de sujeito (seja o possuidor, seja o locativo), o que se confirma em relação aos dados em (58). Essa condição interage com o estatuto da preposição introdutora do argumento locativo, o que explica sua omissão na posição de sujeito.

Essa questão será retomada nos Capítulos 3 e 4.

2.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo, procuramos revisar conceitos e mecanismos importantes para a análise pretendida nesta tese, uma vez que definir as categorias lexicais e funcionais envolvidas no licenciamento de estruturas sintáticas formadas a partir de verbos de trajetória, em especial do verbo ‘ir’, passa pela compreensão de mecanismos de seleção argumental e de realização dos argumentos na estrutura oracional.

Neste estudo, é necessário perceber que, além das especificidades que agrupam os verbos em classes, como a dos verbos de modo de movimento e a dos de movimento de trajetória, que denomino verbos de movimento direcional, existem traços significativos na constituição lexical, semântica e sintática do verbo de trajetória ‘ir’, que o distingue dos demais verbos de movimento direcional que compõem o grupo de verbos analisados. A estrutura argumental desses predicados é licenciada em uma configuração que codifica as propriedades aspectuais denotadas na estrutura do evento. Tais propriedades estão representadas sintaticamente, na estrutura formal dos núcleos funcionais envolvidos.

Capítulo 3

Em direção a uma análise dos verbos de movimento direcional: o papel das propriedades aspectuais

Como tem sido reiterado ao longo desta tese, a análise do grupo de verbos de movimento direcional, apresentado no primeiro capítulo, em particular o verbo ‘ir’, deve levar em consideração as propriedades do aspecto lexical (*aktionsart*) e do aspecto gramatical, conforme caracterizado no segundo capítulo.

Iniciamos este capítulo apresentando a proposta de configuração do evento verbal elaborada por Ramchand (2008), a qual é formulada com base em propriedades determinadas pelo aspecto lexical, embora sejam assumidos novos pressupostos. Será demonstrado que a proposta de Ramchand capta de forma adequada o problema colocado pelo verbo ‘ir’ de movimento direcional, no que se refere à distribuição do PP locativo.

Em seguida, incluímos a discussão de propriedades relacionadas ao aspecto gramatical, para, então, refletir acerca de como esses dois tipos de codificação do aspecto podem dialogar em estruturas que envolvem os verbos em questão.

3.1 Verbos de movimento direcional e a proposta de Ramchand (2008)

A diversidade de estudos realizados sobre a estrutura argumental e a teoria temática evidencia a relevância dessas questões para a descrição e a análise teórica dos fenômenos linguísticos. Traçando um paralelo entre as diferentes abordagens, observa-se que a realização sintática da estrutura argumental se dá a partir da relação entre o predicador e seus argumentos, não apenas a partir das informações contidas nos itens lexicais.

Neste estudo buscamos investigar a realização dos argumentos de verbos de trajetória que denotam movimento direcional e, para preparar a sustentação dessa análise, consideramos importante conhecer as teorias disponíveis. Certamente as duas principais propostas – Projecionista e Construcionista – apresentam aspectos positivos, bem como problemas e lacunas.

Ramchand (2008) buscou exatamente estabelecer um diálogo entre essas duas abordagens, confrontando-as, questionando-as e criticando-as. Dessa forma, a referida linguista chegou a um modelo configuracional que, segundo ela, contempla o que há de mais satisfatório em ambas as abordagens. Ramchand (2008) desenvolve uma regra relacionada ao licenciamento da leitura de trajetória denotada pela combinação de alguns verbos com algumas preposições tendo como referência a estrutura [V_{maneira} + Prep_{loc}].

A utilização dessa regra permite justificar o tratamento dos complementos de lugar de alguns verbos de movimento como seus argumentos internos. Este sistema apresenta uma teoria sobre a arquitetura da gramática em que o Léxico não existe como módulo independente com seus próprios primitivos e regras de combinação; é, na verdade, um constituinte do módulo sintático, que, por sua vez, é um sistema combinatório universal, denominado pela autora como ‘Sintaxe de Primeira Fase’ (*First Phase Syntax*). Essa proposta conduz à ideia de que existe apenas um módulo combinatório, não dois ou três; com apenas um grupo de primitivos e um grupo de operações. Esta perspectiva simplifica a análise e elimina a necessidade de se procurar explicar regras de ligação entre a estrutura lexical, profunda, e a estrutura sintática, de superfície.

A abordagem teórica de Ramchand (2008) contrasta, questiona e critica as abordagens baseadas no predicado (construcionistas), que esvaziam de sentido os itens lexicais (BORER 1994, 2005; GOLDBERG 1995; MARANTZ 1997b, citados pela autora); e também as abordagens projecionistas, que consideram o léxico como um módulo totalmente independente (HALE E KEYSER, 1986; RAPPAPORT & LEVIN, 1988, 1995; PINKER, 1989; PESETSKY, 1995, entre outros), a fim de desenvolver uma proposta para o que a autora chamou de “os problemas empíricos centrais”, os quais foram apontados como sendo os papéis temáticos, a estrutura de evento (*aktionsart*) e a seleção argumental.

A teoria da arquitetura da gramática elaborada por Ramchand (2008: 3) se insere entre essas duas correntes antagônicas e procura eliminar os problemas detectados em cada uma delas, aproveitando os aspectos positivos de ambas.²⁴ O fio condutor dessa teoria é a observação de que os nós terminais das estruturas sintáticas foram ficando cada vez menores à medida que as árvores sintáticas foram crescendo, chegando ao ponto de se tornarem menores que um morfema. A consequência imediata dessa constatação foi o entendimento de que morfemas e palavras não podem mais ser considerados o *spell out* de um único terminal.

Ao contrário, um único morfema deve “cruzar” vários terminais sintáticos, podendo, portanto, corresponder a uma frase sintática completa. Isso significa que frases sintáticas inteiras estão guardadas no léxico, não apenas terminais; conseqüentemente, não pode haver nenhum léxico antes da sintaxe, ou seja, a sintaxe não é projetada a partir do léxico. Tais conclusões trazem implicações sérias para um trabalho sobre a arquitetura da gramática que pretenda explicar satisfatoriamente seus dados empíricos: como não pode haver léxico antes da sintaxe nem esta pode ser uma projeção a partir daquele, deve-se, pois, assumir uma nova versão do módulo sintático.

Ramchand (2008) admite, assim como Talmy (2000) e Pinker (1989, 2008), a existência de dois tipos de informações lexicais amplamente aceitos pela literatura: uma informação enciclopédica não-estruturada com sua infinita rede de associações e

²⁴ Segundo a autora, seu trabalho está inserido em um projeto maior na University of Tromsø, Noruega. Participa de um grupo de pesquisa que tem como colaboradores pesquisadores como Michael Starke, Pavel Caha, Peter Svenonious, Marina Pantcheva. Os estudos desse grupo propõem uma nova abordagem da arquitetura da gramática que integra os resultados de 30 anos de pesquisa em Princípios e Parâmetros e em estruturalismo da Semântica.

nuances, e a classe de informação gramaticalmente relevante, mais sistemática, que se interconecta com o sistema sintático. Ao mesmo tempo em que tenta negar o Léxico como módulo independente de informação e processos para a estrutura argumental, Ramchand (2008) busca inserir em seu sistema alguma noção de informação seletiva que limite a maneira como os itens lexicais podem ser associados com a estrutura sintática.

Um dos problemas centrais da ‘teoria lexicalista’, segundo a autora, é a atribuição de papéis temáticos. Em sua argumentação, a linguista parte da hipótese de que mesmo o cérebro humano sendo capaz de memorizar qualquer coisa, ainda assim pode encontrar entradas lexicais que não existem em nenhuma língua humana. Por isso, afirma que, mais do que se deter a uma lista infinita de papéis temáticos que um determinado complemento pode receber, sua teoria da gramática pretende capturar generalizações sobre os tipos de complemento que podem ou não aparecer em certas posições sintáticas.

Para isso Ramchand analisa empiricamente as duas abordagens com as quais dialoga a fim de propor uma teoria que as interrelacione: (i) a abordagem ‘temático-lexical’ postula uma classificação temática dentro do Léxico; e, através de “regras de ligação”, um determinado papel é associado a uma posição na estrutura específica, sendo, nesta abordagem, a informação relevante projetada a partir do Léxico; (ii) a abordagem ‘gerativo-construcionista’, por sua vez, permite a construção livre de terminais sintáticos e deixa ao conhecimento enciclopédico o papel de decidir se um determinado item de vocabulário entra no nó terminal ou não.

Uma das principais críticas à primeira abordagem é a falta de consenso entre o número e os tipos possíveis de papéis temáticos que se pode postular, assim como o problema da designação de uma hierarquia entre os papéis existentes. Para Ramchand (2008), o autor que mais se aproximou de uma boa resposta para este problema foi Dowty (1990), cujos princípios abandonam a ideia de que as generalizações deveriam ser representadas no centro da gramática – as propriedades listadas pelo autor devem apresentar o *status* de tendências cognitivas gerais as quais explicam como vários conceitos tendem a ser lexicalizados (memorizados) nas línguas naturais.

Segundo Ramchand (2008), a noção dos proto-papéis temáticos, conforme propôs Dowty, continua interessante porque apresenta uma lista dos critérios que o autor julgou mais relevantes para o comportamento linguístico, como os conceitos de volição, animacidade, causa etc (relacionados ao agente), e mudança de estado, tema incremental etc (relacionados ao paciente). Ramchand (2008) advoga que tais propriedades são de fato o nível apropriado de abstração para se postular sistematicidades que dizem respeito ao mapeamento entre a sintaxe e a semântica.

Em um sentido geral, a autora se posiciona contra a busca de uma teoria para a classificação de papéis temáticos em uma lista com suas regras de ligação, principalmente devido à flexibilidade com que diferentes papéis aparecem em diferentes posições da estrutura de um mesmo verbo, pois observa que o comportamento linguístico de alguns verbos permite que se postulem generalizações sobre o número e os tipos de papéis temáticos que eles podem selecionar, bem como determinar sua transitividade ou capacidade de aceitarem alternância.

O problema central, no entanto, continua sendo a possibilidade de conceber a existência de dois módulos distintos conectados por regras de ligação. A crença na existência destes dois módulos ou, ao contrário, de um único módulo unificado, reflete-se na natureza dos rótulos e das classes naturais de verbos e/ou dos arranjos de traços que uma ou outra teoria propõe. A existência de dois módulos gera a maior parte dos problemas da teoria Lexicalista devido à dificuldade de se encontrar e comprovar empiricamente as regras de ligação que os conectam e que deveriam ser generalizadas satisfatoriamente. Ramchand (2008) segue, então, a concepção de que há apenas um módulo em que regras e transformações podem ser determinadas.

A autora também contesta as teorias construcionistas, para as quais as raízes lexicais não possuem informações sintaticamente relevantes, ao contrário, são aglomerados de informações cognitivas e enciclopédicas. Conforme essa abordagem, toda informação sintaticamente relevante se encontraria na estrutura. O problema desse tipo de visão está no fato de que a flexibilidade da estrutura argumental não é tão geral translinguisticamente como se esperaria e como sugerem os exemplos de Borer (2005: 10):

(1) a. *The fire stations sired throughout the raid.*

‘Os postos de bombeiros tocaram a sirene durante todo o ataque’

b. *The factory sired midday and everyone stopped for lunch.*

‘A fábrica tocou a sirene do meio-dia e todos pararam para o almoço.’

c. *The police sired the Porsche to a stop.*

‘A polícia *sirenou um Porsche para uma parada’

d. *The police car sired up to the accident.*

‘O carro da polícia *sirenou até o acidente’

e. *The police car sired the daylights out of me.*

‘(?)’

Mesmo restringindo-se aos dados do inglês, Ramchand adverte que não é difícil encontrar dados que indiquem outros verbos, ou classes, resistentes à suposta flexibilidade estrutural, impedindo certas alternâncias. De acordo com a autora, “as construções têm significado porque são sistematicamente construídas como parte de um sistema gerativo (forma sintática) que possui correlatos de significados previsíveis” (RAMCHAND, 2008:11).²⁵

Diante do exposto, a autora ressalta a necessidade de distinguir significado enciclopédico e significado linguístico, citando como uma forma de contemplar tal exigência a teoria de Pustejovsky (1991), que postula um Léxico que conteria explicitamente dois tipos de informação agrupados em módulos separados: (i) o significado não pode ser dissociado da estrutura que o carrega e (ii) o significado de palavras também é reflexo de uma estrutura conceitual profunda.

²⁵ *Constructions have meaning is because they are systematically constructed as part of a generative system (syntactic form) that has predictable meaning correlates* (RAMCHAND, 2008:11).

Em particular, o léxico reúne informações sobre a estrutura argumental, com a indicação de como essa informação é mapeada na estrutura oracional, sobre a estrutura do evento, pela identificação do tipo de evento (em termos do aspecto lexical), e sobre o que designou a estrutura *qualia* de um dado nome na estrutura do predicado, além da estrutura de herança, na qual a palavra é relacionada a outros conceitos no léxico. Nessas configurações, operam recursos gerativos que constroem expressões semânticas para a representação lexical – e não primitivos que atuam como operadores na construção de representações semântico-lexicais.

Um argumento relevante para essa abordagem envolve dados como em (2), em que as propriedades semânticas do nome realizado como objeto impõe restrições à sua distribuição em estruturas sintáticas:

(2) a. *John painted a picture/ a wall*

‘João pintou um quadro/ uma parede’

b. *John painted me a picture/ ?? me a wall*

(exemplos (16) e (17) de Ramchand, 2004: 14)

A estrutura *qualia* dos itens ‘picture’ (quadro) e ‘wall’ (parede) licencia uma inferência sobre o papel temático ‘agente’ para o primeiro, a qual, por sua vez, o vincula à estrutura benefactiva, o que não se aplica ao segundo item. Ramchand (2008), embora demonstre ser a favor da distinção apresentada, critica a escolha arquitetural de Pustejovsky. Para a autora, como a composição da estrutura de evento é produtiva e não precisa ser memorizada, não fica claro se realmente faria parte de um módulo separado do maquinário sintático-gerativo.

Se esses maquinários combinatórios propostos são de fato redundantes com a sintaxe, não deveriam estar onde estão. Em suma, se todo o conteúdo lexical não relevante para a estrutura pode ficar em um ou outro sub-módulo do Léxico, o aspecto gerativo-estrutural do significado pode ser analisado como um componente sintático, enquanto o significado enciclopédico-lexical pode ser tratado na perspectiva da cognição.

A autora propõe então levar em conta as relações predicativas entre formativos básicos das categorias atômicas, alegando ser possível decompor as complexas relações argumentais e da estrutura eventiva, fazendo-as corresponder aos primitivos mais básicos da combinação sintática (a saber, *Merge* e a distinção entre especificadores e complementos). A decomposição do significado propicia a formulação de uma hipótese a respeito da estrutura funcional do predicado na relação com a estrutura da oração, bem como da semântica combinatória universal correspondente. Para tanto, propõe ser necessário estabelecer uma linha entre essa combinatória, por um lado, e o conhecimento enciclopédico e o conhecimento do mundo associado a cada verbo em um dado contexto, por outro.

Sua hipótese de trabalho é a de que é possível isolar as generalizações seletivas das condições de ‘felicidade’ baseadas no significado enciclopédico, as quais se mostram heterogêneas e assistemáticas. Tais generalizações podem ser representadas em termos de uma sintaxe articulada com uma interpretação semântica sistemática, o que propicia a simplificação da arquitetura da gramática, pela redução dos primitivos combinatórios, ampliando a explicação dos dados translinguísticos. Dois elementos primitivos da decomposição do evento são postulados: a causação e a telicidade, sendo acrescentados à discussão os argumentos não aspectuais, que ocorrem em posição de complemento em predicados estativos.²⁶

Na investigação da causação, Ramchand observa que a identificação dos papéis temáticos primitivos é crucialmente dependente da identificação dos elementos primitivos da decomposição do evento. De fato, conforme pondera a autora, não há como definir os participantes sem reconhecer o papel que assumem na estrutura do evento e dos subeventos. A causação é um dos fenômenos que tem ocupado uma posição central no estudo dos componentes do significado, em especial, por possuir morfologia própria em algumas línguas, conforme amplamente destacado na literatura.

No francês, por exemplo, o fato de o sujeito de uma sentença ser realmente o agente de uma ação ou somente o seu iniciador exige estruturas diferentes. Na estrutura

²⁶ Gostaríamos, neste ponto, de fazer referência ao estudo de Naves (2005), que, na análise da alternância sintática com verbos psicológicos, propõe dois traços formais como primitivos na decomposição do evento, a saber [+/-mudança de estado] e [+/-télico]. Consideramos que a intuição em relação ao traço [+/-mudança de estado], postulado por Naves (2005), é mesma em relação ao primitivo ‘causação’, postulado nos estudos de Ramchand (2005, 2008), o que se confirma na argumentação. A adoção da proposta de Ramchand (2008), nesta tese, deve-se ao fato de o estudo incluir outros aspectos que serão relevantes para a presente análise, como será demonstrado.

em que o sujeito é somente o iniciador da ação, é necessário introduzir o verbo auxiliar *faire* antes do verbo principal:

(3) a. *Jeanne fait laver son linge dans la machine à laver.* (Suj. INICIADOR)

b. Joana faz lavar sua roupa na máquina.

c. *Jeanne lave son linge (elle même).* (Suj. AGENTE)

d. Joana lava sua roupa (ela mesma).

Ramchand destaca que a causa está implicada na distinção entre argumento interno e argumento externo e tem sido utilizada como uma propriedade definidora de classes verbais, como a classe dos verbos inacusativos em oposição à dos inergativos. Diante disso, a autora admite a existência de um papel primitivo subjacente a esta distinção responsável por dar origem à eventualidade e define esse primitivo por meio de uma categoria abstrata designada INITIATOR/ INICIADOR.

Segundo a linguista, embora a agentividade exerça um papel relevante para o sucesso de uma sentença, em determinadas circunstâncias, não contribui para especificar classes sintaticamente relevantes, sendo possível, inclusive, prever argumentos externos não agentivos iniciadores de certas alternâncias. Conforme a concepção da autora, apenas o traço INITIATOR se encarrega de determiná-las. É o que está ilustrado em (4), com dados em português adaptados dos dados da autora:

(4) a. João quebrou a janela (com uma bolada).

b. O vento quebrou a janela.

c. João construiu um prédio.

d. O dinheiro de João construiu um prédio.

A telicidade é o outro primitivo apontado na discussão de Ramchand (2008). Segundo a autora, ‘telos’ ou ‘resultado’ é um dos parâmetros da significação verbal que tem sido associado à codificação morfológica em muitas línguas. Além disso, é amplamente reconhecido que um processo se combina com um resultado para criar um ‘processo culminado’/*accomplishment* (cf. Capítulo 2), sendo a interpretação télica do predicado determinada pela quantização do argumento interno, como supõem algumas teorias (KRIFKA (1987), KRATZER (2004), BORER (2005) e VAN HOUT (2000a) citados por RAMCHAND (2008))²⁷.

Ramchand (2008) argumenta que a analogia entre as propriedades denotacionais do argumento interno e as propriedades denotacionais do evento (télico) a que dá origem, depende crucialmente de a mudança afetar a extensão material do objeto (como no caso de verbos de criação / consumo), a qual, por sua vez corresponde ao que se define como CAMINHO / PATH. No entanto, não é o que sempre ocorre, como demonstra o dado *The document yellowed in the library for centuries* / O documento amarelou na biblioteca por séculos (cf. RAMCHAND 2008, p. 28), em que existe mudança de estado, mas o evento não é télico.

Nesse sentido, para a autora, o relacionamento de alguns argumentos com certos subeventos não é tão direto. Dados empíricos referentes a eventos sem argumento interno ou com argumento interno não quantificado podem conter o traço [+ télico], ao passo que os eventos [-télicos] também podem selecionar argumento interno quantificado. Essa proposta rejeita, pois, teorias que atribuam ao argumento interno o papel de checar telicidade e quantificação. Assim, a autora propõe que sejam estabelecidas distinções mais específicas sobre a forma como os objetos diretos são mapeados no interior do evento.

Segundo Ramchand (2008), a noção relevante, nesse caso, é a de ‘path’, assumindo-se que a percepção humana define a noção de mudança por meio de uma estrutura do tipo parte-todo. Neste sentido, eventos dinâmicos são mudanças generalizadas, análogas às trajetórias espaciais. Argumentos externos de predicados dinâmicos, por um lado, estão relacionados ao evento como um ‘todo’, em articulação com um tipo de semântica de iniciação / causação, mas não são afetados por ele, enquanto os argumentos internos, por outro lado, são internos à estrutura da trajetória do

²⁷ Veja-se Capítulo 2, para referência a Borer (2005), no contexto da discussão sobre o papel do aspecto lexical no licenciamento da estrutura argumental.

evento. Uma forma de essa relação se manifestar é aquela denotada pelo chamado UNDERGOER, como postulado originalmente por Van Valin (1990, citado por RAMCHAND 2008: 28), conforme se constata em (5), com dados do português:

(5) a. João rolou a bola.

b. A bola rolou.

Em (5a), ‘João’ participa do evento como um todo ou apenas como iniciador; em (5b), a duração do evento é determinada pelo tempo em que a bola se mantém em movimento. Seguindo esse raciocínio, o argumento interno é aquele que sofre alguma mudança, sem que esta seja, necessariamente, o atingir de um estado final. A mudança pode ser tanto momentânea quanto gradual, pode ser espacial ou também um estado final.

Para estes argumentos que sofrem alguma mudança, seja ela momentânea ou gradual, a autora dá o nome de UNDERGOER. Este objeto, no entanto, não necessariamente implica telicidade. Tal propriedade será um acarretamento semântico dependendo da natureza do objeto, conforme mencionado anteriormente, mas não estará codificada na determinação lexical do verbo ou em seus reflexos sintáticos. A noção de UNDERGOER é, pois, responsável pelo pertencimento de um verbo a uma determinada classe (e inclui objetos de verbos de mudança de estado e objetos de verbos de mudança transitória).

O UNDERGOER pode figurar nas sentenças de duas maneiras distintas: co-indexado com o INICIATOR, como em (6a); ou independente dele, conforme (6b), com dados em português. (6a) foi traduzido do original em inglês:

(6) a. *The ball rolled down the Hill.*

‘A bola[UNDER,INIC] rolou ladeira abaixo’.

b. [JoãoINIC] jogou [a bolaUNDERGOER] para Pedro.

Outro aspecto relevante é o estabelecimento da distinção entre UNDERGOER e PATH. O UNDERGOER será o sujeito (objeto-argumento) da mudança, como (6a-b).²⁸ O outro primitivo, PATH, definirá uma classe diretamente mapeada sobre a extensão material do objeto. Nestes casos, o limite de um evento (*boundedness*) ou a ausência desse limite (*unboundedness*) dependerá da extensão material do objeto.

Assim, se o objeto de verbos de criação/ consumo tem um tipo de atributo material que é isomórfico com a escala denotada pelo evento, é possível demonstrar que essa propriedade está também disponível para escalas inferidas de adjetivos de grau ou por trajetórias definidas por PP em verbos de movimento. A autora observa ainda que, com verbos de movimento, a escala pode ser dada por um DP objeto (cf. 7a), ou por um PP (cf. 7b) (traduzidos/ adaptados de RAMCHAND 2008, p. 29-30), sendo possível demonstrar que, em (7b), PATH e UNDERGOER são distintos – “PATH descreve o caminho por onde UNDERGOER passa (p. 30)”.

- (7) a. Maria correu pela praia.
b. João empurrou o coco pela praia.

A hipótese é a de que estes verbos resistem ao teste de atelicidade porque seus objetos já são automaticamente definidos como carregando um estado final. Estes constituintes não passam simplesmente por uma mudança, mas também terminam em um estado final que já é especificado pelo verbo em si, como em ‘chegar’, ‘quebrar’, ‘encontrar’.

²⁸ Aqui em letras maiúsculas para distingui-lo do *Undergoer* de Talmy (2000).

A partir deste número limitado de traços primitivos, Ramchand (2008) constrói um sistema denominado ‘Sintaxe de Primeira Fase’ (*First Phase Syntax*). Este sistema se representa no esquema arbóreo (8), abaixo. Nota-se que os três primitivos (INITIATOR , UNDERGOER e RESULTEE) especificam as projeções XP. Nela, os núcleos *inic*, *proc* e *res* são projeções correspondentes aos três subeventos definidos pelos primitivos. Essa representação, ainda, indica uma hierarquia de projeções, explicada pela relação causal existente entre os três componentes.

A projeção *procP* é necessária em todos os predicados dinâmicos, pois é a única projeção que indica mudança no tempo, sendo seu especificador preenchido por pelo argumento UNDERGOER.

Por sua vez, *inicP* e *resP* são subeventos estativos e não precisam, necessariamente, estar presentes em predicados dinâmicos. O núcleo *inicP* está presente quando existe um subevento que expressa causa, isto é, uma entidade que inicia um processo. Este traço não necessita ser obrigatoriamente realizado e é, comumente, codificado como argumento externo, propriedade que justifica sua posição mais alta na estrutura. O núcleo *resP* está presente quando há um resultado no evento, justificando sua posição mais baixa na hierarquia.

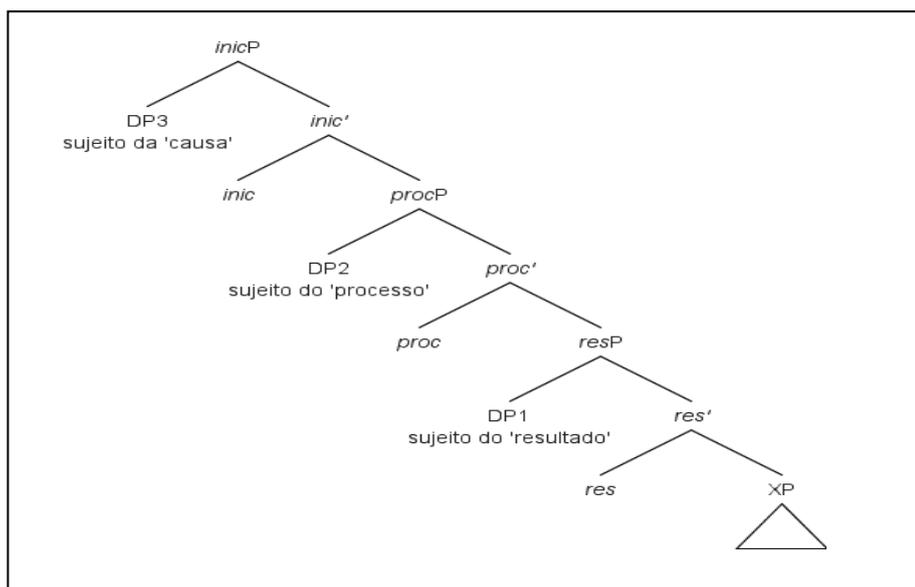


Figura 1

Fonte: adaptado de Ramchand (2008)

A estrutura de um evento dinâmico proposta por Ramchand (2008) inclui estes três primitivos e estas três projeções quando sua porção dinâmica (*proc*) apresentar um ponto inicial (*inic*) e um ponto final (*res*). Assim, a existência e a ordem desses primitivos são justificadas por estarem presentes na constituição do percurso principal estabelecido por um evento dinâmico, ao mesmo tempo em que evidenciam que a causa do evento também pode ser um estado. Ainda, em um evento com esses três subeventos, *inic* implica *proc*, e este implica *res*, tendo esta relação semântica o correlato sintático definido na ‘Sintaxe de Primeira Fase’, por *Merge*.

Thus, the first-phase syntax is freely built up by Merge, subject to the interpretational principles at the interface. (...) To make ‘selection’ work, lexical items must carry a particular bundle of categorial label tags which allow particular first-phase configurations to be built (RAMCHAND 2008, p. 57).²⁹

De acordo com Ramchand (2008), o principal pressuposto é o de que um item lexical pode estar associado a diferentes núcleos (na mesma fase) – o que corresponde à noção de projeção em camadas de Larson (1988), admitindo-se a noção de *merge* e *remerge* em um estágio mais tardio da derivação (conforme postulado em STARKE 2001, citado pela autora; cf. também Capítulo 4).³⁰

Desta maneira, em um predicado como “desarmar a bomba”, exemplo de Ramchand (2008, p. 43), há, primeiramente, um processo que se combina com um resultado. Essa combinação, por sua vez, seria recombinação com uma causa ou INITIATOR, já que a denotação desse predicado inclui um elemento iniciador. Além desses elementos mais básicos da estruturação proposta, há outros correspondentes aos complementos dos núcleos.

²⁹ ‘Assim, a sintaxe de primeira fase é construída livremente por *Merge*, sujeita aos princípios interpretacionais da interface. (...) Para fazer o trabalho da ‘seleção’, os itens lexicais precisam carregar um conjunto particular de rótulos categoriais que permitem que configurações particulares de primeira fase sejam construídas.’ [tradução nossa]

³⁰ A autora observa que, com a noção de *merge* e *remerge*, fica excluída a operação de movimento de núcleo, considerada por Chomsky (2000) uma violação da Condição de Extensão, a qual estabelece que um requisito para o movimento é que haja ‘extensão’ da estrutura (não observada no caso de movimento de núcleo).

Esses outros elementos formam o material ‘remático’ do evento e não recebem predicação nem constituem seus próprios subeventos. Seu papel é unir certas propriedades aos subeventos. O material ‘remático’ pode ser configurado como um RHEMA ou como um PATH, a depender da propriedade denotada no subevento. Se o evento for estativo, há um RHEMA e não um PATH, já que este último implica mudança no tempo. Do mesmo modo, a propriedade PATH não poderia estar presente nos subeventos projetados por *inic* e *res*, ambos definidos como ‘estados’.

Seguindo nessa análise, eventos denotados por verbos estativos possuem apenas *inic*, o qual não é considerado um causador de fato, já que, para o ser, precisaria implicar *proc*. Então, *inic* implica apenas um estado e, em suas propriedades, há apenas um RHEMA. É o caso de predicados do tipo psicológico, que não apresentam relações aspectuais do tipo *inic*, *proc*, *res*, mas possuem objetos (material remático), que especifica o estado de coisas descrito, como em *Katherine fears nightmares* (*K. teme pesadelos*), em que *Katherine* é a entidade da qual a descrição é predicada. Essa relação pode ser do tipo V + DP, como no exemplo citado, e também do tipo V + AP, como em *Ariel seems happy* (*Ariel parece feliz*), ou do tipo V + PP, como em *The cat is on the mat* (*O gato está sobre o tapete*) (cf. RAMCHAND 2008: 33).

Finalmente, a autora evidencia que problemas clássicos de cada classe verbal são resolvidos, assumindo-se que a classe natural é, na verdade, uma das classes formadas pela combinação dos papéis primitivos e dos nós *init*, *proc* e *res* de seu sistema.³¹ Ramchand (2008:108) propõe uma lista com as classes de combinações, conforme os exemplos a seguir:

³¹ Agradeço à Profa. Dra. Maria Aparecida Torres Morais (p. c.) pela observação de que seria necessário distinguir a análise que considera os verbos de movimento direcional (como ‘ir’, ‘vir’, ‘chegar’, ‘partir’, etc) como inacusativos (bi-argumentais) e a análise de Ramchand (2008) para esses mesmos verbos. Analisando comparativamente os modelos, constatamos que, em predicados intransitivos/inacusativos, um único argumento satisfaz os núcleos nas estruturas <inic, proc, res>/ <inic, proc> , sendo as posições co-indexadas; diferentemente, na estrutura transitiva, as posições de <iniciador> e de <proc/res> são realizadas por dois argumentos distintos.

I [*init, proc*] INITIATOR, UNDERGOER

(9) a. *John drove the car.*

b. João dirigiu o carro.

II [*init, proc*] INITIATOR, PATH

(10) a. *John read the book.*

b. João leu o livro.

III [*init, proc*] INITIATOR_i, UNDERGOER_i

(11) a. *John walked.*

b. João caminhou.

IV [*init, proc, res*] INITIATOR, UNDERGOER_i, RESULTEE_i

(12) a. *John threw the book.*

b. João jogou o livro.

V [*init, proc, res*] INITIATOR_i, UNDERGOER_i, RESULTEE-RHEME³²

(13) a. *John entered the room.*

b. João entrou no quarto.

VI [*init, proc, res*] INITIATOR_i, UNDERGOER_i, RESULTEE_i

(14) a. *John arrived.*

b. João chegou.

VII [*init, proc, res*] INITIATOR, UNDERGOER, RESULTEE

(15) a. *John gave the letter to Jane.*

b. João deu a carta para Jane.

³² No português, esta classe exige uma preposição locativa antecedendo o complemento do verbo de movimento direcional 'entrar'.

VIII [proc] UNDERGOER

(16) a. *The ice cream melted.*

b. O sorvete derreteu.

IX [proc, res] UNDERGOER_i, RESULTEE_i

(17) a. *The glass broke.*

b. O copo quebrou.

As classes de eventos propostas por Ramchand (2008) são, portanto, combinações dos papéis primitivos e dos nós *inic*, *proc*, *res*, conforme sintetiza o quadro abaixo:

[inic, proc]	[inic, proc, res]	[proc]	[proc, res]
INIC/ UNDERGOER (16) a. João dirigiu o carro	INIC/UNDERG_I/RESULTEE_I (17) a. <i>João jogou o livro</i>	UNDERGOER (18) O sorvete derreteu	UNDERG_I / RESULTEE_I (19) O copo quebrou
INIC/PATH b. João leu o livro	INIC_I /UNDERG_I / RESULTEE-RHEMA b. João entrou no quarto		
INIC_I / UNDERGOER_I c. João caminhou	INIC_I /UNDERG_I / RESULTEE_I c. João chegou		

	INIC /UNDERG/ RESULTEE		
	d. João deu a carta para Jane		

Quadro 5

Baseado em Ramchand (2008)

A autora afirma que as possibilidades combinatórias definidas pela ‘Sintaxe de Primeira Fase’ permitem derivar as múltiplas classes de verbos, bem como os papéis primitivos correspondentes, dando conta da ampla flexibilidade no comportamento sintático dos verbos. Além destas classes, Ramchand (2008) propõe duas outras que seriam criadas a partir da confluência do verbo leve ‘fazer’ com adjetivos ou nomes (substantivos). Entre os exemplos de tais classes estão os verbos: i) [*init, proc, N*] INITIATOR_i, UNDERGOER_i (dançar – *do a dance*); ii) [*init, proc, A*] UNDERGOER (secar – *do a dry*).

Um aspecto essencial, no modelo de Ramchand (2008), é que o sistema proposto faz uma distinção fundamental entre a projeção da ‘Sintaxe de Primeira Fase’, responsável pela construção do evento na estrutura oracional, e a porção funcional responsável pela interpretação temporal. Assim, distingue-se crucialmente de análises baseadas no aspecto lexical (*aktionsart*). Enquanto a classe das ‘atividades’, definida por meio dos traços [+contínuo] [-limitado], pode ser definida como [*inic, proc*], existem [*inic, proc*] que correspondem à classe de ‘*accomplishments*’, definida pelos traços [+contínuo] [+limitado], uma vez que o limite temporal pode ser dado por um sintagma remático, ou seja, por um PP com denotação de trajetória limitada na posição de complemento de *proc*.

Nesse sentido, *resP* não é o locus da telicidade. Inversamente, verbos do tipo [*init, proc, res*] correspondem à classe de ‘*achievements*’. Verbos que identificam um processo (limitado ou não) são aqueles que não identificam processo e resultado simultaneamente, sendo a identificação simultânea característica da classe de

achievements – embora para que o caráter pontual emerja, seja necessário que um único item lexical seja portador dos três traços simultaneamente.³³

De acordo com Ramchand (2008), as possibilidades combinatórias definidas pela ‘Sintaxe de Primeira Fase’ permitem derivar as múltiplas classes de verbos bem como os papéis primitivos correspondentes, dando conta da ampla flexibilidade no comportamento sintático dos verbos. As derivações mostram inicialmente os verbos que projetam (*inic, proc*), que incluem: (i) verbos transitivos, como ‘empurrar’, em que ocorre um DP objeto UNDERGOER e opcionalmente um PP remático PATH, e do tipo ‘comer’, em que o objeto é um DP remático que fornece uma escala para o evento, enquanto *inic* e *proc* são selecionados por um argumento que é simultaneamente INITIATOR-UNDERGOER; e (ii) verbos intransitivos, como ‘correr’, em que um DP satisfaz simultaneamente INITIATOR-UNDERGOER, mas não admitem um DP UNDERGOER independente, embora admitam um DP objeto PATH (o que confirma a separação semântica e estrutural entre UNDERGOER e PATH).

Em seguida, são apresentadas as derivações dos verbos que projetam (*inic, proc, res*), que incluem: (i) verbos transitivos, como ‘quebrar’, em que o DP objeto é o UNDERGOER e o RESULTEE, e o verbo identifica em seu conteúdo os três subeventos, admitindo ainda um PP locativo; (ii) verbos intransitivos/ inacusativos, como ‘chegar’, que selecionam um DP, que é simultaneamente INITIATOR-UNDERGOER-RESULTEE, de que resulta a leitura pontual.

As derivações propostas não contemplam, porém (de forma objetiva), as propriedades do verbo ‘ir’, no que se refere à distribuição do argumento locativo, entre outras questões correlatas, apontadas nos Capítulos anteriores. Nossa proposta é a de que o verbo ‘ir’ satisfaz duas configurações: uma do tipo (*inic, proc, res*), em que DP argumento é simultaneamente INITIATOR-UNDERGOER-RESULTEE, incluindo um PP remático (obrigatório), como em *Maria foi *(ao/ para o/ no mercado)*, conforme a estrutura:

³³ Na discussão do modelo, Ramchand (2008) acrescenta uma demonstração detalhada do cálculo semântico das propriedades postuladas, que consideramos não pertinente para a presente discussão.

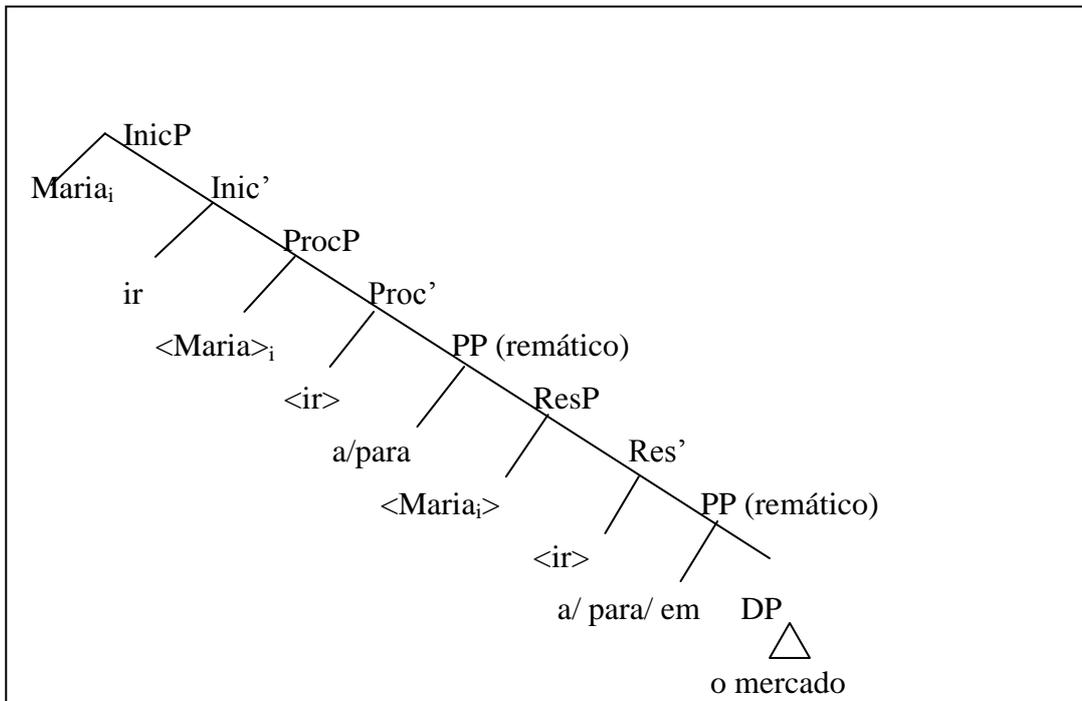


Figura 2

Fonte: dados da pesquisa

Pode, portanto, ser comparado ao verbo ‘*enter*’ (do inglês), por realizar conteúdo remático, mas dele se distingue por introduzir um objeto PP que descreve um resultado final (enquanto ‘*enter*’ introduz um DP). Um diagnóstico que confirma a presença de *res* é a impossibilidade de inserir a expressão ‘for X time/ por X tempo’ (**Maria foi ao mercado por 2 horas*).

A outra configuração é do tipo (*inic, proc*), em que DP argumento é simultaneamente INITIATOR-UNDERGOER, incluindo um PP remático (obrigatório), como em *Maria foi *(pela praia)*. Nessa configuração, pode ser comparado ao verbo ‘empurrar’, por introduzir um objeto PP PATH, mas dele se distingue porque o PP remático é obrigatório.

Um diagnóstico que confirma a ausência de *res* é a possibilidade de inserir a expressão ‘for X time/ por X tempo’ (*Maria foi pela praia por 2 horas*).

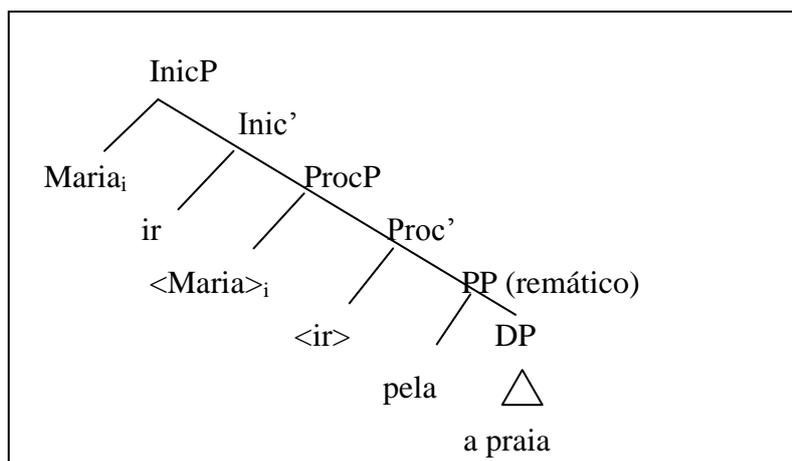


Figura 3

Fonte: dados da pesquisa

Neste ponto, fica evidente a relevância de uma análise mais detalhada do PP remático na ‘Síntaxe de Primeira Fase’. Em particular, é interessante uma análise que estabelece contraste entre os verbos no que se refere à forma como o argumento remático se manifesta. É o que discutiremos no Capítulo 4, considerando o estudo de Fábregas (2007), que adota a mesma orientação teórica.

Nossa proposta aparece sintetizada no quadro a seguir:

[inic, proc]	[inic, proc, res]
<p>INIC_I / UNDERGOER_I / PP-PATH (20) a. Maria foi *(pela praia). DP argumento é simultaneamente INITIATOR-UNDERGOER, incluindo um PP remático (obrigatório)</p>	<p>INIC_I / UNDERG_I / RESULTEE_I -PP-PATH (21) a. Maria foi *(ao mercado). DP argumento é simultaneamente INITIATOR-UNDERGOER-RESULTEE, incluindo um PP remático (obrigatório)</p>
<p>Um diagnóstico que confirma a ausência de <i>res</i> é a possibilidade de inserir a expressão ‘por X tempo’.</p> <p>(20) b. Maria foi pela praia <u>por 2 horas</u>.</p>	<p>Um diagnóstico que confirma a presença de <i>res</i> é a impossibilidade de inserir a expressão ‘por X tempo’.</p> <p>(21) b. *Maria foi ao mercado <u>por 2 horas</u>.</p>

Quadro 6: sintetização da proposta para o verbo ‘ir’ aplicada ao modelo de Remchand

De acordo com a hipótese investigada no presente estudo, o item lexical é inserido em uma configuração projetada por traços categoriais interpretáveis definidos na estrutura aspectual do evento (*aktionsart*), que determinam a seleção dos argumentos, restringindo suas condições de uso. Na próxima seção, passamos a discutir a hipótese de que tais propriedades podem ser satisfeitas na relação com o aspecto gramatical.

3.2 A codificação das propriedades do aspecto gramatical e o licenciamento da estrutura argumental

Conforme discutido no capítulo 2, o aspecto gramatical está relacionado à sintaxe e à semântica de adverbiais, auxiliares e tempos gramaticais. Vimos também que os verbos ou sintagmas verbais podem descrever estados, processos e resultados, os quais se realizam como núcleos da chamada ‘Sintaxe de Primeira Fase’, a qual, por hipótese, é independente do tempo. No entanto, Ramchand (2008) admite que a decomposição proposta tem repercussão sobre o ancoramento no tempo, já que *proc* e *res* devem se sobrepôr temporalmente no ponto de transição, e o estado *res* deve pelo menos seguir *proc*. Essa implicação interna é relevante para o encaixamento da estrutura do evento em uma estrutura temporal.

De acordo com as abordagens mais influentes sobre o aspecto lexical (*aktionsart*) (cf. Capítulo 2), os eventos denotam uma mudança de um estado num certo ponto, no tempo, podendo ser intencionais ou não intencionais. Os processos denotam uma sequência de eventos no tempo e também podem ser intencionais (atividades) ou não intencionais. Tanto os primeiros como os segundos podem ser construídos como limitados ou ilimitados. Na caracterização do aspecto gramatical, é comum encontrar na literatura dois tipos de contrastes para os verbos: perfectivo/imperfectivo e o progressivo/não progressivo, os quais são expressos pela flexão verbal e por auxiliares. A distinção aspectual mais frequente é a que opõe perfectivo e imperfectivo. O aspecto perfectivo apresenta uma situação como um todo não analisável em fases, como em *Ana leu o livro*; enquanto o aspecto imperfectivo representa uma situação considerada do seu

interior, focalizada do ponto de vista do início, do fim ou da continuação dessa situação, como em *Ana lia um livro, quando o João chegou* (COMRIE, 1976).

O valor habitual ou iterativo é expresso através da ocorrência de um mesmo evento linguístico repetidas vezes. Esse uso também é considerado um valor imperfectivo por denotar um hábito ao invés de um evento com início e fim determinados, como em *O Luis (sempre) vai ao cinema (uma vez por semana)*. O aspecto progressivo indica que a situação/ação está em curso num tempo determinado, o que lhe confere temporalidade e aspectualidade. Em português, pode manifestar-se através de ‘estar + gerúndio’, como em *Pedro está brincando*. Alguns predicados podem ocorrer com o aspecto progressivo, outros não o permitem em virtude de denotarem processos pontuais.

A combinação com o progressivo pode servir para distinguir predicados dinâmicos como ‘ler’ e ‘aprender’ e predicados estativos como ‘ser gordo’ e ‘ser alto’. Esse é, inclusive, um dos critérios utilizados na tipologia apresentada por Vendler, em que o traço [+/-dinâmico] distingue estados, por um lado, e processos e eventos, por outro. Nota-se, contudo, a existência de predicados estativos que se combinam com a forma progressiva dando origem a frases gramaticais, como *Pedro está sendo cuidadoso* e *Ana está gostando do curso*.

O licenciamento dessas estruturas depende de o adjetivo ser caracterizado pelo traço de intencionalidade, como observam Bosque & Gutierrez-Rexach (2009). Ainda assim, os autores acrescentam que a ocorrência de sentenças como *Las noticias están siendo terribles* (também encontrada em português: *As notícias estão sendo terríveis*) surgem como contra-exemplos, sendo necessário supor que *la multiplicidade denotada por el sujeto permite entender como no estativas las series de resultados de los que se habla* (p. 302) – compare-se com **?A notícia está sendo terrível*.

Os adverbiais aspectuais, a serem retomados mais detalhadamente adiante, desempenham um papel importante na codificação do aspecto. Estes se referem ao fato de a situação estar ou não terminada ou simplesmente iniciada. Por exemplo, em *Emília pintou a parede em duas horas*, o valor é perfectivo e significa que *a parede está pintada*. Em *Emília pintou a parede durante duas horas*, o valor é imperfectivo, pois a parede não está (necessariamente) pintada por completo.

Em *João já foi/chegou/saiu*, *João já vendeu o carro*, o advérbio ‘já’ marca um ponto no processo verbal. No caso do verbo ‘ir’ e do verbo ‘sair’, esse ponto corresponde ao início do processo verbal, o qual se desenvolve em uma trajetória (PATH), enquanto no caso do verbo ‘chegar’, corresponde ao término da trajetória. A independência entre o aspecto e o tempo é recorrentemente referida na literatura.

No entanto, como observa Comrie (1976), tanto o aspecto quanto o tempo se definem por uma relação com uma linha temporal nocional (em inglês, *time*), embora de formas diferentes. Nesse sentido, existe um conceito semântico de tempo (absoluto ou relativo), que pode estar gramaticalizado ou não em uma língua.

A anterioridade é geralmente designada pela forma gramatical do pretérito; a simultaneidade, pelo presente gramatical ou pela forma perifrástica do presente *estar + gerúndio*; e a posterioridade, pelo futuro gramatical ou pela forma perifrástica do futuro *ir + infinitivo*. Igualmente, as distinções semânticas de aspecto podem ser referir a categorias gramaticais ou não em uma dada língua.

Em português, a distinção entre perfectivo e imperfectivo é feita apenas no passado. Em inglês, por exemplo, a distinção entre o progressivo e o não progressivo está codificada somente em relação a um número limitado de verbos (não estativos), e ainda somente se o significado habitual é excluído.

Apesar da separação entre tempo e aspecto, tais categorias frequentemente se confundem, especialmente na expressão do aspecto gramatical. No entanto, trata-se de duas categorias distintas: a categoria tempo se refere à localização no eixo temporal, enquanto que a categoria aspecto diz respeito ao tipo de situação descrita. As formas de tempo e aspecto não ocorrem isoladamente: a mesma forma (morfema flexional) marca os valores das duas categorias.

Existe, portanto, uma interdependência na construção dos valores das categorias gramaticais tempo e aspecto. De acordo com Johnson (1981), a semântica das formas do aspecto especifica a relação entre o tempo da referência e o tempo do evento num enunciado.

A sentença *João tinha acabado de entrar quando o telefone tocou*, com o verbo flexionado no pretérito mais que perfeito (do indicativo), tem valor aspectual perfectivo, e a localização temporal-aspectual do acontecimento linguístico é representada por um intervalo fechado e paralelo ao tempo expresso linguisticamente pela oração adverbial *quando o telefone tocou*.

Assim, constata-se que o acontecimento linguístico é construído simultaneamente por tempo e aspecto, tomados como um todo. Nos pares opositivos ‘ir/vir’, ‘chegar/partir’ e ‘entrar/sair’, nota-se a relevância da relação tempo/aspecto para a realização sintática, em especial, na ausência do PP objeto PATH/locativo:

- (18) a. João *foi/ *vai/ *irá.
b. João veio/ vem/ virá.
c. João chegou/ *chega/ chegará.
d. João partiu/ *parte/ partirá.
e. João entrou/ *entra/ *entrará.
f. João saiu/ *sai/ sairá.

Os dados mostram que a combinação do tempo / aspecto verbal pretérito perfeito com os traços aspectuais presentes na ‘Sintaxe de Primeira Fase’ de cada forma verbal determina a gramaticalidade das sentenças resultantes. Nota-se que esse tipo de verbo normalmente exige uma marca de ponto inicial e/ou final, as quais podem se realizar por meio do aspecto perfectivo, conforme evidencia a gramaticalidade da maioria dos verbos em (18) com o pretérito perfeito.

Verifica-se que as mesmas sentenças têm a aceitação diminuída com formas verbais que não exprimem o aspecto conclusivo. Nossa hipótese é que, no caso do verbo ‘ir’, a possibilidade de omitir o argumento locativo está associada ao uso do verbo no pretérito perfeito – nesse caso, pode-se dizer que ‘Sintaxe da Primeira Fase’ do predicado, particularmente no que se refere à posição de inserção do PP remático PATH, como complemento de *proc* ou *res*, interage com a codificação do aspecto

gramatical perfectivo, codificado na flexão do verbo, licenciando a variável de lugar para uma interpretação arbitrária, como em ‘Fui [para algum lugar]!’.

Para tanto, propõe-se que a informação gramatical de aspecto (perfectivo) esteja codificada em um núcleo funcional AspP, acima de VP, sintaticamente ligado ao núcleo PATH, na ‘Sintaxe de Primeira Fase’. Essa situação está representada na configuração em (19).

(19) [IP fui_[+T/+perfectivo] [AspP [LOC_[arb] Ø] Asp_[+perfec] fui_i [VP V_{fui} [PP LOC]]]]

Igualmente, um evento linguístico localizado num dado tempo pode ser especificado por adverbiais aspectuais sem marcar qualquer valor de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade em relação a um tempo nocional (codificado em T).³⁴

Esses adverbiais aspectuais normalmente são realizados por expressões do tipo *já, quase, ainda, apenas*. Tais advérbios são referidos como dêiticos temporais (cf. CASTILHO 2010: 579). Nesse papel, são inseridos, por hipótese, na estrutura funcional acima de VP (assumindo-se uma estrutura cartográfica, como a proposta em CINQUE 1999). Mediante um conjunto de testes aplicados comparativamente ao italiano e ao francês, Cinque (1999) chega à conclusão de que a ordem relativa dos advérbios é a seguinte, com dados correspondentes em português:

(20) a. *solitamente*> *mica*> *già*> *più*> *sempre*> *completamente*> *tutto*>*bem*

b. *généralement*> *pas*> *déjà*> *plus*> *toujours*> *complètement*> *tout*>*bie*

c. *normalmente*> *não*> *já*>*mais*> *sempre*> *completamente*> *tudo*> *bem*

A posição relativa dos advérbios, do ponto de vista cartográfico, não é crucial para a presente análise, uma vez que nos interessa essencialmente a proposta de que o advérbio do tipo *já* está situado acima de VP. Dessa forma, é possível postular uma estrutura em que o advérbio do tipo *já* tem escopo sobre a posição do PP remático PATH, licenciando a interpretação arbitrária para o Locativo. Assume-se que essa

³⁴ Agradeço à Profa. Rozana Naves por destacar a necessidade de distinguir o estatuto dos núcleos *inic*, *proc e res*, em relação aos núcleos funcionais da sintaxe sentencial, observando que os núcleos *inic*, *proc e res* são primitivos lexicais, projetados sintaticamente.

possibilidade deve-se ao fato de que o advérbio do tipo *já* corresponde à denotação do início da trajetória, viabilizando o licenciamento do início da trajetória.

Em (21), a palavra ‘embora’ denota que o processo foi iniciado, contribuindo para uma interpretação em que o deslocamento é para local indeterminado/desconhecido, não sendo necessário especificá-lo.

(21) A Maria foi/vai (-se) embora.

Assim, não é delimitado um ponto de chegada, ou seja, o ponto final do deslocamento. Apesar de a origem adverbial da palavra ‘embora’ (em + boa + hora) não seja percebida pelo falante no atual estágio da língua portuguesa, sua significação na estrutura da oração corresponde a essa origem, ao indicar o ponto inicial do desenvolvimento do processo dinâmico, o qual é suficiente para licenciar o predicado.

Cabe notar também que o clítico *se*, em (21), pode ser omitido nessa estrutura sem prejudicar a interpretação da sentença. No entanto, essa forma pronominal acrescenta à noção de locomoção a ideia de movimento brusco ou evento com deslocamento definitivo, seja em estruturas que incluem o PP objeto do tipo PATH, seja naquelas em que o PP objeto está ausente (sendo a omissão do PP objeto possível, no último caso, exatamente pela presença de ‘se’), como atestam os exemplos (22a) e (22b), respectivamente, a seguir:

(22) a. Antônio foi (-se) para o mato.

b. O dinheiro *(se) foi.

Contrastando o enunciado (22a), com e sem o clítico, duas interpretações são possíveis: ‘Antônio foi para o mato’ denota uma forma ativa de locomoção, ao passo que ‘Antônio foi-se para o mato’ denota ato definitivo ou violento, ou equivale ainda a um desaparecimento. Essa interpretação se confirma no exemplo (22b), cuja ideia é de que o dinheiro ‘acabou’, ‘desapareceu’, ‘não existe mais’.

3.3 Uma nota sobre os adjuntos do tipo *por X [tempo]* vs. *em X [tempo]*

A análise dos verbos em inglês realizada por Vendler (1967) utilizou o teste dos adjuntos ‘em/por X tempo’ para fundamentar a distinção entre os eventos conhecidos hoje como ‘classes aspectuais’. De acordo com Vendler, os verbos *accomplishment*, como ‘desenhar um círculo’, e *achievement*, como ‘chegar em casa’ são compatíveis apenas com a expressão ‘em X tempo’, ao passo que atividades, como ‘correr’, e estativos, como ‘estar com dor de cabeça’, com ‘por X tempo’.

Como os verbos *accomplishment* e *achievement* descrevem eventos heterogêneos e os estativos e atividades, eventos homogêneos, Vendler aponta tais adjuntos como responsáveis pela distinção entre a homogeneidade e heterogeneidade. Essa concepção é endossada, dentre outros autores, por Dowty (1979), Verkuyl (1972, 1982), Zucchi (1998) e De Swart (1998).

O adverbial *durante X horas*, em contrapartida, especifica uma sequência de instantes em que ocorre um acontecimento linguístico em que não há interrupção do evento até a sua conclusão. O acontecimento é construído como uma situação homogênea. Em ‘João *leu o livro* em duas horas’, há um evento prolongado, e em ‘*João *desmaiou* em duas horas’, um evento instantâneo. Os eventos prolongados possibilitam a ocorrência de adverbiais de realização. O perfectivo representado pelo pretérito perfeito e a coocorrência com o adverbial de realização “*em duas horas*” atribui um valor conclusivo. Significa que depois de duas horas a leitura do livro está terminada.

A mesma relação não é permitida com eventos pontuais como o verbo ‘desmaiar’. A coocorrência de um evento instantâneo com o adverbial de realização resulta numa sequência mal formada, pois os adverbiais de realização exprimem um período de tempo, não nulo, associado à realização integral de uma situação. Como o evento instantâneo representa a passagem de uma situação a outra; e o adverbial de realização representa um intervalo fechado, há incompatibilidade entre os dois tipos de intervalo. Alguns verbos, porém, podem funcionar como contra-exemplos ao que acaba de ser afirmado, entre eles estão os verbos de movimento direcional:

(29) João *chegou* em dois minutos.

(30) João *adormeceu* em dois minutos.

Nesses dois exemplos, os eventos instantâneos representados por ‘chegar’ e ‘adormecer’ coocorrem com os adverbiais de realização, sem afetar a boa formação semântica. Os eventos linguísticos incluem implicitamente uma sucessão de outros subeventos. No caso de (29), a ‘partida’ (primeira fase do processo verbal), a ‘trajetória’ (fase intermediária) e a ‘chegada’ (última fase). No caso de (30), o ‘deitar-se’, o ‘acomodar-se na cama’ e o ‘adormecer’.

Nos dois enunciados, a sequência de instantes correspondentes ao adverbial de realização ‘em dez minutos’ está associada à totalidade dos acontecimentos, não apenas ao último, o que contraria o que geralmente ocorre com predicados verbais que exprimem eventos instantâneos. Essa possibilidade de certa forma aproxima alguns predicados que exprimem eventos instantâneos e predicados que exprimem eventos prolongados.

Em construções cujos verbos denotam estados e/ou atividades, eventos em que todos os pontos são qualitativamente iguais, normalmente verifica-se a incompatibilidade com os adverbiais de realização, como em (31) e (32):

(31) *João *esteve em casa* em dez minutos.

(32) *Ana *nadou* em dez minutos.

Tais sentenças são agramaticais a menos que se introduza uma delimitação da atividade, acarretando na transformação de uma atividade em um evento prolongado, como em ‘Ana *nadou até à margem* em dez minutos’.

3.4 Síntese do capítulo

Nossa intenção neste capítulo foi caminhar em direção a uma análise dos verbos de movimento direcional, tomando como ferramenta as propriedades aspectuais, já apresentadas no capítulo 2 e, em particular, apoiando-nos na proposta de Ramchand (2005, 2008) que se insere entre as correntes antagônicas: abordagens projecionista e construcionista, e procura eliminar os problemas detectados em cada uma delas, aproveitando os aspectos positivos de ambas.

Ramchand (2008) defende que na ‘Sintaxe de Primeira Fase’ (*First Phase Syntax*) apenas dois primitivos são relevantes na decomposição do evento: causação e telicidade. A autora afirma que:

- a causa está implicada na distinção entre argumento interno e argumento externo;
- a telicidade ou resultado é um dos parâmetros da significação verbal (em muitas línguas associado à flexão verbal);
- a combinação ‘processo + resultado’ origina processo culminado. No entanto, a autora rejeita teorias que atribuam ao argumento interno o papel de checar telicidade e quantização (como nos verbos de criação):

(33) a. Maria comeu a maçã (processo culminado)

b. O documento amarelou por séculos (processo)

- a relevância de ‘path’ se deve ao fato de que a percepção humana define a noção de mudança por meio de uma estrutura do tipo parte-todo;
- eventos dinâmicos são mudanças generalizadas, análogas às trajetórias;
- argumentos externos de predicados dinâmicos: são relacionados ao evento como um ‘todo’ e com a semântica de iniciação / causação, mas não são afetados;

- argumentos internos: são internos à estrutura da trajetória; sofrem mudança, sem necessariamente o atingir de um estado final;
- há apenas um módulo combinatório com um grupo de papéis temáticos primitivos: INITIATOR (determinado pela causação), UNDERGOER e RESULTEE (determinados pela telicidade); e as projeções determinadas por uma relação causal: *procP* (necessária em predicados dinâmicos; indica mudança no tempo; seu especificador é preenchido pelo argumento UNDERGOER); *inicP* e *resP* (são subeventos estativos ; não precisam estar presentes em predicados dinâmicos);
- além dos primitivos básicos, Ramchand (2008) aponta a existência de um material remático (complemento dos núcleos): RHEMA (ligado a subeventos estativos); PATH (ligado a subeventos dinâmicos / indica mudança temporal).
- para Ramchand (2008), as possibilidades combinatórias definidas pela ‘Sintaxe de Primeira Fase’ permitem derivar as múltiplas classes de verbos bem como os papéis primitivos correspondentes, dando conta da ampla flexibilidade no comportamento sintático dos verbos.

Nossa proposta é a de que o verbo ‘ir’ satisfaz duas configurações: a primeira projeta apenas os núcleos **inic** e **proc** e seleciona os primitivos iniciator e undergoer (coindexados) com PP-Path remático obrigatório. Conforme:

(34) a. Maria foi *(pela praia).

A segunda configuração que propusemos para a projeção sintática do verbo ‘ir’ apresenta os nós **inic**, **proc** e **res**, sendo o DP argumento é simultaneamente INITIATOR-UNDERGOER-RESULTEE, incluindo um PP remático (obrigatório), conforme demonstra o exemplo (35):

(35) a. Maria foi *(ao mercado).

A partir da reflexão acerca da codificação das propriedades do aspecto gramatical para o licenciamento da estrutura argumental, incluímos nossa análise dos PPs em construções que denotam movimento direcional no PB e finalizamos o capítulo verificando a influência que os adjuntos do tipo *por X [tempo]* vs. *em X [tempo]* exerce em construções com o tipo verbo analisado.

Capítulo 4

Em direção a uma análise dos verbos de movimento direcional: o estatuto dos sintagmas preposicionados

Este capítulo tem por objetivo examinar as propriedades do sintagma preposicionado (PP), em virtude da relevância desse constituinte em construções com os verbos de movimento direcional investigados nesta tese. Para introduzir essa discussão, apresentamos uma breve síntese acerca da abordagem da GT sobre preposições, no intuito de mostrar as contribuições dessa abordagem para a evolução do pensamento gramatical.

Demonstramos, em seguida, que a categoria preposição, a partir de Chomsky (1981, 1986 e 1995) e de trabalhos subsequentes como os de Demonte (1985), Salles (1992, 1997), Starke (1993), Duarte (1987, 2003), Baker (2006), entre outros, passa a receber um tratamento diferente do que propõe a tradição gramatical. Em particular, questiona-se a análise que define a preposição como uma categoria ‘relacional’ e propõe-se discutir suas propriedades em termos da distinção entre categorias lexicais e funcionais. A distinção ‘lexical’ / ‘funcional’ está formulada nos primórdios dos estudos linguísticos, conforme se depreende da tradição greco-latina. Nessa concepção, a principal diferença situa-se no caráter descritivo das palavras lexicais, não encontrado nas palavras gramaticais. A teoria da gramaticalização conduziu a um olhar sistemático sobre esse contraste, no sentido de demonstrar que a mudança linguística compreende o processo de conversão de um item lexical em item gramatical/ funcional. Na teoria gerativa, a variação translinguística é atribuída à manifestação dos traços formais das categorias funcionais, os quais definem os contrastes paramétricos entre as línguas (cf. CHOMSKY 1995).

A inclusão da categoria preposição como núcleo lexical é relativamente recente, tendo em vista que até 1970, Chomsky sequer listava a preposição como uma categoria

lexical (CHOMSKY 1970). A partir do referido ano é que Chomsky apresentou um sistema baseado nos traços [+/-N], [+/-V]. As ideias de Chomsky (1970) contribuíram para que a categoria preposição passasse a ser analisada como item lexical ou funcional. Em Chomsky (1981, 1986), é assumido o sistema com quatro categorias lexicais, definidas a partir de traços binários: Nome [+N, -V]; Verbo [-N, +V]; Adjetivo [+N, +V]; Preposição [-N, -V]. Nesse contexto, é então postulada a distinção entre preposições lexicais e preposições do tipo *dummy*, marcadoras de Caso.

Nessa perspectiva, estudos subsequentes propõem a ampliação do inventário das categorias funcionais. Abney (1987), por exemplo, apresenta, em sua tese, uma classificação das principais categorias sintáticas, relacionado-as aos traços [+/-F(uncional)] e [+/-N(ome)], com o objetivo de postular a existência do núcleo funcional D, como regente do sintagma nominal, responsável por codificar as propriedades referenciais e da definitude.³⁵ Essa proposta ficou conhecida como a Hipótese DP. Assumindo-se a Teoria X-Barra na projeção das categorias, as categorias funcionais são inseridas na estrutura oracional como projeções estendidas dos núcleos lexicais: I (flexão), de V (verbo), e D, de N (nome). O núcleo C, responsável por codificar força/finitude, é inserido no nível mais alto da estrutura, selecionando IP. Entretanto, esse modelo de configuração da estrutura é reformulado passando a incluir novas categorias, dependendo dos detalhes das análises propostas.

Abney (1987) retoma a ideia de que o conteúdo descritivo está presente nos itens lexicais, mas não nos itens funcionais, ou seja, os núcleos lexicais têm uma referência com o extralinguístico. Essa propriedade confere aos núcleos lexicais característica predicativa. Nessa perspectiva, o autor classifica a preposição como item lexical ou temático. Assim, a preposição não pode ser classificada como um item meramente funcional, pois, ainda que se considere o fato de sincronicamente as preposições formarem uma classe fechada, elas estão muito mais propensas à variação e à mudança

³⁵Na definição das propriedades do núcleo funcional determinante (D), Abney (1987) sistematiza as seguintes propriedades: (i) os elementos funcionais constituem classes lexicais fechadas; (ii) os elementos funcionais são geralmente dependentes fonologicamente e morfologicamente – são geralmente não acentuados, frequentemente clíticos ou afixos e, por vezes, mesmo foneticamente nulos; (iii) os elementos funcionais permitem apenas um complemento, que não é argumento – são argumentos os DP, os CP e os PP; (iv) os elementos funcionais selecionam o IP, o VP e o NP; (v) os elementos funcionais são normalmente inseparáveis dos seus complementos; (vi) Os elementos funcionais necessitam de “conteúdo descritivo”. A sua contribuição semântica é de segunda ordem, regulando ou contribuindo para a interpretação dos seus complementos.

que as conjunções, por exemplo. Contudo, a partir das propriedades apresentadas por Abney (1987, p. 64-68) na caracterização dos itens funcionais, fica evidente que se pode tratar a preposição como não-especificada para o traço [+/-F], segundo o sistema de traços proposto por esse autor. Nesse sentido, é possível dar conta do fato de que há contextos estruturais em que as preposições como itens funcionais e outros em que representam itens lexicais plenos, capazes de definir uma estrutura temática.

Farias (2005) assume que o traço categorial da preposição pode ser captado a partir da hipótese de que há uma gradação do traço [+/-lexical] na categoria preposição. Consequentemente, quanto mais dependente do verbo, + funcional é a preposição. Tal hipótese, de acordo com o autor, se sustenta no fato de que há: (a) preposições funcionais – marcadores *dummy* e que apenas realizam Caso e não alteram o papel temático do DP; (b) preposições lexicais plenas – aquelas que sozinhas são responsáveis pela atribuição do Caso e da marcação- θ ao DP complemento de P; e (c) preposições “half way” – aquelas que atribuem Caso inerente ao seu DP complemento e que juntas com o verbo são predicadores auxiliares na atribuição do papel temático ao DP. Essa proposta, no entanto, é incongruente com a visão gerativista, uma vez que de acordo com esta concepção o traço é binário. Entendemos que o que se pode propor, nesse caso, é uma concepção tripartite. Mas não uma gradação.³⁶

A discussão sobre essa classe de palavra parece não se esgotar. Recentemente, merece referência o trabalho de Baker (2004), a ser detalhado na seção 4.2.1, que advoga a favor da natureza puramente funcional das ‘adposições’, em detrimento do entendimento anteriormente citado, e amplamente aceito pela linguística e pela teoria gerativa. Como será demonstrado, a análise de Baker, apesar de interessante no âmbito da proposta de definir as categorias lexicais exclusivamente pelos traços [N] e [V], não invalida a classificação anteriormente apresentada, podendo ser inclusive refutada em alguns aspectos a partir dos dados do PB.

³⁶ Sem assumir a concepção de um contínuo para as propriedades lexicais e funcionais, Salles (1992) propõe uma divisão tripartite, comparável à de Farias (2005), a fim de captar as propriedades da preposição, nas diferentes construções em que ocorre. Em particular, assume o sistema [atribuir/realizar Caso] (conforme Chomsky 1986), e [atribuir/realizar Papel Temático] (conforme Lobato 1992, citada pela autora), distinguindo assim (i) preposições funcionais (*dummy prepositions*), responsáveis por [realizar Caso] em construções como ‘a invasão **da** cidade’/ ‘the invasion **of** the city’, conhecidas como de *of-insertion*; (ii) preposições lexicais, responsáveis por [atribuir Caso]/ [atribuir Papel Temático], em construções em que o PP não é selecionado por núcleo lexical (=adjunto); (iii) preposições lexicais, responsáveis por [atribuir Caso]/ [realizar Papel Temático], em construções em que se combina com o verbo, como em ‘**confia em** seu amigo’/ ‘**concorda com** a ideia’/ ‘**acredita em** Deus’. A proposta de Salles (1992) tem detalhes técnicos que não são relevantes para a presente análise, e por essa razão, não serão discutidos em maior detalhe.

Fica, portanto, evidente que a sistematização das propriedades desta categoria está longe de ser trivial, embora seja possível isolar contextos que permitam tecer uma simetria em que as preposições apresentam um comportamento similar num conjunto de dados, podendo ser contrastado com outros grupos de outros contextos estruturais. É o que propomos fazer em relação às preposições que introduzem PP remáticos na estrutura do predicado de verbos de movimento direcional. Nessa abordagem, adotamos a projeção do PP em camada (*PP shell*), conforme proposta original de Koopman (2000), retomada por Svenonius e Ramchand (2004) e Fábregas (2010).

4.1 Contribuições da Gramática Tradicional

Segundo a tradição gramatical, as preposições surgiram a partir da perda dos casos morfológicos na passagem do latim para o português. Além de formar uma classe gramatical fechada, a preposição é um elemento relacional, diferentemente das categorias nocionais, e funcionam como conectores por ligarem um termo antecedente a um termo conseqüente (Cf. ALMEIDA, 1985, CUNHA & CINTRA, 1985).

Esta definição, no entanto, não considera o fato de essa conectividade relacionar-se a propriedades como referencialidade e papel temático, definidos em modelos de análise posteriores. Cunha e Cintra (1985), no entanto, ainda que de forma incipiente, apontam uma classificação na caracterização desse papel relacional, que permitiu a identificação de propriedades adicionais para a preposição, antecipando, assim, a distinção proposta pela teoria gerativa entre preposições marcadoras de Caso (*dummy*) e preposições lexicais, conforme Chomsky (1986) (cf. seção 4.2.1).

Nessa abordagem, apresentam interessante discussão sobre a natureza das preposições, classificando-as como palavras invariáveis e relacionais, capazes de garantir que o sentido de um antecedente seja explicado ou completado por um conseqüente. Afirmam, ainda, que a relação estabelecida entre as palavras por intermédio de uma preposição pode exprimir noção de movimento (1a) ou de situação (não-movimento) (1b):

- (1) a. Vou a Roma.
b. Chegaram a tempo.

O movimento e/ou situação expressos pela preposição podem ter como referência o tempo, o espaço ou a noção³⁷, como mostram os exemplos em (2a), (2b) e (2c), respectivamente:

- (2) a. Trabalho todos os dias **de** 8 da manhã **às** 8 da noite.
b. Todos saíram **de** casa.
c. O bebê chorava **de** dor.

Os autores observam que, quando preposições relacionam elementos denotadores de movimento, é necessário considerar a existência de um ponto de referência em relação ao qual o movimento será de aproximação ou de afastamento, como mostram os exemplos em (3) e (4):

- (3) Vou a Roma.
(4) Volto de Roma.

Outro ponto interessante observado no trabalho de Cunha & Cintra (1985) é o fato de as relações expressas pelas preposições poderem ser fixas, necessárias ou livres. Fixas, quando a preposição faz parte de uma expressão cristalizada, conseqüentemente, vazia de significação, como em (5):

- (5) Eu hei de vencer.

³⁷ As categorias ‘tempo’, ‘espaço’, ‘noção’, adotadas com base em estudos do linguista B. Pottier, conforme referido pelos autores.

Necessárias, quando estabelecem ligação entre um termo principal e outro sintaticamente necessário a ele. Nesse tipo de emprego, segundo os autores, o valor relacional da preposição supera seu valor significativo, como em (6):

(6) Fui a Cambridge.

Os referidos autores sugerem, ainda, uma revisão no que se refere à classificação de certos advérbios e locuções adverbiais como elementos meramente acessórios para a gramática tradicional, visto que é evidente a relação necessária entre um verbo e um termo adverbial, como em (6), estabelecida pela preposição.

As relações livres, por sua vez, são relações possíveis, porém dispensáveis. Nesse caso, os autores afirmam que a preposição estabelece uma noção de associação (com) e/ou movimento, que tende a completar-se numa determinada direção (por). Ressaltam ainda o valor estilístico do emprego desse tipo de preposição, como ilustra (7), a seguir:

(7) a. Encontrar (com) um amigo.
b. Procurar (por) alguém.³⁸

A análise desses autores postula uma classificação interna que pode ser comparada à distinção proposta na abordagem gerativa, entre a preposição predicadora (que seleciona argumento, articulando-se com o verbo) e a preposição marcadora de Caso, (que assume papel funcional/relacional na estrutura oracional). De fato, a classificação proposta faz referência a diferentes aspectos sintáticos e semânticos da preposição. No entanto, não estabelece relação entre o papel semântico da preposição, na delimitação de pontos no espaço, em estruturas com verbos de movimento, conforme ilustrado em (3) e (4), e sua ocorrência em relações ditas ‘necessárias’, como ilustrado em (6). Esse tipo de implicação entre as propriedades detectadas não é explorado nos estudos tradicionais, o que se explica pelos objetivos descritivos a que se propõe.

³⁸ Exemplos de Cunha e Cintra (1989).

No presente estudo, nosso objetivo é estabelecer relações entre as propriedades, a fim de extrair generalizações que satisfaçam não só a adequação descritiva, mas também a explicativa. Nesse sentido, vamos aprofundar a ideia de que em (6) a preposição introduz uma relação ‘necessária’, na codificação da trajetória descrita pelo predicado. Para tanto, passamos a discutir essa hipótese no âmbito da teoria gerativa, considerando a distinção entre preposições lexicais e funcionais, no âmbito da teoria do Caso (cf. Chomsky 1986; 1995), bem como a análise de Ramchand (2010), no que se refere à presença do PP remático na Sintaxe de Primeira Fase.

4.2 O estatuto de P em construções com verbo ‘ir’ de movimento direcional

O estabelecimento do estatuto da preposição em orações com o verbo ‘ir’ de movimento direcional torna-se relevante para o presente estudo, na medida em que envolve a discussão em torno do caráter argumental do PP locativo. Essa questão remete à distinção entre preposições lexicais e funcionais, cabendo investigá-la em termos da contextualização teórica da atribuição de Caso, conforme propõe a teoria gerativa, com implicações para a presente análise. Portanto, antes de examinar as propriedades do PP, nesse contexto, apresentaremos um breve panorama acerca da teoria do Caso.

4.2.1 A evolução da teoria do Caso na abordagem gerativa

Em línguas como o latim, o russo, o finlandês e o sânscrito, o caso é manifestado morfológicamente. Em outras, como o inglês e o francês, essa realização morfológica é restrita ao sistema pronominal. Há ainda aquelas que não apresentam quaisquer marcas morfológicas de caso, como o chinês. Apesar disso, a teoria gerativa assume que ‘caso’ é uma categoria sempre presente nas línguas, mesmo que abstratamente. Essa hipótese surgiu da investigação sobre a distribuição dos NPs visíveis, dando origem à chamada

teoria do Caso (a caixa alta indica a manifestação abstrata, em oposição ao uso da letra minúscula, que indica a marcação morfológica).

Chomsky e Lasnik (1977) propuseram um conjunto de filtros de superfície para captar essa distribuição, mas Vergnaud (1982) percebeu que a maioria dos seus efeitos poderia ser unificada se uma noção de Caso (abstrato) fosse postulada, além da realização morfológica, o que levou à formulação do Filtro de Caso, segundo o qual todo NP foneticamente realizado precisa receber um Caso abstrato. Tanto a propostas de Chomsky e Lasnik quanto a de Vergnaud referiam-se à posição de sujeito em orações infinitivas, em línguas como o inglês, posição em que um sujeito lexical geralmente é proibido.

A Teoria do Caso procura dar conta da distribuição dos NPs, estabelecendo quantos e quais são os Casos abstratos, que elementos podem atribuir estes Casos, quais podem recebê-los, de que forma os são atribuídos. São três os Casos licenciadores de DPs³⁹: o Nominativo – atribuído por Infl ao DP, na posição de especificador; o Acusativo – atribuído pelo verbo ao DP, na posição de complemento; e o Oblíquo – atribuído pela preposição ao DP, na posição de complemento.

Na Teoria da Regência e Ligação, a noção de filtros é substituída por uma condição estrutural – tendo em vista uma concepção de gramática baseada em módulos interligados pela noção de regência.⁴⁰ Postulava-se que o Caso era atribuído de forma canônica ou excepcional, sempre sob regência, uma relação ‘local’ estabelecida entre

³⁹ De acordo com a Hipótese DP, formulada por Abney (1987), o artigo e demais determinantes, que antes ocupavam a posição de especificador de N, passam ao estatuto de núcleo funcional que seleciona como complemento a categoria NP. Nesse sentido, diz-se que os argumentos são DPs, apresentando propriedades referenciais.

⁵ Para compreender o mecanismo de atribuição de Caso, é necessário entender o conceito de regência por núcleo (*Head-government*, em inglês), no qual se inclui o conceito de m-comando (definido a seguir):

Regência por núcleo: A N-rege B sse

- (i) A = { N, V, A, P, Infl/[+agr] }
- (ii) A m-comanda B

M-comando

Um nó A m-comanda um nó B sse:

- (i) A não domina B e B não domina A;
- (ii) A primeira projeção máxima que domina A domina B.

Adaptado de Roberts (1997).

um núcleo X^0 e as categorias contidas dentro da projeção máxima XP definida por esse núcleo (RAPOSO, 1992).

Postula-se ainda que a atribuição excepcional de Caso (*Exceptional Case Marking/ ECM*) ocorre quando um DP recebe Caso de um núcleo lexical que não o seleciona, como mostram (8) e (9):

(8) O João viu [as crianças cantar]

(9) O João achou [o livro péssimo]

Em (8), o DP *as crianças* não pode receber Caso Nominativo na posição de sujeito da oração encaixada, por tratar-se de uma oração infinitiva. Nesta situação, o DP é licenciado pelo Caso Acusativo atribuído pelo verbo *ver*. Em (9), o DP *o livro* é selecionado pelo adjetivo “péssimo”, mas não recebe Caso no domínio da pequena oração, por não se encontrar em configuração de atribuição de Caso. Novamente, tem-se o licenciamento do DP pelo Caso Acusativo, atribuído pelo verbo.

Por outro lado, há situações em que a agramaticalidade de sentenças não se deve ao fato de o DP não estar na configuração de Caso, conforme ilustrado em (10), com exemplos adaptados de Raposo (1992: 364), em que o DP *o brinquedo* e o DP *os seus filhos* estão em posição de regência em relação aos núcleos lexicais que os selecionam:

(10) a. [_{VP} destruir [o brinquedo]]

b. [_{PP} com [os seus filhos]]

c. * [_{NP} destruição [o brinquedo]]

d. * [_{AP} orgulhoso [os seus filhos]]

Comparando (10a-b) com (10c-d), notamos que a agramaticalidade de (10c-d) não tem a ver com subcategorização, nem com atribuição de papel θ , visto que ambas as propriedades foram satisfeitas pelas categorias N e A. Diante disso, Chomsky (1981, 1986) propõe que N e A estão aptos a atribuir o Caso, mas não podem realizá-lo. No

entanto, a inserção da preposição *de* torna as construções gramaticais, o que permite caracterizá-la como uma preposição realizadora do Caso, conforme (11) abaixo:

(11) a. A [_{NP} destruição [de [o brinquedo]]

b. [_{AP} orgulhoso [de [os seus filhos]]

A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar que a preposição desempenha nessas estruturas uma função estritamente gramatical, i.e., não seleciona semanticamente argumentos, sendo responsável por realizar Caso ao DP. Nessa configuração, tem-se o Caso estrutural, visto que não está relacionado com a atribuição de papel temático. Trata-se, portanto, de uma preposição de natureza funcional.

Tal situação distingue-se dos casos em que a preposição é responsável pela seleção argumental, como em “trabalha *com* uniforme”, Conforme observado anteriormente, nesses contextos, a preposição é lexical, assim como as categorias N e A nos exemplos (11a-b). As categorias N e A, além de selecionarem argumento, atribuem Caso, mas um Caso denominado inerente, por ser associado à atribuição de papel temático, embora a preposição seja necessária para realizar o Caso.

Com o desenvolvimento do Programa Minimalista, a Teoria do Caso é substituída pela teoria da checagem de traços formais de núcleos funcionais, que elimina a atribuição de Caso sob regência. Para tanto, destacamos as principais generalizações: (i) entendendo a ideia de atribuição de Caso como uma forma de licenciar DPs, antes submetida ao Filtro de Caso, a teoria do Caso passa a ser uma teoria em que núcleos funcionais licenciam categorias lexicais; (ii) é ampliada a ideia de que muitos exemplos de movimento são resultado da procura de DPs por um Caso, dado o pressuposto de que todo movimento é motivado pela necessidade de um DP ser licenciado por um núcleo funcional (CHOMSKY, 1995).

4.2.2 Preposições lexicais e funcionais no PB

Uma das principais características das preposições lexicais é o fato de não poderem ser omitidas, tendo em vista que selecionam o próprio argumento e não são selecionadas por um núcleo lexical (cf. 12a). Nesta situação, a preposição pode aparecer desprovida de complemento (conforme (12b)), o que confirma as propriedades descritivas da categoria lexical – embora a ocorrência desse fenômeno não seja uniforme, como se observa em (12c)), em que a preposição é lexical, mas não é possível omitir o argumento:

- (12) a. O João votou *(contra) a proposta.
- b. O João votou contra.
- c. O João saiu sem *(dinheiro)/ *(mim)

Em termos da teoria do Caso, quando P introduz um adjunto, como em (12a), e é atribuidor de Caso e de papel- θ , a substituição de uma preposição por outra altera a função- θ do constituinte, não sendo possível, nessas situações, serem omitidas. Inversamente, em um contexto em que as preposições são apenas realizadoras de Caso recebem o *status* de preposições fracas, vazias, *colourless* e as introdutoras de um adjunto são consideradas preposição forte, lexicalmente plena, *colourful* (DEMONTE, 1985; STARKE, 1993).

No entanto, conforme visto anteriormente, esse contraste não capta todos os fatos. Além dos contextos de *of-insertion*, preposições podem, também, se combinar com outro núcleo lexical para atribuir Caso e selecionar o argumento, como em: *Concordo com você* (CHOMSKY, 1986; SALLES, 1992).

Conforme observado em Farias (2005), o caráter funcional da preposição é observado nos dados em (13), do PB:

- (13) a. João não obedece aos pais.
- b. *João não obedece para os pais.
- c. *João não obedece nos pais.

Segundo Farias, nesse contexto, a preposição não apresenta conteúdo lexical, sendo realizada apenas para satisfazer uma operação sintática, não admitindo variação ou substituição por outra preposição.

Em (14a), verifica-se a possibilidade de omissão da preposição, uma operação que não implica alteração do papel temático do DP complemento. Conclui-se que, nesse caso, a preposição é uma categoria funcional, sendo inserida na sintaxe apenas para realizar Caso, uma vez que a atribuição de papel temático do DP é função do verbo, não da preposição. Igualmente, a omissão de P pode ocorrer em casos de marcação de complemento preposicionado, quando o constituinte ocorre no domínio de CP ou em construções de topicalização, como em (14c), em oposição a (14b):

- (14) a. O João não obedece (a)os pais.
- b. O João gosta **de** feijoada.
- c. Feijoada, o João gosta.

Duarte (2003) adverte que as construções de tópico caracterizam-se por apresentarem um elevado grau de sintatização, ou seja, o tópico mantém relação referencial, casual, categorial e temática com um constituinte lexicalizado na frase, o qual é obrigatoriamente uma categoria vazia (*Feijoada, João gosta (*dela/?disso)*). A topicalização que ocorre em estruturas como (14c) são denominadas por Duarte de “Topicalização Selvagem”. Segundo a autora, essa variante, embora apresente conectividade referencial e temática, não estabelece conectividade categorial e casual entre o constituinte topicalizado e a posição sintática de onde foi extraído (cf. contraste entre (11 b/c)).

No que se refere ao estatuto das preposições *a*, *para* e *em*, em especial com verbos de trajetória como ‘ir’ e ‘chegar’, Farias (2005) observa que é necessário assumir o caráter auxiliar que elas desempenham na marcação temática do DP subcategorizado por P, devido à conectividade temática e ao seu papel no licenciamento morfossintático em tais contextos. De fato, os contrastes em (13) e (14) são distintos do que ocorre em (15), a seguir, do PB: nos contextos de verbos de movimento direcional do tipo ‘ir’ e ‘chegar’, em que se alternam as preposições *a*, *para* e *em*, a omissão de P, em configuração de topicalização selvagem, é bloqueada.

- (15) a. O João foi a/para/em Lisboa. (*PE, com ‘em’)
b.*Lisboa, o João foi.
c. O João chegou a /na cidade. (*PE, com ‘em’)
d.*Cidade, o João chegou.

Conforme observa Farias (2005), em (12), diferentemente de (10) e (11), a preposição não atribui função- θ ao DP complemento de V. É inserida na sintaxe apenas para satisfazer condições de visibilidade, o que justifica o fato de poder ser omitida, pois a conectividade referencial e temática é atribuída nessas construções pelo verbo.

A conclusão de Farias (2005), no entanto, vai de encontro à análise de Eugenio Souto (2004), em que é demonstrada a possibilidade de topicalização de locativos complementos do verbo ‘ir’, sem preposição, como em (16):

- (16) Jardim zoológico, eu fui (pouco).
(Exemplo extraído de MOLLICA, 1996)

Em contraste com os dados apresentados por Farias, verifica-se que o verbo ‘ir’, embora participe do grupo de ‘verbos de movimento direcional’, destoa dos demais participantes desse grupo em muitos aspectos, entre eles o fato de admitir a topicalização selvagem, diferentemente dos demais verbos desse grupo (cf. (15d)).

Contudo, é evidente que a possibilidade de topicalização selvagem interage com as propriedades aspectuais da estrutura, pois (16) denota um hábito, o que explica sua compatibilidade com o advérbio ‘pouco’. Na ausência do advérbio, como o verbo está no pretérito perfeito, a leitura habitual pretendida fica prejudicada. O papel da categoria aspecto se confirma na relação com o estatuto referencial do constituinte deslocado: em (15a), por exemplo, o constituinte *Lisboa*, sendo um nome próprio, é necessariamente referencial, o que, na presença do verbo no perfectivo, exclui a leitura habitual – compare-se com (17):

(17) Lisboa, eu vou sempre.

Na seção seguinte, discuto a análise de Baker (2004) na obra *Lexical Categories*, em que o autor propõe que as adposições não se incluem entre as categorias lexicais. Com essa discussão, serão questionados alguns argumentos do autor.

4.2.3 Baker (2004): a categoria adposicional

Na discussão de Baker (2004), é observado, inicialmente, que a categoria P pode aparecer antes ou depois do termo regido. Daí a denominação *adposições* (pre-/posposições, doravante, P). Baker (2004) defende a hipótese de que P é categoria funcional e de que não existe P lexical, o que a situa no grupo dos determinantes, pronomes, *Pred*, complementadores/conjunções e não no grupo dos nomes, adjetivos e verbos. A mesma linha de raciocínio é apresentada por autores como Grimshaw (1991 *apud* BAKER, 2004), para quem P é uma categoria funcional na projeção estendida do Nome; Emonds (1985 *apud* BAKER, 2004), que identifica P e C como categorias funcionais e Bittner & Hale (1996 *apud* BAKER, 2004), que advogam a favor de que adposições são semelhantes a categorias marcadoras de caso ($P = K$).

Esse entendimento vai de encontro à posição de Jackendoff (1977: 31-33), segundo a qual adposições são categorias lexicais, conforme o sistema [+/-N] e [+/-V]. P se define, então, como [-N, -V], ao lado de V [-N, +V], N [-V, +N] e A [+N, +V], uma caracterização adotada em Chomsky (1981, 1986), conforme mencionado anteriormente. Baker propõe que as categorias lexicais não se definem por traços binários, mas pelos traços [N] e [V], que correspondem, respectivamente, às propriedades de manifestar índice referencial e de projetar uma posição de especificador. Adjetivos, por sua vez, são identificados pela propriedade exigir a presença de um núcleo funcional do tipo *Pred*, responsável por introduzir A na estrutura oracional.

Para fundamentar sua hipótese quanto ao estatuto de P, Baker (2004) apresenta várias evidências. Inicialmente, observa que P é uma classe fechada nas línguas e que não participa de processos morfológicos derivacionais, comparando-se a categorias

como tempo e determinantes, No entanto é possível encontrar, no PB, palavras do tipo *traseira*, *dianteira* e *contrário*, derivadas das preposições *trás*, *diante* e *contra*, respectivamente.⁴¹

Segundo Baker (2004), outra característica importante é que P não participa de processos de incorporação. Vale ressaltar que Salles (1997) argumenta que, em línguas como o PB, a contração entre P e artigo/pronome é uma operação sintática de movimento de núcleo: *do(s)*, *da(s)*, *dele(s)*, *daquele(s)* - [PP P_{de} [DP D_a [NP casa]], portanto, um processo que pode ser analisado como um tipo de incorporação.

Mesmo que implementado tecnicamente em outros termos, é possível reconhecer o caráter sintático desse processo, diante da obrigatoriedade da contração entre a preposição e o artigo no contexto citado (*a necessidade da criança/ *de a criança*), em oposição àqueles em que o DP não ocorre como complemento da preposição, como em *a necessidade de as crianças brincarem/ a necessidade de brincarem as crianças*, em que o DP *as crianças* é sujeito da oração infinitiva na posição de complemento da preposição (cf. SALLES 1997).

Baker defende ainda que a distribuição de PP é semelhante à de AP, uma vez que, segundo o autor, nem o adjetivo, nem a preposição apresentam índice referencial, como os nomes. Uma consequência dessa análise de é que PPs são adjuntos, diferentemente de NP, uma categoria inerentemente argumental. Prova disso é o fato de o NP não poder ser adjungido a uma oração sem que se ligue a alguma lacuna ou a um pronome dentro da oração. Estando regidos por um elemento adposicional, os NPs podem ser adjungidos sem restrição, conforme: *John cooked the yam *(in) the kitchen/ *(for) Mary/ *(with) oil/ *(on) Monday/ *(for) money*.

Outro aspecto importante ressaltado por Baker é que, embora os PPs não apresentem índice referencial, apresentam um papel-theta coindexado com o NP na posição de complemento, como em *On every shelf stands the statue that Rodin originally put there*. A hipótese do autor é a de que o índice de referencialidade esteja contido no NP na forma de um N abstrato em 'there', o que justificaria a possibilidade de alguns PPs identificarem categorias vazias na posição de sujeito e de objeto.

⁴¹ Esses dados foram citados por A. Nevins, em aula ministrada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Linguística.

Interessantemente, os PPs são comparados por Baker aos adjuntos, podendo expressar noções como resultativos: *I cut the bread thin/ into slices*; modificadores atributivos: *a letter to/for Mary; a long letter*; e gradação: *John is as crazy as Mary/ John is as out to lunch (= crazy) as Mary is*. Portanto, para Baker, os PPs não são intrinsecamente predicados como os verbos, uma vez que não licenciam especificadores. Ao invés disso, os PPs são licenciados por *Pred* ou por algum tipo de verbo cópula, como em *Chris is in the kitchen*. Chierchia (1985 *apud* BAKER, 2004) acredita que os PPs contêm uma denotação que não pode ser mapeada diretamente em uma função preposicional, dessa forma, apenas um verbo verdadeiro (verbo postural/ locativo) poderia marcar tematicamente o sujeito e PP estaria adjungido ao VP.

Embora afirme que PPs não são argumentos, mas modificadores adjungidos ao predicado, Baker reconhece que esses PPs podem ser obrigatórios ou opcionais. Apesar desse contraste, o autor observa que ambos apresentam distribuição semelhante, podendo, por exemplo, ser modificados por advérbio como em *Chris put the book carefully in the box/ Chris cooked the meat slowly in the kitchen* e extraídos de ilha como em *Which box did Chris put the book in?/ Which store did Chris buy the book in?*.

Baker argumenta que a diferença entre os PPs facultativos e opcionais pode ser explicada pelo fato de que alguns PPs se adjungem a posições altas na oração e outros a posições baixas, dentro do VP (resultativos), ou dentro do vP (locativos puros). Dessa forma, a distinção entre PP complemento e PP adjunto desaparece, em virtude de PPs ‘complementos’ (ou obrigatórios) apresentarem uma mistura de propriedades de argumento e de adjunto. Baker (2004) cita, também, a possibilidade de, em predicados com dois argumentos, cada um pode alternar o estatuto de NP e PP, mas não poderem ambos ser PP, conforme: *I supplied medicine to the refugees, I supplied the refugees with medicine e *I supplied to the refugees with medicine*.

Da discussão de Baker (2004) retemos a observação de que PPs podem ser obrigatórios ou opcionais. Esse aspecto mostra-se relevante para a análise dos dados com verbos de movimento direcional, uma vez que o verbo ‘ir’ se distingue dos demais verbos desse grupo em função da presença obrigatória do PP. Na presente análise, o PP (obrigatório) ocorre como constituinte remático na estrutura do VP, sendo sua ocorrência dispensável na presença de categorias codificadoras do aspecto gramatical, na projeção funcional da oração (Cf. Capítulo 3). Essa relação é uma evidência

adicional para a hipótese de que os itens lexicais são inseridos em configurações projetadas por núcleos funcionais aspectuais (*inic, proc, res*), que correspondem à decomposição do evento (cf. Capítulo 3). Na próxima seção avaliamos a hipótese de que as preposições são inseridas em projeções definidas por núcleos funcionais que correspondem à decomposição das ordenadas espaciais. Seguindo Ramchand (2008), entre outros autores, assumimos que existe um isomorfismo entre as configurações projetadas pelos núcleos *inic, proc*, e os PP encaixados.

4.3 A constituição interna das preposições: preposições locativas e preposições direcionais

O presente estudo apresenta um interesse especial pelas preposições que licenciam os verbos de movimento denotadores de trajetória, conforme mencionado desde o início desta tese. Para tanto, partimos de hipótese de que as preposições manifestam uma constituição interna, a qual se articula com as propriedades definidas na configuração projetada por essa classe de verbos, o que justifica as duas próximas seções.

4.3.1 A estrutura léxico-conceptual das preposições: Jackendoff (1983)

Jackendoff (1983) caracteriza as preposições não como um lugar em si, mas como funções-de-lugar. Isso significa que o lugar a ser referido é a relação entre uma determinada preposição e seu objeto de referência. Para expressar o conceito de lugar, o autor propõe a seguinte regra:

(18) [Place *x*] a [Place PLACE-FUNCTION (Thing *y*)]

Ao apresentar a notação acima, Jackendoff adverte acerca da necessidade de considerar que cada função-de-lugar estabelece restrições conceituais quanto à natureza

do objeto de referência e lembra que estas restrições são as responsáveis por garantir a variação de uso das preposições de uma língua para outra, ressaltando a importância de estabelecer a distinção entre as ideias de ‘lugar’ e ‘trajetória’.

Segundo Jackendoff (1983), ‘lugar’ corresponde a um sentido mais simples, uma vez que normalmente projeta para um ponto simples e imóvel. Por outro lado, o sentido de ‘trajetória’ tende a ser mais complexo e a apresentar uma estrutura mais variada. A estrutura interna de uma ‘trajetória’, de acordo com o autor, comumente denota uma função-de-trajetória e um objeto de referência. Tal complexidade é evidenciada quando o argumento da função-de-trajetória é um lugar.

O linguista observa, ainda, que, em inglês, muitas preposições apresentam ambiguidade quanto a serem função-de-lugar pura e função-de-trajetória (*to* + função-de-lugar) (entre elas, *in* (*em*), *on/ over* (*sobre*) e *under* (*sob* ou *embaixo de*), como evidenciam os exemplos a seguir:

(19) a. The mouse is under de table. ‘O rato está sob a mesa.’

[Place UNDER ([Thing TABLE])]

b. The mouse ran under the table. ‘O rato correu sob/embaixo da mesa.’

[Path TO ([Place UNDER ([Thing TABLE])])]

Jackendoff (1983) entende que ‘trajetórias’ podem ser divididas em três categorias, conforme o tipo de relação que mantêm com o objeto de referência. A primeira categoria é chamada pelo autor de *bounded paths*, ou trajetórias delimitadas (com limites), representadas basicamente pelas preposições FROM e TO. Nesse caso, o objeto de referência é o alvo ou ponto final do movimento e/ou a fonte ou ponto inicial do movimento⁴².

⁴² As trajetórias delimitadas também podem estar codificadas dentro de outros itens lexicais de uma língua, como a preposição *até* do PB, como em: ‘João foi *de* casa *até/para* a escola’.

A segunda categoria inclui direções. Nesse caso o objeto de referência não se encontra dentro da trajetória, é apenas um ponto de referência distante de seu ponto de início ou fim, como uma distância estendida, não específica:⁴³

(20) a. *Joana ran toward/away from the house.*

b. Joana correu em direção à/para longe da casa.

A terceira categoria está representada pelas ‘rotas’ (do inglês, *routes*). Nela o objeto de referência parece ser um ponto no interior da ‘trajetória’. Jackendoff (1983) propõe um teste com o verbo ‘passar’ (*to pass*, do inglês) que só funciona com PPs que expressam uma rota, como se depreende de (21), com os dados correspondentes do PB:

(21) a. *The car passed by/along/through the tunnel.*

b. O carro passou pelo/ao longo do/através do túnel.

c. **The car passed to the garage/toward the truck (PP is a goal/direction)*

d. *O carro passou para a garagem/?em direção ao caminhão

(o PP é um alvo/direção)

Jackendoff (1983) observa que, no que diz respeito ao conceito de rotas, o ponto final ou inicial do movimento nunca é especificado. A única informação que podemos inferir de tais leituras é a de que, em algum momento da trajetória, o objeto em movimento esteve localizado em algum ponto em relação ao objeto de referência. O autor nota que, em inglês, muitas preposições de lugar são usadas para expressar o conceito de VIA e, em muitos destes contextos, elas são ambíguas entre uma leitura de lugar, de trajetória ou mesmo de rota.

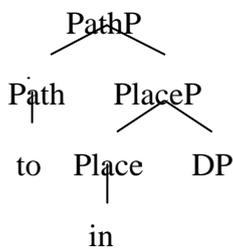
⁴³ O PB não possui uma preposição simples ou composta com o mesmo sentido que as preposições *toward* e *away-from* do inglês. As preposições ‘de’ e ‘para’ podem ser usadas para traduzir tais termos, mas não são específicas quanto seus pares em inglês. O inglês, ao contrário do PB e do francês, tem uma lista relativamente ampla de possibilidades de lexicalização desta função/categoria: *up(ward)*, *down(ward)*, *backward*, *forward*, *homeward*, *noth(ward)*, etc.

4.3.2 PPs em orações com verbos de movimento direcional

Assim como Jackendoff (1983), Ramchand (2008) admite que no domínio conceitual é importante estabelecer a distinção entre preposições de Lugar e de Trajetória. A autora assume que o nó P deve ser decomposto em Trajetória (Path) e Lugar (Place), com o nó de Lugar encaixado sob o nó de Trajetória (cf. 26). Ramchand (2008) sustenta sua argumentação fazendo referência aos trabalhos de van Riemsdijk and Huybregts (2002), Koopman (2000), van Riemsdijk (1990), Svenonius (2004b) e Kracht (2002). Tais trabalhos também são mencionados por Fábregas (2007) e Pantcheva (2007).

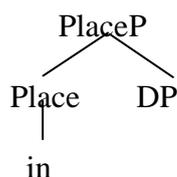
A maioria das propostas é favorável à ideia de que o significado locativo da preposição é conduzido pela sintaxe, ocasionando a projeção de dois núcleos: PlaceP (locativo) e PathP (direcional). Estruturalmente, observa-se que as preposições direcionais, como em (22), são morfologicamente mais complexas que as locativas, em (23). A preposição direcional do inglês ‘into’, por exemplo, combina uma localização ‘in’ e uma trajetória ‘to’. O mesmo acontece com muitas preposições do espanhol, construídas diacronicamente pela combinação de pelo menos dois itens lexicais independentes, como ‘desde’, ‘hacia’ e ‘para’.

(22)



As preposições locativas, por outro lado, são obtidas a partir de uma única projeção:

(23)



Uma série de testes são realizados para verificar a natureza da preposição. Um deles, proposto por Svenonius (no prelo), demonstra que as preposições direcionais (PathP) não podem complementar verbos puramente estativos, como *stay*, do inglês (‘permanecer’, ‘ficar’), o que se confirma para o português:

(24) a. *John stayed in the city.*/ ‘João ficou na cidade’

b. **John stayed to the city.*/ *‘João ficou para a cidade’

As preposições locativas, em contrapartida, podem se combinar com verbos estativos e direcionais. No primeiro caso, expressa significado estativo; no segundo, direcional, como se assimilasse o traço apresentado pelo verbo ao qual complementa.

Interessantemente, Ramchand (2008) aplica sua teoria de uma nova classificação dos eventos à análise das estruturas resultativas do inglês e do russo. Nesse estudo, que contempla a estrutura interna dos PPs, a autora decompõe e avalia os traços da categoria PATH, analisando-as como categorias que denotam o processo de rematização (geralmente associadas a trajetórias), entendendo que estes podem estar encaixados na estrutura projetada pela Sintaxe de Primeira Fase, que compreende os núcleos, *inic*, *proc*, *res*.

A base do referido estudo envolve verbos de movimento, em oposição a verbos de maneira de movimento em interação com preposições locativas e de trajetória. Esses verbos estão amplamente discutidos na literatura (cf. Talmy 1985; Morimoto (2001); Fábregas 2007, entre outros).

Retomando os estudos prévios, Ramchand (2008) propõe que *Paths* podem complementar um nó *procP*, na decomposição do evento. A autora argumenta que, assim como um DP quantizado delimita um evento (*bounded event*) com verbos de

criação, o complemento de uma preposição de trajetória denotará um evento delimitado quando acompanhar um verbo de movimento dinâmico (RAMCHAND, 2008:111). Os dados em (25), do português, traduzidos dos dados em inglês, citados pela autora, mostram contrastes em relação à delimitação do evento, determinados pelo tipo de PP remático inserido na estrutura do evento.

- (25) a. Joana andou até a casa. (alvo do movimento)
- b. Joana andou para a casa. (direção do movimento)
- c. Joana andou em casa. (lugar do movimento)

Nos exemplos acima, com o verbo como *andar*, nota-se uma relação direta entre uma leitura de alvo do deslocamento que origina com uma preposição de trajetória delimitada (25a), mas não com uma preposição de trajetória não-delimitada (*unbounded*) (25b), ou com uma preposição locativa (25c).

Uma preposição locativa (PlaceP), conforme Ramchand (2008), pode denotar o alvo do movimento (*Goal of motion*) caso o verbo licencie a projeção de um núcleo *resP*. Assim, no inglês, os verbos que admitem interpretação pontual/ delimitada, como *to push*, aceitam que uma preposição locativa simples nomeie uma localização final, conforme ilustrado em (26), em oposição a (27):

- (26) a. *Michel pushed the car in the ditch.*
- b. Michel empurrou o carro na/dentro da vala.

- (27) a. **Michel danced Karena in the room/*
Michel danced Karena into the room.
- b. **Michel dançou Karena dentro da sala.*

(Exemplos, em inglês, de Ramchand, 2008:115).

Assim, em (26), um PP locativo, como *in the ditch / na vala*, determina a localização final. Em contrapartida, verbos de processo ou atividade, em que não há denotação da trajetória (já que não possuem o nó *resP*), como o verbo *dançar*, não permitem essa operação. Isso decorre do fato de aqueles verbos possuírem em sua estrutura um nó *resP*, que marca o estado resultante de um processo. A presença deste nó em (26) permite a combinação com a preposição locativa, que, indica o local ou a posição final do movimento do objeto.

Segundo a autora, esta evidência aponta para o fato de que o traço de Alvo da Trajetória (Path-Goal) se localiza no interior da estrutura conceitual de alguns verbos de movimento, os quais correspondem à projeção *resP* – verbos de movimento direcionado ou de maneira de movimento. Em todo verbo de movimento, o traço *Path* projetaria um nó na posição encaixada *procP*, e o traço Alvo (Goal) corresponderia a uma propriedade de todo nó *resP* de tais verbos. A preposição introduz o DP que define a localização (Place) final do elemento deslocado, isto é, a localização resultante do movimento denotado por todo o evento.

Assim, verbos de movimento que apresentem um *resP* em sua estrutura, denotando um estado, nesse caso, localização resultante do movimento, o local/alvo de tal movimento introduzido pela preposição seria necessariamente um complemento do verbo, não apenas adjunto. Verbos de movimento que contenham um *resP* em sua estrutura, apresentam um *PlaceP* encaixado neste *resP*. Portanto o DP encaixado sob este nó corresponde ao lugar que o elemento em movimento ocupou. O conceito de Trajetória e Alvo, conforme a autora, está no verbo de movimento pontual, não na preposição. Esta especifica apenas a localização final da Figura.

Para Ramchand (2008), a principal propriedade do *procP* é a denotação de PATH. Verbos de movimento são inseridos em uma configuração que contém o núcleo *procP*, que denota a propriedade de Trajetória (PATH) inerente ao significado do verbo. No caso dos verbos direcionais de movimento, *procP* seleciona a projeção *resP*, que denota o cumprimento da trajetória até um ponto final. Os verbos de movimento direcional possuem um nó *resP* encaixado sob o nó *PathP* complemento de *procP*, como é o caso dos verbos *ir*, *entrar*, *sair* e do verbo de maneira *pular*.

Adotando a mesma orientação teórica, como base em versão anterior do livro de Ramchand (2008), pode-se citar o estudo de Fábregas (2007) sobre preposições espaciais, em que focaliza o espanhol. O autor assume a hipótese de que o processo de

lexicalização mapeia itens lexicais em configurações sintáticas. Conforme mencionado, no inglês, há a possibilidade de expressar o deslocamento de uma figura do exterior de um ambiente para o seu interior com o verbo *enter*, isto é, o inglês usa um só item de superfície que carrega três traços <Movimento, Lugar-alvo, Exterior a Interior>, cf. (28). Já no PB, além do verbo *entrar*, precisa-se da preposição *em* para expressar, em uma sentença bem formada, tal deslocamento, ou seja, os traços da estrutura sintática de (28) encontram-se em um mesmo item lexical no inglês, no verbo *enter*; embora não se encontre no interior do mesmo item lexical em português⁴⁴.

(28) a *John entered* <Movimento exterior-interior, Lugar-alvo> *the room*.

b. . João entrou <Movimento exterior-interior> n<EM-Lugar-alvo>a sala.

Fábregas (2007).

De acordo com Fábregas (2007), os processos que determinam a forma como cada traço figurará em um determinado item lexical, contudo, devem respeitar condições específicas. No caso dos traços que um determinado item possui, mas que não estão contidos no nó em que ele é inserido após vencer uma competição, é preciso observar a regra do ‘Lixo Minimizado’ (*Minimize Junk*).⁴⁵

Ocorre, contudo, que não é qualquer traço sobressalente que pode ser ignorado. Além da regra do ‘Lixo Minimizado’, deve-se observar a ‘Condição de Ancoragem’ (*Anchor Condition*)⁴⁶, isto é, deve-se respeitar a hierarquia dos traços e somente os traços que se encontram em uma posição mais alta no arranjo sintático podem ser ignorados. Por exemplo, considerando o evento descrito pelo verbo ‘entrar’ que, em inglês, apresenta em seu arranjo os traços <Movimento exterior-interior, Lugar-alvo>,

⁴⁴ Consideramos dados do tipo: ‘(...) foi ladeira abaixo’; ‘(...) foi/vou pela estrada de terra’; ‘A estrada vai por aqui’; ‘O rio vai pela montanha’; ‘A minha casa vai fácil’.

⁴⁵ *Lixo Minimizado*: Quando dois itens lexicais obedecem às condições para serem inseridos em um nó, observando que todos os traços sintáticos desse nó tenham spelled-out, o item que possuir o mínimo de traços sobressalentes é inserido.

⁴⁶ “*The Anchor Condition: In a lexical entry, the feature which is lowest in the functional sequence must be matched against the syntactic structure*” (Uma entrada lexical pode substituir somente as estruturas sintáticas que incluam seu traço mais baixo – tradução nossa) (CAHA, 2007, citado por FÁBREGAS).

caso se adote a estrutura com o verbo *enter*, não se pode usar na mesma oração a preposição *in* (que aparece no *phrasal verb* ‘*go in*’).

Isto ocorre porque a preposição entra em competição com o verbo *enter* para fazer o *spell-out* do traço <Lugar-alvo> do terminal mais baixo da estrutura sintática, deixando, assim, o mesmo traço na estrutura do verbo *enter* sem um nó terminal com o qual possa se combinar. Como este também é o traço mais baixo da estrutura do item lexical *enter*, uma sentença como ‘**She entered* <Movimento exterior-interior, Lugar-alvo> *in*<Lugar-alvo> *the room*’ seria agramatical, em inglês.

Fábregas, em consonância com Tenny (1992), postula que léxico e sintaxe são níveis diretamente relacionados, ou seja, existem regras que modificam a forma de um em favor da legibilidade do outro. Em seu estudo, o autor investiga como ocorre o processo de lexicalização, a fim de identificar os princípios que melhor descrevem as escolhas dos itens lexicais por determinadas estruturas sintáticas. O autor argumenta ainda que aspectos relevantes acerca do significado das palavras são codificados na sintaxe. Nessa perspectiva, parte das propriedades contrastivas de verbos de movimento e de verbos de modo de movimento (*manner of motion verbs*) é codificada na sintaxe.

Assim, a relação entre verbos de modo de movimento e os complementos direcionais é analisada a partir da relação entre traços sintáticos e as partes que os lexicalizam, considerando-se o *Princípio da Lexicalização Exhaustiva*: “todo traço sintático precisa ser lexicalizado por um item lexical, mesmo que esse item seja fonologicamente nulo” (FABREGAS, 2007, p.167). A origem da agramaticalidade, de acordo com esse princípio, está no fato de a estrutura conter um ou mais traços sem lexicalização.

De acordo com Fábregas (2007), o grupo dos verbos que denotam modo de movimento pode ser dividido em duas classes: a dos verbos que lexicalizam o papel aspectual PathP, como em ‘Ontem, João **nadou** bem’ (pressupondo-se uma trajetória), e a dos verbos que não incluem esse componente em sua configuração, ‘João **agitou** a bandeira’ (em que há movimento, mas não há deslocamento). Nessa abordagem, o autor assume a decomposição da preposição em dois núcleos PlaceP (lugar) e PathP (trajetória), cuja manifestação está associada ao significado lexical da preposição e ao tipo sintático-semântico do predicado, exatamente como detalhado anteriormente, na análise de Ramchand (2008).

Para Fábregas, a trajetória introduzida por verbos como ‘ir’/’vir’ consiste minimamente em dois pontos traduzidos como ‘aqui/não-aqui’. O verbo ‘ir’, em particular, denota a passagem que vai de ‘aqui’ a ‘não-aqui’. Argumentamos que o verbo ‘ir’, ao codificar ‘não-aqui’, toma o argumento preposicionado como parte de sua estrutura conceitual profunda e o DP introduzido pela preposição será considerado um complemento deste verbo. O caráter obrigatório do PP permite contrastar (29) e (30), em que o uso de *a/para* vs. *em* não produz contraste de significado com o verbo ‘ir’ de movimento direcional, mas com verbos de maneira de movimento pontuais esse contraste existe (RAMMÉ, 2012).

(29) João foi ao parque/no parque.

(30) João pulou para a/na piscina.

De acordo com a presente análise (cf. Capítulo 3), faz-se ainda necessário distinguir as construções em que o verbo ‘ir’ toma um PP remático que descreve um trajetória delimitada ou não delimitada. Essa distinção é determinada na estrutura da Sintaxe de Primeira Fase, pela presença do núcleo *res* ou não, respectivamente.

(31) a. Maria vai pra/à/na escola

<inic, proc, res> + PP_{PATH/LOC}

b. Maria vai pela praia.

<inic, proc > + PP_{PATH}

No capítulo 2 assumimos que o licenciamento de verbos de movimento direcional está relacionado aos traços aspectuais ‘iniciador’ e ‘trajetória’, podendo o argumento locativo representar a trajetória não delimitada ou o alvo da trajetória – como em (31a) e (32b), respectivamente. Com essas configurações, é possível ainda dar conta da variação na escolha da preposição em (31), particularmente em relação à possibilidade de realizar a preposição não direcional ‘em’, como será discutido no capítulo 4.

Resta discutir os casos *A escada desce rápido/ Minha casa vai fácil*, citados no Capítulo 2, que envolve um tipo de voz média. Propomos que, nesses casos, o iniciador do movimento é um <PRO_{GENÉRICO}>, isto é, ‘qualquer um’ pode ‘ir’ à minha casa sem dificuldade/ pode ‘descer’ a escada rapidamente. O locativo (minha casa/ a escada) é um XP remático. Sendo analisada como voz média, o predicado é estativo e somente o núcleo *inic* é projetado. No entanto, é possível que o predicado receba uma leitura eventiva/ episódica, como em *Naquele dia, minha casa foi fácil porque eu tinha um mapa*.

Nossa hipótese de trabalho é a de que tais construções se alinham com as de tópico-sujeito, originalmente analisadas em Pontes (1986), nas quais se verifica o alçamento de possuidor ou de locativo – como em *O carro furou o pneu/ Essa casa bate sol*. De acordo com Munhoz e Naves (2012), o alçamento do locativo é possível pelo fato de que o constituinte realizado na posição de sujeito é argumento na estrutura do predicado: ‘o carro’ é o possuidor na estrutura do sintagma nominal possessivo, e ‘essa casa’ é o locativo na estrutura do predicado ‘bater’, respectivamente.

No que diz respeito aos verbos de movimento direcional, em particular o verbo ‘ir’, postulamos que se trata de predicado inacusativo bi-argumental, sendo o sintagma locativo argumento (interno) do verbo. Nesse sentido, é possível estabelecer um paralelo em relação ao alçamento do locativo à posição de sujeito entre *Minha casa vai fácil* e *Essa casa bate sol*. Essa condição interage com a natureza funcional da preposição (funcional) introdutora do argumento locativo, bem como com a ideia de que as preposições projetam diferentes núcleos (Path / Place), os quais se encaixam aos nós da sintaxe de primeira fase (RAMCHAND, 2008). O resultado é uma configuração sintática capaz de captar a seleção argumental com maior exatidão, pois justifica a existência de posições sintáticas, sem exigir que todas elas sejam preenchidas com material fonológico.⁴⁷

Para o verbo ‘ir’, em uma sentença com ‘minha casa vai fácil’, propomos uma estrutura na Sintaxe de Primeira Fase em que o DP realizado pelo <PRO_{genérico}> é inserido em *spec inicP*. Na leitura episódica, será inserido em *spec resP* e vai sucessivamente para *spec procP* e para *spec inicP*. O sintagma remático locativo, por

⁴⁷ Agradeço à Profa. Eloisa Pilati pela contribuição à discussão dessa questão, particularmente quanto à relação entre o estatuto argumental do locativo e a possibilidade de alçamento, também observada na construção do tipo *Essa casa bate sol*.

sua vez, é inserido na posição de complemento de *inic* (estativo) e de *res* (episódico), respectivamente, sendo alçado para a posição de sujeito em specIP, conforme ilustramos a seguir (com a estrutura completa <inic, proc, res>):

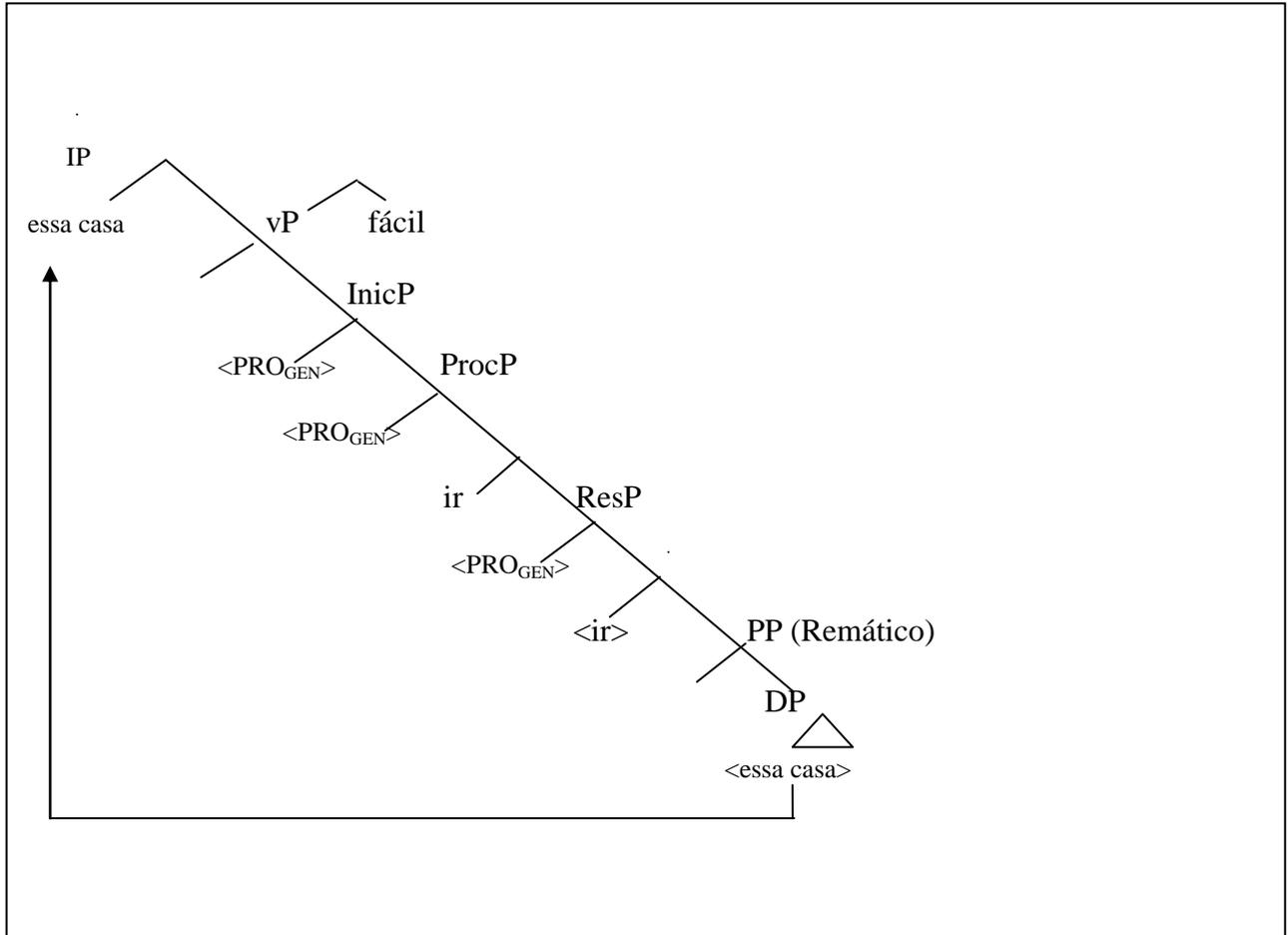


Figura 4

Fonte: dados da pesquisa

Propomos que o XP remático sai da posição original e vai para specIP, no espírito da análise proposta para estruturas do tipo 'Essa casa bate sol' (MUNHOZ & NAVES, 2012). A diferença é que os argumentos de 'bater' são 'essa casa' e 'sol' respectivamente, e, nesse caso, 'sol' é alçado para specIP. Da mesma forma, o argumento interno locativo do verbo 'ir', 'essa casa', é alçado para specIP, sendo licenciado na posição de sujeito. Em ambos os casos, o sintagma locativo é realizado como um DP e recebe o Caso Nominativo na posição de sujeito (como se confirma pela presença da concordância – *Essas casas batem sol/ Essas ruas vão fácil*). O argumento

realizado em *specinic*, 'PRO genérico', permanece interno ao VP. Deixamos a discussão do licenciamento de Caso do DP 'PRO genérico' para discussão futura.⁴⁸

Na próxima seção, retomamos os dados do PB e a análise proposta no Capítulo 3 para a Sintaxe de Primeira Fase dos verbos de movimento direcional, considerando a forma como se articula com a estrutura interna do PP remático.

4.4 O PP remático no licenciamento de verbos de trajetória

Este estudo, em particular, partiu da hipótese de que, em construções canônicas, verbos de movimento que explicitam trajetória, como o verbo 'ir' do PB, são inacusativos que subcategorizam dois argumentos, sendo um deles de natureza locativa. A análise preliminar está formulada em Eugenio Souto (2004), e está de acordo com Duarte e Brito (2003), que também entendem que esse tipo de verbo é um inacusativo que inclui um PP locativo em sua estrutura argumental. Em Silva e Farias (2011), essa questão é retomada, assumindo-se operações lexicais que atuam na estrutura temática no contexto específico do verbo 'ir' (cf. REINHART, 2000 *apud* SILVA & FARIAS, 2011). É o que está ilustrado em (32), com dados do PB:

- (32) a. João foi *(no/ao/para o clube).
b. O João chegou (a/em Lisboa).
c. O João saiu (de casa).

Conforme mencionado anteriormente, a impossibilidade de eliminar a expressão locativa não se aplica a todos os verbos de trajetória. Ao contrário, a maioria deles permite a omissão, como vemos nos exemplos acima. Com o verbo *ir*, no entanto, a construção sem o PP só é licenciada em situações específicas como nos casos em que

⁴⁸ Em relação à estrutura da construção 'Essa rua vai fácil', a Sintaxe de Primeira Fase corresponde ao VP. Acima dessa estrutura, por hipótese, estaria o vP. Não discutimos essa questão em detalhe, porque essa projeção faz parte da sintaxe sentencial, que não foi o objeto de nossa discussão. Acima do vP está o IP. Não vamos entrar em detalhes sobre a posição do adjunto 'fácil', pois sua presença, sendo obrigatória, poderia ser analisada com um fenômeno adicional em relação ao papel de categorias funcionais no licenciamento de argumentos. Deixamos essa questão para investigação futura.

existe um conhecimento linguístico compartilhado entre os interlocutores, conforme (33), ou na presença de operadores associados à codificação do aspecto gramatical na estrutura funcional da oração (34) (cf. Capítulo 3):

- (33) Tem dias que ela não vai [AO LUGAR CONHECIDO] porque tá muito cansada.

(dado real de fala, extraído de MOLLICA 1996)

- (34) A Maria já foi/ A Maria foi embora/ A Maria se foi/ Fui!

Adicionalmente, na presença de um advérbio que descreva o movimento, no sentido de que alcança sua realização plena, é possível igualmente omitir o PP: a interpretação da sentença em (35) é a de que o deslocamento ocorre de forma satisfatória. A expressão adverbial ‘bem’ não indica o lugar específico para onde se dá o movimento, apenas denota o modo como o evento se desenvolve. Existe, portanto, uma expressão associada à função aspectual, que não representa, porém, a trajetória propriamente dita, ou seja, a expressão *vai bem (na estrada de terra)* satisfaz o traço de trajetória que está representada lexicalmente no verbo de movimento direcional com trajetória inerente e, em especial, no verbo ‘ir’ do PB.

- (35) O carro vai bem (na estrada de terra).

Seguindo o entendimento de Fábregas (2007), bem como de Svenonius e Ramchand (2004) e Ramchand (2008), preposições locativas lexicalizam papéis aspectuais de lugar (*place*) e de trajetória (*path*). Verbos de movimento direcional como ‘ir’ e ‘vir’ incluem na Sintaxe de Primeira Fase um PP remático locativo encaixado na posição de complemento do núcleo mais baixo. O verbo ‘ir’ seleciona um traço locativo-alvo ou locativo-trajetória. Caso esse traço não seja lexicalizado pelo PP, o resultado é uma sentença agramatical, conforme (32a).

Em PB, ‘a/para’ é uma preposição direcional (PathP) que normalmente combina com os verbos de trajetória (movimento direcional). No atual estágio da língua, observa-se que a preposição ‘a’ compete com a preposição ‘para’, também direcional, e com

‘em’, preposição locativa (PlaceP), normalmente selecionada por verbos estativos e direcionais. Estudos translinguísticos apontam diferenças semânticas, como no espanhol, em relação ao uso de uma preposição direcional (‘a/para’) ou locativa (‘em’). Esta última é usada no espanhol para denotar determinado ponto da localização, mais interno a um determinado local que foi alcançado; as direcionais expressam o desencadeamento de um deslocamento em direção a um alvo, o que não significa que esse alvo tenha, necessariamente, sido alcançado, como se verifica nos exemplos abaixo, retirados de Morimoto (2001):

(36) a. *Juan tiro la pelota a la papelera.*

‘Sem implicação de que a bola tenha entrado na lixeira.’

b. *Juan tiro la pelota en la papelera.*

‘Pressupondo que a bola tenha entrado na lixeira.’

Essa distribuição não funciona da mesma forma para o português falado no Brasil, como se observa na sentença (37), em oposição (38). Para os falantes do PB, a seleção da preposição ‘em’, com o verbo de movimento direcional ‘ir’, está relacionada ao registro (formal/informal) e não à necessidade de estabelecer contraste semântico na descrição de um ponto mais ou menos interno em relação ao local alcançado ou à intenção de descrever uma trajetória.

(37) João foi *no/ao/para* o Banco do Brasil.

(38) Maria chegou (*em* Brasília)/ (*de* Brasília).

Conforme referido anteriormente, Fábregas (2007) argumenta que a trajetória introduzida por verbos como ‘ir/vir’ consiste minimamente em dois pontos traduzidos como ‘aqui/não-aqui’. ‘Ir’, em particular, denota a passagem que vai de ‘aqui’ a ‘não-aqui’, diferentemente de verbos como ‘chegar’, que selecionam PlaceP (sem *Path*). O autor, contudo, não se refere ao fato de que, diferentemente de outros verbos de movimento direcional, o verbo ‘ir’, em estruturas canônicas, seleciona um PP remático

locativo obrigatório, sendo o locativo realizado como alvo ou como trajetória (cf. (39a)), diferentemente de verbos como ‘vir’, em que tais PPs são opcionais na estrutura do predicado (cf. 39b).

Essa exigência leva à suposição de que a possibilidade de omissão do PP remático locativo esteja associada à presença de *res* + ponto de referência ‘aqui’, definidos na estrutura lexical do verbo (‘vir’), ou inversamente que a biargumentalidade do verbo ‘ir’ (obrigatoriedade do PP remático) seja determinada pela presença de *proc/ (res)* + ponto de referência ‘não aqui’. A configuração *proc/ res* + ‘não aqui’, por hipótese, admite que ‘não aqui’ seja expresso por PathP ou por LocP, o que explica a possibilidade de inserir ‘em’ nessa configuração – uma idiosincrasia do PB.

(39) a. Maria vai pra/à/na escola/ pela praia.

b. Maria veio (a Brasília)/ (pela praia).

Essa análise encontra paralelo no coreano, em que, conforme Ramchand (2008), alguns verbos como *go* (‘ir’) e *come* (‘vir’) permitem PlaceP e PathP interpretados como alvos. De acordo com Ramchand (2008, p. 114-115), esses verbos são, por hipótese, *resP* e *não-resP*, o que capta o seguinte contraste de significado: na versão *proc* + Path, o *undergoer* não tem necessariamente de alcançar o ponto final da localização (cf. 40a); na versão *res* + Place a interpretação de estado final é inevitável (cf. 40b).

(40) a. Mary-ka cip-ulo ttwi-e ka-ss-ta

Mary-nom house-dir run-linker go-past-dec

‘Mary ran to the house.’

(*Undergoer of the motion does not have to reach the Ground final location*)

b. Mary-ka cip-ey ttwi-e ka-ss-ta

Mary-nom house-loc run-linker go-past-dec

‘Mary ran to the house.’

(Implies that the undergoer of motion reaches the final location expressed by Ground DP).

Interessantemente, Ramchand (2008) argumenta que é possível demonstrar a relação entre a presença da projeção *res* e a codificação do aspecto gramatical (exatamente como demonstrado para o português, no Capítulo 3). Seguindo análise de Son (2006), citada por Ramchand (2008, p. 112), a autora observa que “when these verbs are used with an aspectual form (the perfect) that explicitly requires a target state, only the locative PP is grammatical”.

(41) a. Inho-ka samwusil-ey ka-a iss-ta

Inho-Nom office-loc go-linker be-dec

‘Inho has gone to the office (and is still there)’

b. *Inho-ka samwusil-lo ka-a iss-ta

Inho-nom office-dir go-linker be-dec

‘Inho has gone to the office (and is still there)’” (p. 117) [ex. 14 e 15 da autora]

Como se pode constatar, a lexicalização do predicado com o verbo ‘ir’ apresenta traços que o tornam distinto dos demais verbos denotadores de trajetória, o que permite explicar algumas especificidades do PB em relação à sintaxe das preposições. Como sinaliza a discussão dos dados apresentados até aqui, o licenciamento do grupo de verbos de movimento direcional que me propus a investigar (*ir/ vir; entrar/ sair; chegar/ partir*) está diretamente ligado à forma como o processo verbal se desenvolve.

As evidências mostram que todos eles envolvem fases: início de movimento que envolve um deslocamento de um ponto A em direção a um ponto B.

Usando-se o sistema de Ramchand (2008), um iniciador, que é ao mesmo tempo o *undergoer*, desencadeia o processo verbal (inic), o qual envolve sempre uma trajetória (path/proc), que pode ou não definir um alvo (res). Em cada caso, a presença de *res* determina o tipo PP remático obrigatório incluído – dando origem a uma leitura de aspecto conclusivo ou não (cf. (40a). Como resultado, tem-se a mudança espaço-temporal do elemento deslocado (cf. Capítulo 3).

Nesse sentido, a hierarquia de traços contidos no complexo [V trajetória + preposição], conforme proposta de Pantcheva (2007) e Ramchand (2008), dá conta dos contrastes de significado, confirmando que, no caso do verbo ‘ir’, a expressão do deslocamento contém o traço lugar-caminho-alvo como o mais baixo da estrutura. Por isso a preocupação inicial foi identificar quais traços primitivos configuram este grupo de verbos, tendo em vista as operações apresentadas.

Assim, a descrição da classe das preposições associada aos verbos de movimento direcional, especificamente os de trajetória inerente, contribuiu para reforçar a hipótese de que a preposição que introduz o locativo manifesta uma estrutura que projeta sintaticamente operadores semânticos definidos como *place/path*. Observa-se que a indicação da trajetória do movimento e o local para onde se dá a trajetória na projeção sintática da preposição pode aparecer no mesmo lexema, como ocorre com a preposição ‘em’ no PB. Para tanto, é necessário que essa escolha lexical possa atender as especificidades dos predicados, corroborando o entendimento de que essas propriedades estão realizadas na estrutura do predicado.

4.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo tratei de assuntos relacionados ao sintagma preposicional devido à importância desse constituinte para a realização das estruturas canônicas de verbos movimento direcional examinados neste estudo. Após sintetizar a proposta de Cunha e Cintra (1985), representantes da GT, contemplei algumas abordagens significativas da teoria gerativa, a começar pela distinção estabelecida por Chomsky (1986) entre

preposições lexicais e funcionais, passando pela proposta de Baker (2004), que entende preposições como uma categoria funcional, opondo-se ao entendimento mais conhecido e aceito pelos estudos linguísticos contemporâneos, proposto inicialmente por Jackendoff, o qual inclui a preposição entre as categorias lexicais marcadas pelos traços $\pm N$ e $\pm V$.

Outro aspecto relevante para o estudo dos verbos de movimento direcional é a constituição interna da preposição. Para tratar desse ponto, citei os trabalhos de Koopman (2000) e Fábregas (2007), Pantcheva (2007), Ramchand (2008), Rammé (2012). Os estudos referidos defendem que o nó P deve ser decomposto em trajetória e lugar, pois o significado locativo da preposição é denotado pela sintaxe, ocasionando a projeção de dois núcleos: PlaceP (locativo) e PathP (direcional).

Em todo verbo de movimento, o traço *Path* projeta um nó na posição encaixada *procP*, e o traço Alvo (Goal) corresponde a uma propriedade de todo nó *resP* de tais verbos (RAMCHAND, 2008). A linguísta entende que o tipo de PP remático inserido na estrutura do evento apresenta contrastes em relação à delimitação do evento, conforme (42):

- (42) a. Joana andou até a casa. (alvo do movimento)
- b. Joana andou para a casa. (direção do movimento)
- c. Joana andou em casa. (lugar do movimento)

A autora observa também que uma preposição locativa (PlaceP) pode denotar o alvo do movimento (*Goal of motion*), caso o verbo licencie a projeção de um núcleo *resP*, como em (43):

- (43) a. *Michel pushed the car in the ditch.*
- b. Michel empurrou o carro na/dentro da vala.

A preposição introduz o DP ('a vala'), que define a localização (Place) final do elemento deslocado, e é um PP remático. Propusemos que essa análise se estende ao verbo 'ir'.

Fábregas (2007) concebe a trajetória introduzida por verbos como 'ir'/'vir' como dois pontos traduzidos como 'aqui/não-aqui'. O verbo 'ir', em particular, seleciona um traço locativo-alvo ou locativo-trajetória. Caso esse traço não seja lexicalizado pelo PP, o resultado é uma sentença agramatical.

Assumindo Fábregas, propusemos que o verbo 'ir', ao codificar 'não-aqui', toma o argumento preposicionado como parte de sua estrutura conceitual, e o DP introduzido pela preposição será realizado como uma categoria remática na Sintaxe de Primeira Fase.

- (44) a. Maria vai pra/à/na escola
<inic, proc, res> + PP_{PATH/PLACE}
- b. Maria vai pela praia.
<inic, proc > + PP_{PATH}

A obrigatoriedade do PP remático é determinada pela presença de *proc (res)* + ponto de referência 'não aqui'. A configuração *proc/ res* + 'não aqui', por hipótese, admite que 'não aqui' seja expresso por PathP ou por PlaceP, o que explica a possibilidade de inserir 'em' nessa configuração – uma idiosincrasia do PB.

- (45) a. Maria vai pra/à/na escola
<inic, proc, res> + PP_{PATH/PLACE}
- b. Maria vai pela praia.
<inic, proc > + PP_{PATH}

O capítulo é encerrado com o tratamento teórico do papel da preposição no licenciamento dos verbos de trajetória, o que aponta fortes indícios de que o PP, para

esses verbos, desempenha papel de argumento, o que pode indicar uma restrição à proposta de Baker (2004), que defende a existências de PP adjunto obrigatório. Fica em aberto à discussão do estatuto da preposição como categoria funcional ou não, embora seja evidente que seus traços lexicais interagem com as propriedades da Sintaxe de Primeira Fase.

Capítulo 5

5 Considerações finais

Esta tese teve como ponto de partida de um estudo anterior, cuja base era a análise dos aspectos sintáticos e semânticos do verbo ‘ir’ de movimento no Português do Brasil, apresentada por Eugenio Souto (2004). Em relação à projeção da estrutura argumental, no referido estudo, consideraram-se dados como (1) Maria foi *(ao zoológico); (2) Maria já foi; (3) Maria se foi; e (4) Maria foi embora, em oposição a (5) *Maria foi, entre outros. Assumiu-se nesse trabalho que o verbo ‘ir’ de movimento direcional participa da classe dos verbos inacusativos, embora presente, em sua estrutura canônica, dois argumentos: Tema e Locativo. A agramaticalidade de (5) é, portanto, determinada pelas propriedades lexicais do verbo, que introduz uma variável de trajetória a ser saturada pelo argumento locativo, embora seja possível licenciar o predicado com um único argumento, desde que a variável de ‘trajetória’ seja saturada pela presença de categorias tempo (passado) e aspecto gramatical (perfectivo) ou pela ocorrência de expressões adverbiais, associadas à perfectividade (aspecto conclusivo) na estrutura oracional (EUGENIO SOUTO 2004).

Para abordar essas questões, no capítulo 1, apresentamos um recorte teórico acerca dos verbos de movimento, a fim de estabelecer a distinção entre verbos de modo de movimento e verbos de trajetória, conforme propõe Talmy (1985), (2000), Levin & Rappaport (1992), entre outros, que consideram os componentes semânticos envolvidos no evento do movimento - DESLOCAMENTO, FIGURA, TRAJETÓRIA e FUNDO – bem como os principais modelos de lexicalização dessas propriedades encontrados nas línguas do mundo. Feita a distinção, apresentamos a estrutura léxico-conceitual dos verbos de trajetória, originalmente formulada em Jackendoff (1983, 1990), e a tipologia semântica da trajetória, conforme o esquema elaborado a partir da tipologia de trajetória apresentada por Morimoto (2001) em seu estudo sobre os verbos de movimento do espanhol. Contemplamos, também, aspectos referentes à estrutura argumental dos

verbos de trajetória e a proposta de sistematização dos verbos de trajetória do português elaborada por Corrêa (2005).

Essa discussão teve como intuito contextualizar o problema central desta tese cujo foco era um grupo de verbos específico, inserido no grupo de verbos de trajetória, ao qual optamos por denominar ‘verbos de movimento direcional’ e que é representado pelos pares antitéticos ‘ir’/‘vir’, ‘chegar’/‘partir’ e ‘entrar’/‘sair’. O objetivo geral do trabalho era identificar e descrever as categorias lexicais e funcionais que licenciam verbos de movimento direcional no PB, em especial o verbo ‘ir’, em estruturas não canônicas, considerando, particularmente, o debate em relação às hipóteses baseadas no léxico e as baseadas no predicado para a realização dos argumentos na estrutura oracional.

Além disso, buscamos caracterizar sintática e semanticamente os verbos de movimento direcional prototípicos em português (‘ir/vir’, ‘chegar/partir’, ‘entrar/sair’); verificando se os verbos de movimento direcional constituem uma classe homogênea em português; apontar quais são as categorias lexicais capazes de satisfazer a seleção argumental dos verbos de movimento direcional; identificar ou postular a categoria funcional responsável pelo licenciamento de expressões locativas associadas aos verbos de movimento direcional; compreender o papel da preposição na realização de expressões locativas em estruturas sintáticas com verbos de movimento direcional e descobrir se existem propriedades aspectuais em distribuição complementar com os argumentos locativos.

O nosso empreendimento teve como base teórica os pressupostos da abordagem gerativa, que prevê a existência de uma Gramática Universal responsável pela natureza da linguagem humana, objetivando entender como se dá a compreensão, a produção das expressões da língua e o seu surgimento na mente dos falantes, conforme postulado nos primeiros estudos de Noam Chomsky, mantendo-se também nas formulações mais recentes, como se depreende na investigações minimalistas (Chomsky 1995, 2004).

No capítulo 2 nos propusemos tratar de assuntos relacionados aos critérios de seleção argumental e distribuição dos argumentos na grade argumental dos verbos, com o objetivo de sistematizar condições semânticas e sintáticas associadas ao licenciamento dos argumentos de uma predicação, relacionando-os a processos de inserção sintática de categorias constitutivas do predicado na estrutura oracional. Dessa forma, formulamos um cenário teórico para a análise dos verbos denotadores de trajetória, em particular,

aqueles que expressam movimento direcional, evidenciando as peculiaridades do verbo ‘ir’ em oposição aos outros verbos que constituem esse grupo.

A discussão passou pela apresentação das hipóteses das abordagens projecionista e construcionista acerca da realização sintática dos argumentos, considerando a noção de estrutura argumental. No âmbito do projecionismo destacamos, entre outros, o trabalho de Tenny (1987, 1992), que apontou a relevância das propriedades aspectuais para a realização sintática dos argumentos na estrutura da sentença. Segundo Tenny, os papéis aspectuais de ‘medida’, ‘trajetória’ e ‘término’, definidos na estrutura lexical do predicado, são aqueles relevantes para definir as condições do mapeamento sintático dos argumentos e de sua ligação (*linking*) com as funções gramaticais, sendo, portanto, capazes de substituir, com vantagem, a teoria dos papéis temáticos, e as hierarquias postuladas para definir o *linking*.

Com verbos de movimento direcional constatamos a existência inerente do traço aspectual ‘trajetória’. Conforme as discussões apresentadas sobre a seleção argumental, vimos que o PP locativo é imprescindível na estrutura argumental do verbo de movimento direcional, visto que é esse constituinte o responsável por saturar o traço aspectual de trajetória, presente na estrutura desse tipo de verbo. A identificação dessa propriedade, analisada originalmente como uma variável semântica na estrutura do predicado (cf. Eugenio Souto 2004), permitiu dar conta da possibilidade de omissão do argumento locativo na estrutura oracional, desde que associada à presença de uma categoria associada à expressão do aspecto gramatical: o pretérito perfeito que, nesse grupo de verbos, codifica os traços aspectuais *caminho* + *término*, podendo licenciar uma variável de lugar com interpretação arbitrária – *fui [para algum lugar]!* como representa a configuração [IP *fui*_[+T/+perfectivo] [AspP[*caminho/término*] [LOC[arb]Ø] Asp_{fin} [VP V_{fin}]]], ou um advérbio como *já*, associado ao desencadeamento da trajetória, que permite saturar o traço aspectual *caminho*, na estrutura funcional da oração, sem definir o término.

Neste capítulo também discutimos a respeito da inacusatividade dos verbos de movimento direcional e a possibilidade de participarem de alternâncias sintáticas. Analisando dados do PB com verbos de movimento direcional, observamos que tais verbos se submetem aos diagnósticos de inacusatividade, como o do particípio absoluto, evidenciam a gramaticalidade de sentenças como ‘Chegadas as cartas, (...)’, ‘Idos os convidados, (...)’, ‘Vindas as encomendas, (...)’. No entanto, conforme constatado

anteriormente, os inacusativos que denotam movimento direcional, ao contrário dos inacusativos prototípicos, selecionam internamente dois argumentos: um elemento deslocado e uma trajetória, respectivamente.

Recorremos a essa propriedade para dar conta da existência, no PB, de alternância sintática com o verbo ‘ir’ de movimento direcional, como em *Essa casa vai fácil*. Nessa estrutura, “ir/ chegar fácil” descreve uma propriedade do argumento ‘Minha casa’ (= ser facilmente encontrada). Essa estrutura consiste na realização do DP locativo na posição de sujeito, ratificando a análise que o vincula a uma posição interna ao VP. Ressaltamos que restrições como tempo genérico, sujeito implícito e genérico e modificador também são atendidas nessa construção. Seguindo estudos prévios, comparamos essas estruturas aos casos de tópico-sujeito no PB (originalmente analisados em Pontes 1986), em que a posição de sujeito é realizada pelo alçamento de um argumento (interno) locativo/ possuidor, como em *Essa casa bate sol* e *Esse carro furou o pneu*. Verificamos, também, que verbos inacusativos de movimento direcional aparentemente não permitem a contraparte transitiva, conforme a agramaticalidade da oração ‘*João chegou o menino’. No entanto, o verbo ‘chegar’, pode perfeitamente figurar em uma estrutura transitiva quando se acrescenta em sua grade argumental uma trajetória constituída por um PP, como em ‘João chegou o menino pra frente’. Essa situação confirma nossa hipótese de que não se pode considerar verbos de movimento direcional como monoargumentais, providos apenas de um sujeito derivado por movimento sintático.

Interessantemente, o grupo de verbos que denotam movimento direcional, objeto desse estudo, apesar de denotarem perspectivas diferentes, indicam movimento verbo ‘vai’ e ponto final para o verbo ‘chega’. Isso significa que em todas as situações, é possível atestar uma propriedade inerente ao argumento realizado na posição de sujeito sintático. Portanto o licenciamento dos verbos de movimento direcional está diretamente relacionado aos traços aspectuais ‘iniciador’ e ‘trajetória’ respectivamente.

Iniciamos o capítulo 3 apresentando a proposta de configuração do evento verbal elaborada por Ramchand (2008), formulada com base em propriedades determinadas pelo aspecto lexical e em outros pressupostos que captam o problema colocado pelo verbo ‘ir’ de movimento direcional, no que se refere à distribuição do PP locativo. Em seguida, incluímos a discussão de propriedades relacionadas ao aspecto gramatical,

para, então, refletir acerca de como esses dois tipos de codificação do aspecto podem dialogar em estruturas que envolvem os verbos em questão.

A teoria da arquitetura da gramática elaborada por Ramchand (2008) procura eliminar os problemas detectados nas abordagens projetionista e construcionistas, aproveitando os aspectos positivos de ambas. Para isso a autora analisa empiricamente as duas abordagens com as quais dialoga a fim de propor uma teoria que as interrelacione: (i) a abordagem ‘temático-lexical’ postula uma classificação temática dentro do Léxico; e, através de “regras de ligação”, um determinado papel semântico é associado a uma posição na estrutura específica, sendo, nesta abordagem, a informação relevante projetada a partir do Léxico; (ii) a abordagem ‘gerativo-construcionista’, por sua vez, permite a construção livre de terminais sintáticos e deixa ao conhecimento enciclopédico o papel de decidir se um determinado item de vocabulário entra no nó terminal ou não.

Ramchand (2008) defende a concepção de que há apenas um módulo em que regras e transformações podem ser determinadas. Essa proposta rejeita teorias que atribuam ao argumento interno o papel de checar telicidade e quantificação, ao mesmo tempo em que exclui que a inserção lexical seja determinada por parâmetros independentes da gramática. A autora propõe, ao invés disso, um sistema baseado na decomposição do evento em núcleos funcionais hierarquicamente dispostos, pelos quais são codificadas as noções de ‘causação’ e ‘telicidade’ e estabelecidas as distinções sobre a forma como argumentos se distribuem na estrutura interna do evento.

A partir de um número limitado de traços primitivos, INITIATOR, UNDERGOER e RESULTEE, Ramchand (2008) constrói um sistema denominado ‘Sintaxe de Primeira Fase’ (*First Phase Syntax*). Além desses elementos básicos, a autora propõe outros, correspondentes aos complementos dos núcleos, que formam o material ‘remático’ do evento e não recebem predicação nem constituem seus próprios subeventos, servem apenas para unir certas propriedades aos subeventos.

Adotando e adaptando o modelo de Ramchand (2008), propusemos que o verbo de movimento direcional ‘ir’ satisfaz duas configurações. Uma delas é do tipo (*inic, proc, res*), em que DP argumento é simultaneamente INITIATOR-UNDERGOER-RESULTEE, incluindo um PP remático (obrigatório), como em *Maria foi *(ao mercado)*. Um diagnóstico que confirma a presença de *res* é a impossibilidade de inserir a expressão ‘for X time/ por X tempo’ (**Maria foi ao mercado por 2 horas*). A outra é

do tipo (*inic, proc*), em que DP argumento é simultaneamente INITIATOR-UNDERGOER, incluindo um PP remático (obrigatório), como em *Maria foi *(pela praia)*. O diagnóstico usado para confirmar a ausência de *res* foi a possibilidade de inserir a expressão ‘for X time/ por X tempo’ (*Maria foi pela praia por 2 horas*).

Constatamos também que a proposição descrita por uma expressão linguística é construída simultaneamente por tempo e aspecto, tomados como um todo. Nos pares opositivos ‘ir/vir’, ‘chegar/partir’ e ‘entrar/sair’, notamos a relevância da relação tempo/aspecto para a realização sintática, em especial, na ausência do PP objeto PATH/locativo. No caso do verbo ‘ir’, consideramos que a possibilidade de omitir o argumento locativo está associada ao uso do verbo no pretérito perfeito, pode-se dizer que ‘Sintaxe da Primeira Fase’ do predicado, interage com a codificação do aspecto gramatical perfectivo, codificado na flexão do verbo, licenciando a variável de lugar (contida em PATH/proc) para uma interpretação arbitrária, como em ‘*Fui [para algum lugar]!*’. Propusemos que a informação gramatical de aspecto (perfectivo) está codificada em um núcleo funcional AspP, acima de VP, sintaticamente ligado ao núcleo PATH/proc, da ‘Sintaxe de Primeira Fase’, conforme [IP fui_[+T/+perfectivo] [AspP [LOC_[arb]] Ø] Asp_[+perfec] fui [VP V_{fui} PP LOC_Ø]]]].

Quanto aos advérbios aspectuais normalmente realizados por expressões do tipo *já, quase, ainda, apenas*, referidos como dêiticos temporais (cf. CASTILHO 2010: 579), são inseridos, por hipótese, na estrutura funcional acima de VP. Postulamos que o advérbio *já* tem escopo sobre a posição do PP remático PATH, licenciando a interpretação arbitrária para o Locativo. Assumimos que essa possibilidade se deve ao fato de que o advérbio do tipo *já* corresponde à denotação do início da trajetória, viabilizando o licenciamento do núcleo *proc* na Sintaxe de Primeira Fase.

A mesma análise é feita para dar conta do papel desempenhado pela palavra ‘embora’, que denota o início do processo, contribuindo para uma interpretação em que o deslocamento é para local indeterminado/ desconhecido, não sendo necessário especificá-lo. Apesar de a origem adverbial da palavra ‘embora’ (em + boa + hora) não ser percebida pelo falante no atual estágio da língua portuguesa, sua significação adverbial na estrutura da oração corresponde a essa origem se mantém, o que confirma o processo de gramaticalização amplamente referido nos estudos tradicionais, além de ratificar a presente análise, por ocorrer na estrutura funcional da oração.

Finalmente, no capítulo 4, investigamos o estatuto do sintagma preposicionado, em virtude da relevância que esse constituinte tem em construções com verbos com de movimento direcional. Partimos de um breve panorama da abordagem da GT sobre preposições, contrastando este pensamento com a proposta de Chomsky (1981, 1986 e 1993) de estabelecer de incluir as preposições entre as categorias lexicais, identificando ainda a categoria de preposições marcadoras de Caso (*dummy prepositions*), retomada em estudos subsequentes como os de Demonte (1985), Salles (1992, 1997), Starke (1993), Duarte (1987, 2003), entre outros.

Discutimos ainda a proposta de Baker (2004), a qual defende a natureza funcional das ‘adposições’, como uma propriedade uniforme desses elementos. A análise de Baker, contudo, não invalida a classificação anteriormente apresentada, podendo ser inclusive refutada em alguns aspectos a partir dos dados do PB. É possível assumir que a realização do PP remático pode ser um argumento em favor do caráter funcional de P, por sua previsibilidade, diante da presença dos outros núcleos funcionais que definem as classes de evento. No entanto, conforme demonstrado na análise da preposição *em* com o verbo ‘ir’ de movimento direcional, em oposição ao verbo ‘pular’ de movimento direcional ou não, a escolha do item que satisfaz a configuração definida pelo PP remático é determinada pelas propriedades lexicais desse item.

Como evidenciou o direcionamento desse estudo, há de nossa parte um interesse especial pelas preposições que licenciam os verbos de movimento denotadores de trajetória, ressaltando o verbo ‘ir’. Consideramos que a ideia de constituição interna das preposições contribui para a descrição dessa classe de verbos, bem como da estrutura argumental desse tipo de verbo. Jackendoff (1983) já se referia às preposições como entidades dotadas de funções-de-lugar, o que significa dizer que o lugar a ser referido é a relação entre uma determinada preposição e seu objeto de referência. O autor advertiu que cada função-de-lugar estabelece restrições conceituais quanto à natureza do objeto de referência, as quais são responsáveis por garantir a variação de uso das preposições de uma língua para outra, e ressaltou a importância de estabelecer a distinção entre as ideias de ‘lugar’ e ‘trajetória’.

De acordo com a literatura pesquisada, a decomposição interna da preposição em núcleos distintos passou a ser adotada em vários estudos. A maioria das propostas desde então são favoráveis à ideia de que o significado locativo da preposição é conduzido pela sintaxe, ocasionando a projeção de dois núcleos: PlaceP (locativo) e

PathP (direcional). Segundo essa hipótese, estruturalmente as preposições direcionais (a/para) são morfologicamente mais complexas que as locativas (em), combinam uma localização e uma trajetória (como no inglês *in + to*); enquanto as preposições locativas são obtidas a partir de uma única projeção.

Vimos que Ramchand (2008) aplica sua teoria de classificação dos eventos, contemplando a estrutura interna dos PPs, decompondo e avaliando os traços das categorias PATH e RHEMA, entendendo que estes traços podem estar encaixados na Sintaxe de Primeira Fase. Concordando com Jackendoff (1983), Ramchand afirma que, no domínio conceitual, deve-se estabelecer a distinção entre preposições de Lugar e de Trajetória. Assim, a autora sugere que o nó P deve ser decomposto em Trajetória (Path) e Lugar (Place), com o nó de Lugar encaixado sob o nó de Trajetória.

Seguindo o modelo configuracional proposto por Ramchand (2008) e considerando os dados com o verbo de movimento direcional ‘ir’, concluímos que os níveis internos do PP, com seus traços semânticos, entram em articulação sintática com os núcleos <inic, proc, res>, no caso de estruturas como ‘foi para o mercado’, e <inic, proc> no caso de estruturas como ‘foi pela praia’. No primeiro caso, é a relação com <inic, proc, res> que permite usar uma preposição do tipo ‘em’, como PP remático, cuja função é delimitadora. A preposição ‘em’ embora não projete a camada ‘path’, pode estabelecer a delimitação ao se articular com uma configuração <inic, proc, res>.

Consideramos, finalmente, que as sentenças *A escada desce rápido/ Minha casa vai fácil* envolvem um tipo de voz média. Nesses casos, a ideia é que o iniciador do movimento é um <PRO_{GENÉRICO}> e o locativo (minha casa/ a escada) é um XP remático. Nossa hipótese é a de que tais construções se alinham com as de tópico-sujeito (PONTES, 1986), nas quais se verifica o alçamento de possuidor ou de locativo – como em *O carro furou o pneu/ Essa casa bate sol*. O alçamento do locativo se justifica pelo fato de que o constituinte realizado na posição de sujeito é argumento na estrutura do predicado: ‘o carro’ é o possuidor na estrutura do sintagma nominal possessivo, e ‘essa casa’ é o locativo na estrutura do predicado ‘bater’ (MUNHOZ & NAVES, 2012).

O verbo de movimento direcional ‘ir’, segundo nossa análise, é um predicado inacusativo bi-argumental, sendo um deles o sintagma locativo. Estabelece-se, portanto, um paralelo em relação ao alçamento do locativo à posição de sujeito entre *Minha casa vai fácil* e *Essa casa bate sol*. Nossa proposta considera que a natureza funcional da preposição introdutora do argumento locativo, a qual projeta os núcleos (Path / Place),

interage com os nós da sintaxe de primeira fase (RAMCHAND, 2008), resultando em uma configuração sintática em que o DP realizado pelo <PROgenérico> é inserido em spec *inicP*. Na leitura episódica, o locativo será inserido em spec *resP* e vai sucessivamente para spec *procP* e para spec *inicP*. O sintagma remático locativo é inserido na posição de complemento de *inic* (estativo) e de *res* (episódico), respectivamente.

O XP remático sai da posição original e vai para specIP, conforme análise proposta para estruturas do tipo ‘Essa casa bate sol’ (MUNHOZ & NAVES, 2012). Da mesma forma, o argumento interno locativo do verbo ‘ir’, ‘essa casa’, é alçado para specIP, sendo licenciado na posição de sujeito. Em ambos os casos, o sintagma locativo é realizado como um DP e recebe o Caso Nominativo na posição de sujeito (como se confirma pela presença da concordância – *Essas casas batem sol/ Essas ruas vão fácil*). O argumento realizado em spec *inic*, ‘PRO genérico’, permanece interno ao VP. Deixamos a discussão do licenciamento de Caso do DP ‘PRO genérico’ para discussão futura.

Referências Bibliográficas

- ABNEY, S. P. (1987) The english noun phrase in its sentencial aspects. *MIT Working Papers in Linguistics*, Cambridge, Mass.: MIT Press.
- ALMEIDA, N. M. (1985) *Gramática metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- AMARAL, L. (2010) *Os verbos de modo de movimento do português brasileiro*. Monografia (Bacharelado em Letras) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte,.
- ARAD, M. (1996) A minimalist view of the syntax-lexical interface. *UCL Working Papers in Linguistics*, n. 8.
- BAKER, M. (1988) Incorporation. Chicago: The University of Chicago Press.
- BAKER, M. (2001) *On the differences among the lexical categories*. Rutgers University, New Jersey. Manuscrito.
- BAKER, M. (2003) *Lexical categories: verbs, nouns, and adjectives*. Cambridge, CUP, p. 303-325.
- BERG, M. (2005) *O comportamento semântico-lexical das preposições do português brasileiro*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- BORER, H. (1994) The Projection of arguments. In: E. Benedicto and J. Runner (eds.), *University of Massachussetts Occasional Papers in Linguistics*, v. 17.
- BORER, H. (1996) Passive/antipassive, in a predicate based approach to argument structure. In: *GLOW Newsletter*. v. 36.
- BORER, H. (2005a) In Name Only. *Structuring Sense*, v. I. Oxford University Press, Oxford.
- BORER, H. (2005b) The Normal Course of Events. *Structuring Sense*, v. II. Oxford University Press, Oxford.
- BOSQUE, I. & JAVIER G. (2009) *Fundamentos de Sintaxe Formal*, Ediciones AKAL, Madrid.
- BRESNAN, J. & KARNEVA, J. M. (1989) Locative inversion in Chichewa: a case study of factorization in grammar. *Linguistic Inquiry*, v. 20, n. 1, p. 1-50.
- BURZIO, L. (1981) Intransitive verbs and Italian auxiliaries. Tese de doutorado, Boston: MIT.

- BURZIO, L. (1986). *Italian Syntax: a government-binding approach*, Dordrecht: Reidel.
- CANÇADO, M. (2000) *O papel do léxico em uma teoria dos papéis temáticos*. D.E.L.T.A., Vol.16. Nº 2, p. 297-321.
- CANÇADO, M. (2002) Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: verbos psicológicos. *Revista do GEL*, v. 0, p. 93-128.
- CANÇADO, M. (2005). Posições argumentais e propriedades semânticas. *DELTA*. v.21, nº 1, p. 23-56.
- CANÇADO, M. (2010) Comparando alternância verbais no PB: cortar o cabelo e quebrar o braço. *Letras* 81, 2010, p. 33-60.
- CANÇADO, M. (2010) Verbal alternations in Brazilian Portuguese: a lexical semantic approach. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, v. 3, n. 1, p. 77-111.
- CANÇADO, M.; AMARAL, L. (2010) Representação lexical de verbos incoativos e causativos no português brasileiro. *Revista da Abralín*, v. 9, n. 2, p. 123-147.
- CASTILHO, A. (2010) *Gramática do Português Brasileiro*. FAPESP/Editora Contexto, São Paulo.
- CINQUE, G.(1999). *Adverbs and functional heads: A cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press.
- CHIERCHIA, G. (1989) Structured meanings. In: CHIERCHIA; HALLPARTEE; TURNER (Ed.). *Properties, types and meaning*. Studies in linguistic and philosophy 2: Semantic issues. Dordrecht: Kluwer, p. 131-166.
- CHOMSKY, N. (1970) Remarks on nominalizations. In: JACOBS; ROSEBAUM. (eds.). *Readings in English transformational grammar*, Waltham, Ginn. p. 184-221.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- CHOMSKY, N. (1986) *Barriers*. Cambridge: MIT.
- CHOMSKY, N. (1994) *Knowledge of language: its nature, origin and use*. (trad. Portuguesa: O conhecimento da língua, sua natureza, origem e uso, de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves). Lisboa: Caminho.
- CHOMSKY, N. (1995) *The minimalist program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1997) Chomsky no Brasil. *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 13, n. especial.

- COMRIE, B. (1976) *Aspect. An introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CORRÊA, R. (2005) *Verbos de trajetória: uma análise sintático-semântica*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. (1985) *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Nova Fronteira.
- DEMONTÉ, V. (1985) C-command, prepositions and predication. *Linguistic Inquiry*, v. 18, n. 1, p.147-157.
- DEN DIKKEN M. (2003). *On the syntax of locative and directional adpositional phrases*.
- DOWTY, D. (1979) *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: D. Reidel.
- DOWTY, D. (1989) On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role. In: Chierchia, Partee e Turner (eds). *Properties, Types and Meaning. Studies in Linguistic and Philosophy, 2: Semantic Issues*. Dordrecht: Kluwer, p. 69-124.
- DOWTY, D. (1991). *Thematic proto-roles and argument selection*. *Language*, v. 67, n. 3, p. 547-619.
- DUARTE, I. (1987) *A construção de topicalização na gramática do português: regência e ligação e condições sobre movimento*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- DUARTE, I. (2003) A família das construções inacusativas. In: MATEUS, M.H.M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho. p. 507-548.
- DUARTE, I. & A. M. BRITO. (2003) *Predicados e classes de predicadores verbais*
- ELISEU, A. (1984) *Verbos ergativos do português: descrição e análise*. Tese de Mestrado, Lisboa.
- EUGENIO SOUTO (2004). Aspectos sintáticos e semânticos do verbo ir de movimento no Português do Brasil. Dissertação de mestrado. Brasília, UnB.
- EUGENIO SOUTO, K. C. (2012) *Aspectos sintáticos e semânticos relacionados ao verbo “ir” de movimento no português do Brasil*. Manuscrito.
- FÁBREGAS, A. (2007). *An exhaustive lexicalisation account for directional complements*. CASTL, University of Tromsø. Disponível em:

http://uit.academia.edu/AntonioF%C3%A1lbregas/Papers/525956/An_exhaustive_lexicalisation_account_of_directional_complements> Acessado em: 09 de fevereiro de 2012.

FARIAS, J. G. (2004) Variação entre *a*, *para* e *em* no português brasileiro (PB) e no português europeu (PE): *locus* de microvariação sintática. In: *Fórum Linguístico da Nova*.

FARIAS, J.G. (2005) Aspectos da sintaxe de preposições no português. Maceió. Tese de doutorado. UFAL.

FILLMORE, C. (1968) The Case for Case. In: BACH, E.; HARMS, R. T. *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart, and Winston, p. 1-88.

GALVES, C. (2001) *Ensaio sobre as Gramáticas do Português*. Campinas: Editora da Unicamp.

GRIMSHAW, J. (1990) *Argument structure*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

GRUBER, J. S. (1965) *Studies in Lexical Relations*. Doctoral Dissertation – MIT, Cambridge, MA.

HALE, K.; KEYSER, S. (1993) On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In: HALE, K.; KEYSER, S. *The View from Building 20*. Cambridge: The MIT Press, p. 53-109.

HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GROHMANN, K. K. (2005) *Understanding minimalism*. New York: Cambridge University Press.

JACKENDOFF, R. (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press.

JACKENDOFF, Ray (1983) *Semantics and Cognition*. Cambridge, MA: MIT Press.

JACKENDOFF, R. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. (1986). The formation of adjectival passives. *Linguistic Inquiry* 17: 623–662.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. (1992) The Lexical Semantics of Verbs of Motion: The Perspective from Unaccusativity. In: ROCA, I. *Thematic Structure: Its Role in Grammar*. Berlin: Foris, p. 247-269.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. (1995) *Unaccusativity: at the syntax lexical semantics interface*. Cambridge: MIT Press.

KEYSER, S. & T. ROEPER. (1984). On the middle and purgative constructions in English. *Linguistic Inquiry* 15, p. 381-416.

- KOOPMAN, H. (1997) *Prepositions, postpositions, circumpositions and particles: the structure of Dutch PPs*. UCLA.
- LOBATO, L. M. P. (1986) *Sintaxe gerativa do Português. Da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília.
- LONGOBARDI, G (1994). Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry* 25/4, 609-665.
- LUNGUINHO, M. V. S. (2006). Partição de constituintes no português brasileiro: características sintáticas. In: SILVA, D. E. (Org.) *Língua, Gramática e Discurso*. Cânone, Goiânia, p. 133-146.
- MARANTZ, A. (1984) *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge (MA): MIT Press.
- MATEUS, M. H. *et al.* (2003) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MATTOS E SILVA, R. V. (2006) *O português arcaico*. São Paulo: Contexto.
- MOLLICA, M. C. de M. (1996). A regência variável do verbo ir de movimento. In: Oliveira e Silva, G. M. & Scherre, M. M. P. (orgs), *Padrões Sociolinguísticos - Análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MORIMOTO, Y. (2001) *Los verbos de movimiento*. Visor, Madrid.
- MUNHOZ, A. T. M.; NAVES, R. R. (2012) Construções de Tópico-Sujeito: uma proposta em termos de estrutura argumental e de transferência de traços C. *Signum. Estudos de Linguagem*. v. 15, p. 245-265.
- NAVES, R. R. 2005. *Alternâncias sintáticas: questões e perspectivas de análise*. Tese de Doutorado, Brasília: UnB.
- PATCHEVA, M. (2007) Nordlyd 36.1, special issue on Nanosyntax, ed. Peter Svenonius, Gillian Ramchand, Michal Starke, and Knut Tarald Taraldsen. Directional expressions cross-linguistically: Nanosyntax and lexicalization, pp. 7–39. CASTL, Tromsø. Acessível em: <http://www.ub.uit.no/baser/nordlyd/>
- PERLMUTTER, D. (1978) Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis, In *Proceedings of the 4th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, Berkeley Linguistics Society, Berkeley, 157–189.

- PESETSKY, D. 1995. *Zero Syntax: Experiencers and Cascades*. Cambridge: MIT Press.
- PILATI, E. S., NAVES, R. R. (2013) Desenvolvendo a hipótese da cisão da categoria pronominal no português brasileiro. In: Denilda Moura; Marcelo A. Sibaldo. *Estudos e Pesquisas em Teoria da Gramática*. 1 ed. Maceió : EDUFAL, p. 233-253.
- PINKER, S. (1989) *Learnability and cognition: The acquisition of argument structure*. Cambridge, MA, US: The MIT Press.
- PONTES, E. (1986) *Sujeito: Da Sintaxe ao Discurso*. São Paulo: Ática; Brasília: Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória.
- RAMCHAND, G. C. (2008) *Verb meaning and the lexicon: a first phase syntax*. New York: Cambridge University Press.
- RAMCHAND, G. C; BUTT, M. (2005) *Complex Aspectual Structure in Hindi/Urdu*. Oxford University Press.
- RAMCHAND, G., SVENONIUS, P. (2004) *Prepositions and external argument demotion*. University of Tronso, CASTL.
- RAPOSO, E. P. (1992) *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho.
- RAPPAPORT, M.; LEVIN, B. (1998) Building Verb Meanings. In: BUTT, M.; RAPPAPORT HOVAV, M.; B. LEVIN (2010) Reflections on manner/ result complementarity. In E. DORON; M. RAPPAPORT HOVAV; I. SICHEL (eds.); *Syntax, lexical semantics, and event structure*. Oxford, UK: Oxford University Press, p. 21-38.
- RIBEIRO, A. J. C. (1996) *Um caso de uso variável de preposições na chamada fala culta carioca: a regência do verbo ir de predicação incompleta*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro.
- ROBERTS I. (1987). *The Representation of Implicit and Dethematized Subjects*. Dordrecht: Foris.
- ROBERTS, I. (1997) *Comparative Syntax*. Great Britain; Arnold.
- SALLES, H. M. L. (1992). *Preposições essenciais do português: um estudo preliminar*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.

- SALLES, H. M. L. (1997). Prepositions and the Syntax of Complementation. PhD Dissertation. University of Wales, UK, 1997.
- SILVA, C. R. T; FARIAS, J.G. (2011) O fenômeno da inacusatividade no português: por uma análise léxico-sintática dos verbos do tipo ir e chegar. *Veredas*, Juiz de Fora.
- SOUZA, P.C. (1999) A Alternância Causativa no Português do Brasil: Defaults num Léxico Gerativo. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- SMITH, C. (1991) *The parameter of aspect*. Dordrecht: Kluwer academic Publishers.
- SMITH, C (1996) Aspectual categories of Navajo. *International Journal of American Linguistics* 62(3): pp. 227-263.
- STARKE, M. (1993) Notes on prepositions and clause-structure. *Mini-Memoire*.
- SVENONIUS, P. (2007) Spatial P in English. To appear In *The Cartography of Syntactic Structures*, eds. Guglielmo Cinque and Luigi Rizzi. Oxford: Oxford University Press.
- TALMY, L. (1975) Semantics and syntax of motion. Kimball, John P. (ed.), *Syntax and Semantics*, Academic Press, New York, v. 4 of *Syntax and Semantics*, p. 181–238.
- TALMY, L. (1985) Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms. In: SHOPEN, Timothy (Org.). *Language Typology and Syntactic Description III: Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 57- 149.
- TALMY, L. (1991). Path to realization: A typology of event conflation. *Berkeley Linguistics Society* 17: 480 – 519.
- TENNY, C. L. (1987) *Grammaticalizing aspect and affectedness*. Tese de Doutorado. MIT.
- TENNY, C. (1992) The aspectual interface hypothesis. In: SAG, I & A, Szabolcsi, *Lexical matters*. Stanford, Calif: Center for the Study of Language and Information.
- TENNY, C. (1994) *Aspectual Roles and the Syntax-Semantics Interface*. Kluwer. Dordrecht.
- TALMY, L. (2000) *Toward a Cognitive Semantics*, v.1 e 2. Cambridge MA: MIT Press.
- VAN VALIN, R. D. (1990) Semantic parameters of split intransitivity. In *Language*, n. 66, p. 221-260.

VENDLER, Z. (1976) *Linguistics in philosophy*, Ithaca, NY: Cornell University Press.

WHITAKER-FRANCHI, R. (1989) *As Construções Ergativas: Um Estudo Sintático e Semântico*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – IEL, Unicamp, Campinas, 1989.

WILLIAMS, E. (1980) Predication. *Linguistic Inquiry*, v. 11, n. 1, p. 203-238.

ZUBIZARRETA, M. L. (1987) *Levels of representation in the lexicon and in the syntax*. Dordrecht: Foris.